

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

Renata da Cruz Gonçalves

**A DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL NO PROGRAMA NACIONAL
DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UMA ETNOGRAFIA DA ALIMEN-
TAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ENTRE OS XAVÂNTE DE PARA-
BUBURE, MATO GROSSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Nutrição.

Orientador: Maurício Soares Leite, Dr.

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gonçalves, Renata da Cruz

A DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR [dissertação] : UMA ETNOGRAFIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ENTRE OS XAVANTE DE PARABUBURE, MATO GROSSO / Renata da Cruz Gonçalves ; orientador, Maurício Soares Leite - Florianópolis, SC, 2012. 196 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Nutrição.

Inclui referências

1. Nutrição. 2. Índios Sulamericanos. 3. Alimentação Escolar. 4. Políticas públicas. 5. Diversidade Cultural. I. Leite, Maurício Soares. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Nutrição. III. Título.

Renata da Cruz Gonçalves

A diversidade sociocultural no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma etnografia da alimentação escolar indígena entre os Xavante de Parabubure, Mato Grosso.

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Nutrição.

Florianópolis, 24 de Agosto de 2012.

Prof^a. Emília Addison Machado Moreira, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof., Dr. Maurício Soares Leite,
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a., Dra. Silvia Angela Gugelmin,
Universidade Federal do Mato Grosso

Prof^a., Dra. Eliana Elisabeth Diehl,
Universidade Federal de Santa Catarina

Para os *A'uwẽ uptabi*.

Para Edna, Sérgio e Júnior.

AGRADECIMENTOS

“A gente nunca devia contar nada a ninguém. Mal acaba de contar, a gente começa a sentir saudade de todo mundo.”
(J.D. Salinger, em *O Apanhador no Campo de Centeio*)

A única certeza que tive, desde o início do mestrado, era de que os meus primeiros agradecimentos seriam destinados aos A'uwê da Terra Indígena Parabubure, Mato Grosso. Por mais que eu tente, em termos warradzu, não conseguirei expressar o que sinto. Em especial agradeço a família de Andréia e Paulo Bruhu, que me acolheram já em 2008, momento de primeiras reflexões que resultariam, futuramente, no presente estudo. À família de Maria Assunta 'Redzarepa e Airton Tseredi'õ pela acolhida no período de pesquisa de campo em 2012. Ao cuidado e paciência com que me ensinavam, ensinavam e ensinavam. Não tive tempo para aprender nem um terço do que tinham para me ensinar. Das crianças sinto especial saudade. Os momentos intensos de troca elevaram meu vínculo para além da pesquisa e, hoje, atrevo-me a dizer que faço parte daquelas famílias. Aos meus familiares de sangue, em especial aos meus pais, Edna Cruz Gonçalves e Sérgio José Gonçalves que, em todos os momentos, dedicaram a mim as suas vidas. Especialmente a minha mãe, minha eterna orientadora, mestra e doutora, na vida e em alimentação e nutrição. Ao meu irmão, Sérgio Júnior, que talvez não saiba, mas muito me ensinou e ensina. Aos familiares mais distantes, especialmente à Vó Rosa e Vó Geno, às tias e primas que por tantas vezes compreenderam que minha ausência era em virtude do mestrado.

Às amigas, agradeço fraternalmente à Di, pelo companheirismo, dedicação, criatividade e revisões realizadas com muito afeto. À Pammela Soares pela longa amizade, pelas discussões ricas e calorosas, e pelo carinho. À Jennifer Soares por ter me emprestado sua irmã e também pela companhia em suas vindas ao Brasil. À Thaisa Santos Navolar, aos maracatus brincados desde os tempos de movimento estudantil e por ter me apresentado o Professor Maurício. À Silvana Maria dos Santos L., orientadora de TCC na graduação, motivadora e amiga querida, juntamente com seu companheiro Ricardo. À Suellen Secchi Martinelli, pelo apoio em várias fases do mestrado. A todos os colegas da turma de mestrado, pelas aulas, angústias e alegrias compartilhadas durante o percurso. Especialmente à Maiara Brusco de Freitas, vizinha e amiga de tereré.

Aos professores, coordenação e secretários do PPGN pelo apoio durante todo o curso. Às professoras membros da banca, Sílvia Angela Gugelmin, Eliana Elisabeth Diehl, Bethsáida de Abreu Soares Schmitz e Arlete Catarina Tiltoni Corso pela dedicação na leitura do projeto, participação na banca de qualificação e defesa final, agradeço a imensa e cuidadosa colaboração. Um agradecimento especial ao professor e orientador Maurício Soares Leite, pela atenção e respeito desde a primeira conversa. Pela partilha de ideias, autores, reflexões, vivências e castanhas... Por ter acreditado no projeto inicial, e por tê-lo enriquecido. Aos colegas das disciplinas de Antropologia Simbólica e Antropologia da Saúde, realizadas no PPGAS/UFSC, em especial a professora Esther Jean Langdon.

Ao apoio financeiro concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da bolsa de estudos. Ao PPGN pelo apoio financeiro a congressos e a primeira viagem de apresentação da pesquisa na TI Parabubure. E ao Instituto Nacional de Pesquisa Brasil Plural (IBP), pelo apoio financeiro para a pesquisa de campo na TI Parabubure, pelas reuniões enriquecedoras com toda a equipe.

*“As “Luzes” que descobriram as liberdades
inventaram também as disciplinas.”*

Michel Foucault

RESUMO

GONÇALVES, Renata da Cruz. A diversidade sociocultural no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma etnografia da alimentação escolar indígena entre os Xavánte de Parabubure, Mato Grosso. Florianópolis, 2012. 196f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

A proposta de respeito à diversidade sociocultural da população está hoje entre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - e da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Presente em 84% das comunidades indígenas aldeadas no país, o PNAE representa uma oportunidade singular para o exame da proposta de respeito à pluralidade sociocultural da população no âmbito das políticas públicas de alimentação e nutrição. A pesquisa de cunho qualitativo e abordagem etnográfica envolveu o exame dos documentos oficiais do PNAE, e trabalho de campo da pesquisadora na aldeia São Pedro, Terra Indígena Parabubure, entre os meses de maio e junho de 2012, utilizando-se da observação participante como técnica principal, enfocando questões envolvidas com a dinâmica da alimentação na Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição. A proposta de respeito à diversidade - sob a perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada - vem permeando as normativas do PNAE, o qual avança ao reconhecer a necessidade de respeito às particularidades de cada etnia. No entanto, os documentos não instrumentalizam os profissionais envolvidos com o programa para operar a proposta, havendo um distanciamento entre as leis e a realidade local. As particularidades culturais Xavánte eram vistas como obstáculos por gestores e executores do programa, e a efetividade da diretriz do respeito estava longe de ser alcançada, configurando-se ainda em grande desafio para todos os envolvidos. O respeito às especificidades culturais na alimentação escolar envolve o reconhecimento das maneiras de comer e interagir no espaço escolar, seja em contexto indígena, seja nos demais contextos locais, transcendendo assim o foco restrito nos itens alimentares. Trata-se de reconhecer as demandas e conhecimentos locais, enquanto processos legítimos, dinâmicos e contexto-específicos.

Palavras-chave: Índios Sulamericanos; Alimentação Escolar; Políticas públicas; Diversidade Cultural

ABSTRACT

The concern about the Brazilian sociocultural diversity of the population is now among the guidelines of Brazilian National School Food Program – PNAE - and of the Brazilian National Food and Nutrition Policy. As the Program is present in 84% of indigenous communities in the country, it represents a unique opportunity to evaluate the proposal of respecting the sociocultural diversity of the Brazilian in the context of food and nutrition public policies. Therefore, besides the examination of the official documents of the Program, the ethnographic research was based in fieldwork and participant observation at the Xavánte indigenous village of São Pedro, at Parabure indigenous territory, between May and June 2012, focusing on issues concerning the PNAE at the local indigenous school – the Escola Municipal Imaculada Conceição. We observed that the proposed respect for sociocultural diversity - from the perspective of Human Rights - permeates the guidelines and regulations of PNAE, that advances on the recognition of the necessity of respecting the particularities of each ethnic group. However, the guidelines do not help professionals involved with the Program to operate the proposal. The Xavánte ethnography shows that there is a detachment between the policy guidelines and the local reality. The Xavánte sociocultural particularities are viewed as obstacles by local policy managers and workers, and the guideline compliance is still a great challenge for managers and executors. Concluding, respecting cultural specificities in the school food program involves knowing and recognizing native traditional foodways and social relations, either in an indigenous or in other local contexts, transcending the narrow focus on food items. It is about recognizing local demands and knowledge as legitimate, dynamic and context-specific processes.

Key-words: South American Indians; School food program; Public policies; Cultural diversity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Pirâmide populacional desagregada por sexo e faixa etária segundo o relatório do DSEI Xavánte.....	58
Figura 2- Mapa de localização das Terras Indígenas Xavánte.....	59
Figura 3 - Desenho representativo da aldeia São Pedro.....	72
Figura 4- Desenho representativo de uma casa Xavánte na aldeia São Pedro.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Restrições alimentares para gestantes, lactentes e cônjuges.	66
Quadro 2 - Preparações servidas na alimentação da E.M.I.I.C., aldeia São Pedro, maio e junho de 2012.....	93
Quadro 3- Lista de gêneros alimentícios enviados para as escolas indígenas da Terra Indígena Parabubure no ano de 2012.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRANDH -Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
ABRASCO-Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
AIS -Agente Indígena de Saúde
AISAN -Agente Indígena de Saneamento
BVS -Biblioteca Virtual de Saúde
CONSEA-Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CASAI -Casa de Apoio à Saúde do Índio
CAE -Conselho de Alimentação Escolar
CONEP -Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CNS -Conselho Nacional de Saúde
CGEP -Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas
DHAA -Direito Humano à Alimentação Adequada
DSEI -Distrito Sanitário Especial Indígena
EMSI -Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena
ESF -Estratégia Saúde da Família
EEEx -Entidade Executora
EMIIC -Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição
FAO -Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FUNAI -Fundação Nacional do Índio
FNDE -Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNASA -Fundação Nacional de Saúde
IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA -Instituto Socioambiental
MDS -Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MT -Mato Grosso
MS -Ministério da Saúde
OIT -Organização Internacional do Trabalho
OPSAN -Observatório de Políticas de Segurança Alimentação e Nutrição
OMS -Organização Mundial da Saúde
ONG -Organização Não Governamental
PNAN -Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNDS -Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde
PNAE -Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNASPI -Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas
PSE -Programa Saúde na Escola
PTS -Proteína Texturizada de Soja

REBRAE -Rede Brasileira de Alimentação Escolar
RENISI -Rede Nacional de Estudos e Pesquisas em Saúde dos Povos
Indígenas
RAM -Reunião de Antropologia do Mercosul
SAN -Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS -Serviço de Alimentação da Previdência Social
SEDUC -Secretaria de Estado de Educação
SME -Secretaria Municipal de Educação
SPI -Serviço de Proteção ao Índio
SUS -Sistema Único de Saúde
TI -Terra Indígena
UEx -Unidades Executoras
UFSC -Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
1.2 OBJETIVO GERAL.....	24
1.2.1 Objetivos específicos.....	24
1.3 ESTRUTURA GERAL DO ESTUDO.....	24
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO E O RESPEITO À DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL: DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS ÀS PROPOSTAS CONTEMPORÂNEAS.....	27
2.2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR...32	
2.2.1 De política pública a direito constitucional: a alimentação escolar no Brasil.....	32
2.2.2 A operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	37
2.2.3 A alimentação escolar indígena.....	40
2.3 DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL E ALIMENTAR: ALGUMAS REFLEXÕES.....	45
2.3.1 Cultura e alimentação.....	45
2.3.2 A diversidade demográfica e alimentar no contexto dos povos indígenas no Brasil.....	48
2.3.3 Saúde, nutrição e alimentação indígenas no Brasil.....	49
2.3.4 O reconhecimento da diversidade sociocultural dos povos indígenas pelo Estado e o desafio da efetividade nas políticas públicas.....	53
2.4 OS XAVÂNTE.....	57
2.4.1 Contextualização sobre os Xavánte.....	57
2.4.2 A alimentação Xavánte.....	62
2.4.3 O perfil nutricional dos Xavánte.....	67
2.4.4 Os Xavánte de Parabubure.....	69
2.4.4.1 A Aldeia São Pedro (Abadzinhorôdzé).....	70
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	75
3.1 Trajetória metodológica e etapas da pesquisa.....	75
3.1.2 População do estudo.....	76
3.1.3 Limitações do estudo.....	77
4 PESQUISA DE CAMPO.....	79
4.1 A alimentação na aldeia São Pedro: mudanças e transformações.....	84
4.2 A Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição.....	91
4.2.1 Conhecendo o cotidiano da Escola Municipal Indígena Imacula-	

da Conceição.....	96
4.2.2 A Gestão municipal da alimentação escolar indígena.....	97
4.2.2.1 O conselho de alimentação escolar - CAE.....	100
4.3 “Por quê só vem arroz, arroz, arroz?”: a monotonia na alimentação escolar indígena em Campinópolis.....	104
4.4 “Soja não é carne”: a queima da proteína texturizada de soja pelos Xavante da aldeia São Pedro.....	107
4.5 A Partilha de Alimentos entre os Xavante da aldeia São Pedro: uma prática levada para a escola.....	110
4.6 “(...) Comer no chão, no pátio ou lá fora.”: os modos de comer na escola.....	113
4.7 As relações interétnicas e a alimentação escolar.....	115
5 ARTIGO ORIGINAL.....	121
6 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157
8 APÊNDICES.....	175
8.1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Profissionais que atuam na gestão da alimentação escolar indígena da Terra Indígena Parabubure/ município de Campinópolis- Mato Grosso.....	175
8.2 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Profissionais que atuam na execução do PNAE no interior da Terra Indígena Parabubure/ município de Campinópolis, Mato Grosso.....	177
8.3 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Pais/ mães/responsáveis de alunos e outros membros da aldeia.....	178
8.4 Nota de Imprensa.....	179
ANEXOS.....	183
Anexo A - Certificado do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina.....	185
Anexo B - Autorização para ingresso em Terra Indígena – Fundação Nacional do Índio (FUNAI).....	187
Anexo C - Termo de referência – produtos da licitação/ gêneros alimentícios para alimentação escolar/ Prefeitura Municipal de Campinópolis, 2012.....	189

1 INTRODUÇÃO

A diversidade sociocultural da população brasileira vem sendo reconhecida pelo Estado e progressivamente incorporada na esfera pública. Um exemplo disso, no âmbito de políticas públicas, foi a gradual incorporação da diretriz do respeito à diversidade sociocultural nos textos oficiais no campo da alimentação e nutrição no país (LANGDON, 2001a; BURLANDY, 2011; PAIVA e SANTOS, 2009; GIORDANI et al., 2010). Tal fato ganha especial relevância quando nos anos 1980, mesmo tardiamente, ocorreu o reconhecimento das particularidades dos povos indígenas no Brasil. O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou 305 etnias oficialmente reconhecidas, o que representa diferentes formas de organização social, subsistência, sistemas políticos, cosmologias, línguas e demais características que os difere imensamente entre si (IBGE, 2012). A trajetória histórica da população nativa foi marcada pela imposição de práticas coloniais etnocêntricas desde o período da ocupação europeia, cujas consequências culminaram no extermínio de grupos inteiros e na desestruturação social daqueles sobreviventes (ISA, 2010). Nos anos 1970 a população autóctone havia sofrido redução de 99% daquela calculada para 1500 (BLACK, 1994). Nas últimas décadas, uma parcela significativa desses povos vêm mostrando representativa retomada populacional e em muitos se observa crescimento acelerado (LEITE et al., 2007; FLOWERS, 1994). No entanto, tal dinâmica populacional, somada às mudanças ocorridas durante o processo de interação constante com a sociedade envolvente, vem sendo relacionada a resultados negativos em diversos aspectos da vida dos povos indígenas (SANTOS, 1993).

Em se tratando de saúde, alimentação e nutrição, estudos realizados com etnias específicas apontam tanto para altas prevalências de desnutrição infantil como para mudanças significativas no perfil nutricional, com o surgimento de casos de sobrepeso/obesidade entre adultos, crianças e adolescentes, o que parece traçar uma tendência no perfil de saúde e nutrição da fração indígena da população (LEITE et al., 2007). As alterações antropométricas têm sido relacionadas às condições de vida precárias e comprovam o grau de desigualdade em que vivem. As taxas de morbi-mortalidade tem sido três a quatro vezes maiores do que na população não indígena (LEITE et al., 2007). A urgência de um olhar diferenciado frente à situação alarmante em que vivem muitos desses povos emerge nos resultados do I Inquérito de Saúde e Nutrição

dos Povos Indígenas no Brasil, pesquisa coordenada pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e pelo Institute of Ibero-American Studies, da Göteborg University, Suécia e realizado por um conjunto de instituições de pesquisa e ensino superior do Brasil sob a iniciativa da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) (BRASIL, 2010a).

Os aspectos referentes à disponibilidade, formas de subsistência e sistemas alimentares das populações indígenas são diversos. A interação com a economia local, por exemplo, tem gerado, em muitos contextos, grande pressão nos recursos naturais e no território de muitas dessas sociedades, acarretando a introdução e a articulação com outras necessidades e práticas, com considerável redução de mobilidade (VERDUM, 1995). A captação de renda por novas fontes e a participação em programas governamentais de distribuição de alimentos também têm sido elencadas como ponte para o acesso a outros produtos alimentícios (LEITE et al., 2007; BRASIL, 2010a).

Portanto, diante da diversidade e complexidade das populações indígenas no país, a gestão de políticas públicas se torna um desafio à parte, especialmente em alimentação e nutrição. Além do mais, as dificuldades na efetividade das políticas com propostas diferenciadas têm sido relacionadas às limitações impostas por uma postura etnocêntrica baseada na hegemonia dos pressupostos biomédicos (LEITE, 2007; LANGDON; WIIK, 2010). O confronto de discursos das políticas públicas e os discursos locais tem evidenciado o distanciamento entre elas, bem como a superficialidade com que a especificidade cultural é tratada nos documentos oficiais (LEITE, 2007; MALUF, 2010).

Partindo da premissa de que políticas públicas são compilados de ideias concebidas e executadas frente às regras da sociedade que a propõe, o reconhecimento da diversidade sociocultural das populações indígenas ainda está distante da plena efetividade do respeito a tamanha diversidade.

No âmbito da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, as Políticas Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e de Alimentação e Nutrição vêm propondo o atendimento das especificidades socioculturais da população brasileira, ao mesmo tempo em que pretendem promover a saúde por meio de uma alimentação definida como saudável (VASCONCELOS, 2005; RECINE e VASCONCELLOS, 2011). Nessa vertente se encontra o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – Programa governamental em vigência desde os anos 1950 no campo da alimentação e nutrição no país – cujo objetivo

principal é ofertar durante o período letivo refeições entendidas como nutricionalmente adequadas e assim contribuir com o desenvolvimento, o crescimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos alunos, englobando também ações de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2009a). Em 2010, o PNAE enviou recurso para o atendimento de 45,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos no Brasil em sua totalidade (BRASIL, 2011a). Nesse mesmo ano, o PNAE estava presente em mais de 80% das escolas de comunidades indígenas aldeados do total de todas as macrorregiões do país (BRASIL, 2010a).

As pesquisas sobre o PNAE têm se limitado, em grande parte, em temáticas que envolvem avaliação do estado nutricional e do consumo alimentar dos escolares, ações de promoção da alimentação saudável, a gestão e o processo de descentralização da alimentação escolar. São ainda reduzidos os estudos com abordagens qualitativas e interpretativas do Programa. Menos ainda são as publicações que contemplam o contexto desse Programa nas realidades vivenciadas pelas sociedades indígenas brasileiras.

Assim, propomos um estudo de caso qualitativo com abordagem etnográfica no contexto de uma escola municipal Xavante localizada na Terra Indígena Parabubure, Mato Grosso. Os Xavante se auto denominam a'uwẽ uptabi (povo verdadeiro), pertencem ao tronco linguístico macro Jê e se encontram atualmente em 12 Terras Indígenas reconhecidas oficialmente pelo Estado, entre as quais está Parabubure. Portanto, lançamos o seguinte questionamento: *como se concretiza a proposta oficial de respeito à diversidade sociocultural no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar entre os Xavante de Parabubure, Mato Grosso?* Pretendemos analisar, desse modo, as perspectivas de executores, gestores e dos Xavante sobre a alimentação escolar no contexto de Parabubure, em Mato Grosso. Pretendemos examinar ainda a proposta oficial de respeito à diversidade cultural no Programa Nacional de Alimentação Escolar e descrever o funcionamento da alimentação escolar no contexto dos Xavante de Parabubure. O contexto da alimentação escolar indígena constitui uma oportunidade ímpar para investigação dos termos com que se propõem e em que se concretiza, por intermédio de políticas públicas, o reconhecimento da diversidade sociocultural da população brasileira.

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar a concretização da proposta de respeito à diversidade sociocultural do Programa Nacional de Alimentação Escolar no contexto dos Xavánte de Parabubure, Mato Grosso.

1.2.1 Objetivos específicos

Analisar as perspectivas de executores, gestores e dos próprios Xavánte sobre a alimentação escolar no contexto de Parabubure, em Mato Grosso;

Examinar a proposta de respeito à diversidade sociocultural no Programa Nacional de Alimentação Escolar;

Analisar a alimentação escolar de uma unidade de ensino municipal no contexto dos Xavánte de Parabubure.

1.3 ESTRUTURA GERAL DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em três capítulos centrais posteriores a introdução, anteriores ao artigo original e as considerações finais. No capítulo de número dois, intitulado referencial teórico, apresentamos três grandes temáticas de discussão, dando suporte ao problema a ser analisado. O levantamento bibliográfico teve como finalidade a busca de referências sobre o tema e não foi estipulado limite temporal. Como instrumento de busca utilizamos as bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde(BVS) integrando importantes fontes como LILACS, MEDLINE, Scielo, bem como o banco de teses da CAPES. Os termos de busca utilizados foram os seguintes: população indígena brasileira, saúde indígena, alimentação escolar, merenda escolar, alimentação indígena, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena (PNAEI), Xavánte (nas variações Xavante/Xavantes/*A'uwê*) e Terra Indígena Parabubure. Bancos internacionais tiveram buscas dos termos em inglês e espanhol.

Ainda sobre a revisão de literatura, inicia-se com uma breve contextualização acerca das políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil - na qual o Programa Nacional de Alimentação Escolar está inserido. Em seguida, desenvolvemos uma breve explanação sobre a temática das populações indígenas brasileiras, situando algumas

características de dinâmica demográfica, diversidade sociocultural e alimentar e as principais mudanças com enfoque nas alterações de perfis de saúde e nutrição dos grupos indígenas já estudados. Tratamos também das mudanças ocorridas no cenário político do país frente ao reconhecimento da diversidade cultural das populações autóctones pelo Estado. Apontamos os avanços e os desafios na efetividade dos direitos conquistados e, especificamente, aqueles que refletem na implementação de políticas públicas em saúde, nutrição e alimentação.

O penúltimo capítulo é composto pela apresentação da trajetória metodológica, descrição da população de estudo, procedimentos éticos e limitações do estudo. No último capítulo, são apresentadas informações coletadas durante a pesquisa de campo. Apresento elementos relacionados à alimentação na aldeia São Pedro e ao contexto da alimentação na E.M.I.I.C. (Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição). Passando também por uma descrição e análise da gestão municipal do PNAE e do trabalho do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Com base no caso da E.M.I.I.C., destaco em especial três temáticas que emergiram no trabalho de campo: a partilha dos alimentos; o modo de comer na escola e a queimada da soja na aldeia São Pedro. Por fim, abordo uma questão que permeava as demais, o contexto das relações interétnicas. Como fechamento, apresento o artigo original, realizo as últimas discussões e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL E O RESPEITO À DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL: DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS À PROPOSTA CONTEMPORÂNEA

Neste tópico, pretendemos situar a trajetória das políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil e as iniciativas que vêm pautando o reconhecimento da diversidade sociocultural nas diretrizes das ações e dos programas vinculados a esse campo. Nosso objetivo não é detalhar os variados aspectos que consolidaram as políticas públicas em alimentação e nutrição ao longo das décadas, mas sim ressaltar os elementos que subsidiem a pretendida análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua proposta de reconhecimento da diversidade sociocultural.

As políticas públicas em alimentação e nutrição, assim como outras políticas sociais, fazem parte de ações estatais e estão voltadas para a produção, comercialização e consumo de alimentos, podendo ser direcionadas para grupos específicos. Por vezes, as ações têm sido referendadas como resultados da correlação de movimentos de acumulação de capital, de forças sociais e do modelo assumido pelo Estado em determinados contextos políticos (VASCONCELOS, 2005; LEÃO; CASTRO, 2007).

Ações estatais destinadas para a alimentação da população são referendadas desde o período do Brasil colonial. Todavia, os primeiros inquéritos e instrumentos específicos de política social voltados para o campo da alimentação surgiram a partir dos anos 1930 (L'ABBATE, 1988). Nesse período, as conclusões das pesquisas relacionavam a renda ao acesso à alimentação. É nessa década, por exemplo, que é instituído o salário mínimo brasileiro. Nos anos 1940, com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), iniciou-se, de forma prática, uma política de alimentação e nutrição (L'ABBATE, 1988). A partir do início dos anos 1950 a execução da política passa a acontecer por meio da implementação de vários programas de distribuição de alimentos a segmentos específicos (BARROS; TARTAGLIA, 2003).

Em análise enfocando políticas de combate à fome no período de 1930 a 2003, Vasconcelos (2005) aponta importantes mudanças ocorridas a partir da década 1980, como por exemplo a transição entre um planejamento considerado autoritário para um participativo. Ainda em termos políticos, esse período foi relacionado com um momento de

redemocratização do país, o que favoreceu a visibilidade de movimentos e organizações sociais nesse e em outros campos (BURLANDY, 2011).

Muitas movimentações ocorridas entre os anos 1980 e 1990 surgiram dos fóruns promovidos pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO (a Conferência Internacional de Direitos Humanos no ano de 1993 em Viena e a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma promovida em 1996). Percebe-se o fortalecimento do debate em torno do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (VALENTE et al., 2007). É na década 1990 que o respeito à diversidade cultural, como princípio, começa a fazer parte da definição de SAN e dos debates dentro dessa temática (VALENTE et al., 2007). Segundo Valente et al. (2007), o princípio do respeito à diversidade cultural – na perspectiva contemporânea em que vem sendo trabalhada no campo da alimentação e nutrição - também se relaciona ao princípio de soberania alimentar, que versa sobre o direito que cada nação tem de estipular políticas de promoção à SAN.

No Brasil, com o fim do governo militar (1964-1984), a década de 1980 foi marcada pela reconstrução do Estado democrático (LEÃO; CASTRO, 2007). No ano de 1986 acontecia a primeira Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, que contou com participação da sociedade civil e representantes de variadas esferas governamentais. No entanto, o início dos anos 1990 foram marcados pela tentativa de implementação de um projeto neoliberal no país, sendo considerado, de certo modo, um período desfavorável para o campo da alimentação e nutrição (LEÃO; CASTRO, 2007). Com o intuito de fortalecer a participação dos atores sociais na arena de debate e proposições de diretrizes no campo da alimentação e nutrição foi criado, em 1994, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que por sua vez impulsionou a realização da primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) (VASCONCELOS, 2005; LEÃO; CASTRO, 2007). Com base nas resoluções da Conferência o CONSEA, de caráter consultivo e de assessoramento, assumia o papel de acompanhar e propor diferentes programas e ações governamentais (BRASIL, 2011b). Contudo, em 1995 o CONSEA foi extinto, prejudicando a articulação com movimentos da sociedade civil (LEÃO; CASTRO, 2007).

Ainda na década de 90 do século XX, através da Portaria/MS nº 710 de 10 de junho de 1999, o Ministério da Saúde aprovou documento

estabelecendo as bases da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). O documento teve o objetivo de determinar diretrizes específicas de alimentação e nutrição no setor saúde, bem como redirecionar programas e projetos visando a operacionalização das diretrizes fixadas na Política (BRASIL, 1999a; BARROS e TARTAGLIA 2003). Observa-se que as definições de SAN e DHAA passaram por processos de construção e reconstrução ao longo das décadas, e têm sido centrais nos apontamentos de ações e programas vinculados a PNAN (BRASIL, 1999a; PAIVA e SANTOS, 2009). Para o ano de 2002 citamos a publicação do Guia alimentar para crianças menores de 2 anos, documento que também abordou a questão cultural (BRASIL, 2002a).

Como estratégias para assegurar o DHAA foi criado, no ano de 2003, o Programa Fome Zero (BRASIL, 2011c). Paralelamente ao retorno da pauta do combate à fome ao espaço político ocorre a reinstituição do CONSEA (BRASIL, 2011c; BURLANDY, 2011). O momento motivou também a realização da II CNSAN no ano de 2004, dez anos após a primeira conferência de SAN (BRASIL, 2004).

Já o ano de 2006 foi marcado pela aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). De maneira geral, o SISAN fomenta a elaboração e implementação de políticas, planos, programas e ações que visem o DHAA, sob uma proposta de gestão participativa (BRASIL, 2010b). É importante assinalar como a própria definição de SAN na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 engloba a perspectiva do direito humano e menciona o respeito à diversidade sociocultural (BRASIL, 2010b):

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em

quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

A III CNSAN, realizada em 2007, traz em seu relatório final apontamentos e estratégias para o funcionamento do sistema, e reafirma, entre outros aspectos, a diversidade sociocultural como um dos eixos que permeiam as temáticas abordadas no encontro (BRASIL, 2007a). Em consonância com demandas pautadas nas três conferências de SAN houve em 2010 a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, que inclui a alimentação aos direitos sociais integrantes do Artigo 6º da Constituição Federal – e a assinatura do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (BRASIL, 2010b).

Nos termos da PNSAN a “alimentação adequada e saudável” deve ser assegurada em todo território nacional, dando prioridade à famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O documento assevera ainda a promoção, universalização e coordenação de ações de SAN destinadas a povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária. Em meio às diretrizes que permeiam a PNSAN está o fortalecimento de ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde.

Entre seus objetivos está a articulação entre programas e ações intersetoriais que respeitem o DHAA e valorizem a diversidade na dimensão social, cultural, ambiental, étnico-racial, bem como a equidade

de gênero e a orientação sexual (BRASIL, 2010b). Para o monitoramento da PNSAN foram definidas sete dimensões escolhidas por meio do estudo de diversos modelos teóricos dos determinantes de SAN: produção de alimentos; disponibilidade de alimentos; renda e despesas com alimentação; acesso à alimentação adequada, saúde e acesso aos serviços de saúde; educação; e políticas públicas e orçamento relacionados à SAN (BRASIL, 2010c). Como ferramenta de planejamento, gestão e execução da PNSAN, em 2011 foi publicado o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) que traça metas para os anos 2012/2015 (BRASIL, 2011d).

Assim, nesta breve descrição, observa-se a incorporação gradual da dimensão cultural e do reconhecimento da diversidade sociocultural brasileira entre os elementos norteadores das ações no campo da alimentação e nutrição no país (PAIVA; SANTOS, 2009). No entanto, a prerrogativa do respeito à sociodiversidade cultural da população se mostra contraditória em publicações ainda em vigência (LEITE, 2010; PAIVA, 2011). Leite (2010) chama atenção para trechos de publicações oficiais em que, ao mesmo tempo que preconizam o respeito aos hábitos alimentares locais, por vezes, relacionam a dimensão cultural a práticas alimentares inadequadas. O autor cita, como exemplo, trechos da PNAN (BRASIL, 1999a, p. 7):

Acresce-se a esses problemas os hábitos alimentares inapropriados, que constituem, igualmente, um grande desafio. Nas diferentes regiões do Brasil, a cultura popular ainda preserva tradições e práticas alimentares errôneas sobre o valor nutritivo, propriedades terapêuticas, indicações ou interdições de alimentos ou de suas combinações.

Segundo Leite (2010), o julgamento de valor relacionado a práticas alimentares também foi observado no Guia alimentar para crianças menores de dois anos (BRASIL, 2002a, p. 80):

No Brasil, existem muitas crenças e tabus relacionados ao consumo de alimentos e, em especial, à alimentação da criança pequena. Esse é um aspecto importante a ser considerado na discussão com a mãe sobre a alimentação de seu filho. Entende-se por crença a opinião

adotada com fé e convicção, e por tabu a proibição convencional imposta por tradição ou costume a certos atos, modo de se alimentar, de se vestir, etc. As crenças e tabus, muitas vezes, trazem prejuízo às crianças por limitar o uso de alimentos importantes para o seu crescimento e desenvolvimento, apesar de, esses alimentos, muitas vezes, estarem localmente disponíveis e serem consumidos por outros membros da família. Essa questão deve ser trabalhada com a mãe, procurando-se contornar (e não combater) a situação, tendo-se em mente que crenças e tabus não se desfazem facilmente, por estarem arraigados à cultura.

Entretanto, observa-se iniciativas de reflexão acerca dos rumos das propostas de algumas publicações, como é o caso da PNAN atualizada em 2011, que têm debatido aspectos anteriormente apresentados nesse capítulo e gerado novas demandas para as ações e programas vinculados (BRASIL, 2010d; BRASIL, 2011e). Tais afirmativas ficam claras quando examinamos, especificamente, o PNAE, programa que perdura desde o princípio da história das políticas públicas em alimentação e nutrição no Brasil. E também vêm passando por reformulações, mudanças e reconstruções ao longo das décadas, como podemos observar no item que segue.

2.2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

2.2.1 De política pública a direito constitucional: a alimentação escolar no Brasil

A alimentação do escolar no Brasil vem sendo pautada no âmbito da política pública desde os anos 1940 e, até a atualidade, a escola vem sendo foco das políticas públicas de alimentação e nutrição (SANTOS et al., 2007; SANTOS, 2012). Como veremos a seguir, a alimentação escolar passou por mudanças diversas, e para esse tópico, destacaremos a relação de tais mudanças com a proposta de respeito à diversidade sociocultural.

Efetivamente, a implementação de uma proposta que deu origem ao atual Programa de alimentação escolar data de 1955, ano em que ocorreu a assinatura do Decreto nº 37.106 instituindo a Campanha Nacional de

Merenda Escolar (SANTOS et al., 2007). Assim, o Programa vigora até os dias atuais, com variações na legislação, nos vínculos institucionais, nos objetivos e nas estratégias de garantia de alimentação do escolar. Apesar das mudanças ocorridas, o principal objetivo é pautado no pressuposto de que a oferta de alimentação durante o período escolar irá proporcionar, ao grupo prioritário, um melhor desempenho e diminuir a evasão escolar (SANTOS et al., 2007). Apesar de distintos objetivos institucionais ao longo da história da alimentação escolar, desde o princípio se observaram iniciativas acerca do respeito aos hábitos alimentares da localidade. Nos anos de 1940 o SAPS, referido anteriormente, fez recomendações nesse sentido, com objetivo de otimizar a composição da alimentação ofertada (L' ABBATE, 1989).

Até meados de 1960 o Programa recebia doações de alimentos de instituições internacionais, como o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos da América, por meio de uma ação chamada de “Alimentos para paz” (STEFANINI, 1997; SANTOS, et al., 2007; BRASIL, 2011a). Foi a partir de 1976, na forma de gestão centralizada, que o Programa adquiriu caráter de política social no país (SANTOS et al., 2007). Em 1979 a nomenclatura atual de Programa Nacional de Alimentação Escolar é instituída (BRASIL, 2011a). Nos anos 1970 o Programa alcançava cerca de 14 milhões de escolares, matriculados em pré-escolas e ensino de 1º grau da rede pública (SANTOS et al., 2007). Apesar de haver relatos de que o respeito aos hábitos alimentares era estimulado entre os programas em alimentação e nutrição daquele período, alguns estudos apontam para o predomínio do uso de um cardápio padronizado na alimentação escolar (L' ABBATE, 1989; STEFANINI, 1997; SANTOS et al., 2007).

A descentralização da alimentação escolar ocorreu na década de 1980, juntamente com uma proposta participativa e um processo de municipalização. Apenas no ano de 1988, pelo artigo nº 208, incisos IV e VII da Constituição Federal, a alimentação escolar passa a ser um direito garantido (BRASIL, 1988). Na década seguinte, o PNAE passa para a coordenação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), permanecendo até a atualidade (STEFANNI, 1997; BRASIL, 2011a). Em 1994 foi instituído o controle social no PNAE, assim, através da criação do Conselho de Alimentação Escolar, a fiscalização da execução e funcionamento do Programa começou a ser trabalhada.

Ainda na década de 1990, observou-se um avanço da proposta de defesa dos Direitos Humanos sob os textos oficiais das políticas públicas de alimentação e nutrição. No PNAE a perspectiva dos Direitos

Humanos e especificamente do DHAA começam a nortear as ações do programa. As discussões sobre o combate à fome, fortalecidas no ano de 2003, impulsionaram ainda mais a articulação do PNAE com a perspectiva de SAN. O PNAE passou a integrar o eixo 1 – acesso aos alimentos – do Programa Fome Zero, sendo citado como importante ferramenta para o alcance dos objetivos da PNSAN (BRASIL, 2010b; BRASIL, 2011c). . A admissão do PNAE como uma ação na política de SAN também pode ser percebida no Relatório final da II CNSAN (BRASIL, 2004). Segundo Mielniczuk (2005), o ano de 2003 representou o fortalecimento de uma importante ação do PNAE: a atenção especial dada a grupos étnico-raciais, caso específico dos indígenas (que será detalhada mais à frente nessa revisão).

Atualmente o PNAE abrange todas as escolas públicas e filantrópicas do país, da educação infantil ao ensino de jovens e adultos e é regido por um conjunto de legislações. A Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, explicita o objetivo do PNAE em contribuir para o rendimento escolar, o crescimento e o desenvolvimento, a aprendizagem e ainda para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Prevê-se que isto ocorra por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que atinjam as necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009b). A Lei 11.947 entende por alimentação escolar todo alimento ofertado na escola no período escolar. O trecho em destaque mostra o diálogo do programa com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2009a):

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

- a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar; abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

A primeira diretriz do artigo 2º, nos termos da Lei, faz menção ao respeito à cultura no uso dos alimentos e ao emprego da alimentação saudável e adequada para o alcance dos objetivos do programa (BRASIL, 2009a):

II- o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

Segundo os termos da Lei, para a elaboração dos cardápios devem ser utilizados gêneros básicos, respeitada as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e tradição alimentar da localidade (BRASIL, 2009a). Por gênero alimentício básico a Lei entende alimentos ditos como indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, não há uma problematização acerca da variação da definição de saudável, o que parece, nos termos na lei, favorecer o olhar biomédico sobre aquele aspecto (BRASIL, 2009a).

Esta legislação ainda estipula que a responsabilidade pela elaboração do cardápio deve ficar a cargo de um nutricionista, sendo que as atribuições desse profissionais na alimentação escolar são ainda definidas pelas Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas(CFN) nº 465/2010 (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2010d). O destaque dado pela legislação para as atribuições do nutricionista o caracteriza como um dos atores-chave no conjunto de ações que concretizam o programa. A legislação dá ênfase ainda aos atores que integram o CAE, órgão de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento (BRASIL, 2009a). O mesmo deve ser constituído por um representante indicado pelo Poder Executivo; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes; dois representantes de pais e alunos e dois representantes indicados por entidades civis organizadas (BRASIL, 2009a).

Ainda no ano de 2009, a Resolução/FNDE nº 38 de 16 de julho - que dispõe sobre o atendimento à alimentação escolar - reforçou o paradigma de que a alimentação adequada é um direito fundamental, tendo o Ministério da Educação a competência de propor ações educativas pertinentes a alimentação e nutrição (BRASIL, 2009b). A Resolução

considera importante a intersetorialidade de políticas, ações e programas, além da articulação entre saúde, agricultura, educação, sociedade civil e etc.

A Resolução apresenta um anexo contendo critérios de cunho nutricional que devem ser seguido dentro de um percentual mínimo para cada categoria de ensino. A fim de promover as chamadas práticas alimentares saudáveis, a Resolução fez referência à Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.010, de 8 de maio de 2006 (BRASIL, 2009b; BRASIL, 2006). Tal Portaria inclui diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas (BRASIL, 2006). Na perspectiva que predomina na Portaria, o aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) vêm mudando o perfil epidemiológico da população brasileira em proporções alarmantes, especialmente entre crianças e adolescentes. Partindo desse pressuposto, acredita-se que as DCNT's devem ser prevenidas por meio de “mudanças nos padrões de alimentação, tabagismo e atividade física” (BRASIL, 2006). Sobre o padrão alimentar brasileiro, a referida Portaria julga que: “encontre-se a predominância de uma alimentação densamente calórica, rica em açúcar e gordura animal e reduzida em carboidratos complexos e fibras”, sendo considerado inadequado. Frente a esse argumento, adotou-se recomendações e estratégias da Organização Mundial da Saúde (OMS) ou Estratégia Global. As proposições intervencionistas da OMS depositam nas escolhas individuais a responsabilidade sobre o negativo quadro no perfil epidemiológico da população, ao fomentar a necessidade de: “mudanças socioambientais, em nível coletivo, para favorecer as escolhas saudáveis no nível individual” (BRASIL, 2006). Uma problematização mais específica sobre a contradição entre a diretriz do respeito à diversidade sociocultural e o julgamento de valor presente na legislação do PNAE pode ser encontrada nesta dissertação na seção 2.3.

Destaca-se também, como medida de promoção de intersetorialidade entre os Ministérios da Educação e da Saúde, o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído no ano de 2007 pelo Decreto nº 6.286 (BRASIL, 2007b). Segundo os termos do Decreto, busca-se contribuir para a formação, em tempo integral, dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (BRASIL, 2007b). Entre as ações, estão previstas avaliação clínica e nutricional, promoção da alimentação saudável e atividade física, prevenção e redução do consumo de álcool/drogas, controle do

tabagismo, entre outras (BRASIL, 2007b). A execução das ações deve se dar pela visita periódica de equipes de saúde da família às escolas participantes do PSE (BRASIL, 2007b).

Nesse contexto, reconhece-se a relevância de um Programa em alimentação e nutrição que perdura por décadas, antes mesmo que a alimentação escolar fosse direito garantido pela Constituição Federal e mais cedo ainda que o próprio direito à alimentação fosse inserido na Constituição. Desse modo, além de descrever a trajetória histórica e as perspectivas que vêm norteando as propostas de atuação do PNAE, pretende-se conhecer como se dá atualmente a sua operacionalização.

2.2.2 A operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Desde os anos 1990 o PNAE é coordenado pelo FNDE, órgão responsável pela transferência de recursos monetários, pelo planejamento de normativas, de estratégias de execução, de controle, de monitoramento e de avaliação do Programa (BRASIL, 2011a). O repasse financeiro para a execução do Programa é realizado de maneira automática em conta específica para a entidade executora (EEx), que podem ser estados, Distrito Federal, municípios e escolas federais (BRASIL, 2011a). Esses recursos devem ser utilizados apenas na aquisição de gêneros alimentícios, ficando a responsabilidade de execução a cargo da Secretaria de Educação da qual faz parte a EEx. Entre as atribuições da Secretaria está a complementação dos recursos financeiros, a prestação de contas, o desenvolvimento de ações de educação alimentar, previstas na legislação, e logicamente o fornecimento de alimentação (BRASIL, 2011a).

Para os alunos matriculados nas instituições de ensino estaduais, os estados podem delegar a seus municípios a responsabilidade pelo atendimento daquelas localizadas nas suas respectivas áreas de jurisdição. Sendo assim o repasse monetário é feito diretamente pelo FNDE aos municípios, não retirando as atribuições das EEx determinadas pelas leis (BRASIL, 2011a). A legislação permite ainda que os estados, Distrito Federal e os municípios optem por repassar os recursos recebidos, no âmbito do PNAE, diretamente para as escolas de educação básica de sua rede de ensino ou para as chamadas unidades executoras (UEX), que são tidas como as entidades representantes da comunidade escolar (BRASIL, 2011a).

Desse modo, a operacionalização do Programa pode se dar

em duas modalidades: a centralizada ou a escolarizada. No primeiro caso, a centralização se dá quando as Secretarias Estaduais de Educação ou prefeituras captam o recurso, administram e realizam a prestação contas ao órgão federal, sendo responsáveis pela aquisição, distribuição dos alimentos e pela elaboração dos cardápios (BRASIL, 2011a). A outra modalidade é denominada escolarizada, em que as prefeituras ou Secretarias Estaduais de Educação transferem os recursos diretamente para as escolas e creches da rede, que passam a ser responsáveis pela execução do Programa. Ocorre também o modelo misto, em que parte dos gêneros alimentícios é adquirido pela escolas e outra parte é comprada pela prefeitura ou Secretarias Estaduais de Educação (BRASIL, 2011a). Ademais, há possibilidade de realizar a tercerização do serviço para o fornecimento da alimentação escolar, o que tem gerado grandes debates na sociedade (BELIK, CHAIM, 2009).

Segundo Belik e Chaim (2009), a modalidade de gestão centralizada era preponderante entre os municípios estudados por eles. Os autores apontam algumas vantagens e desvantagens das duas modalidades, sendo que na modalidade escolarizada haveria a possibilidade de melhoria na logística de distribuição de perecíveis, por exemplo, pelo fato de a cadeia de distribuição ser geralmente mais curta nesse caso.

Em todos os casos, o recurso do FNDE deverá ser restrito ao pagamento dos gêneros alimentícios, ficando as demais despesas necessárias a cargo da EEx, cabendo a ela a definição do cardápio (BRASIL, 2011a). Independentemente da forma de operacionalização do PNAE, o cálculo para o repasse do recurso monetário destinado para a execução se dá pelo número de alunos matriculados no censo escolar. O valor é definido por modalidade de ensino (BRASIL, 2009^a, BRASIL, 2012a). Segundo a Resolução nº8 de 14 de maio de 2012, o FNDE repassa R\$ 0,30 (trinta centavos de real) por aluno/dia para as seguintes modalidades de ensino: ensino fundamental, ensino médio, e educação de jovens e adultos (EJA). Para creches o valor é de R\$ 1,00 (um real), para pré-escolas é de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) e para escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e quilombolas o valor é de R\$ 0,60 (sessenta centavos de Real). O maior valor é destinado para o Programa Mais Educação, chegando a R\$ 0,90 (noventa centavos de Real) (BRASIL, 2012a). O Programa Mais Educação foi criado em 2007 e fomenta a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, aumentando a oferta educativa nas escolas.

Quanto à forma de aquisição de gêneros alimentícios, há

orientação para que seja preferencialmente realizada em âmbito local. Sobre o abastecimento, Vianna e Tereso (2000), em análise sobre os alcances e limitações do abastecimento regional de um município do interior de São Paulo, a operacionalização deve considerar as condições de disponibilidade de alimentos na região, sendo que em cada caso as dificuldades operacionais dependerão das características regionais e de estrutura pública, variando situações onde as condições de abastecimento são plenamente suficientes, até situações onde essas condições inexistam.

Mas a legislação é rigorosa ao definir que no mínimo 30% do recurso seja destinado à aquisição de produtos diretamente da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e sempre que possível, priorizando os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (BRASIL, 2009a). Essa aquisição deve ocorrer sem licitação, desde que os preços estejam de acordo com os de mercado e sigam as exigências estabelecidas (BRASIL, 2009b). As EEx podem ser dispensadas de utilizar 30% do recurso para compra de produtos da agricultura familiar caso comprovem que os agricultores não tenham condições de realizar fornecimento regular e constante, que seus produtos não estejam de acordo com as condições técnicas exigidas ou que exista impossibilidade de emissão de documentos fiscais (BRASIL, 2009a). Alguns estudos chamam atenção para os desafios ainda encontrados para o alcance da aquisição da alimentação escolar por meio da agricultura familiar, aspectos relacionados a adequação estrutural e organizacional pelo qual o agricultura deve passar para o atendimento da demanda são sublinhados (BELIK, CHAIM, 2009; PAIVA, 2011; SOARES, 2011). Belik e Chaim (2009) apontavam para o baixo percentual de prefeituras que atingiam as recomendações de compra de gêneros alimentícios diretamente de produtores rurais.

Uma das normas direcionadas aos nutricionistas responsáveis pelo planejamento dos cardápios da alimentação escolar preconiza que a alimentação escolar fornecida deve suprir no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias dos alunos de educação básica em período parcial. No caso de serem oferecidas duas ou mais refeições, deverá suprir no mínimo 30% das necessidades e, em período integral, no mínimo 70% (BRASIL, 2009b). Para os alunos matriculados em escolas indígenas ou remanescentes de quilombolas, cada refeição fornecida deverá suprir 30% das necessidades (BRASIL, 2009b). A legislação

aponta o tipo e quantidade mínima de alimento a ser ofertado (no mínimo três porções de frutas e hortaliças por semana) e ainda que as refeições devem suprir as necessidades nutricionais dos alunos por faixa etária e/ou para os que necessitem de atenção específica (BRASIL, 2009b). A Resolução proíbe a aquisição de gêneros considerados como de baixo teor nutricional, como por exemplo, refrigerantes, refrescos artificiais e similares. Restringe a 30% dos recursos para a aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, preparações pré-elaboradas, prontas para o consumo ou alimentos concentrados com quantidade de sódio consideradas elevadas.

Diante dessa breve apresentação dos elementos preconizados pelos textos oficiais para a operacionalização do PNAE observamos que há um predomínio do paradigma nutricional biomédico. Há referências nutricionais e parâmetros mínimos/máximos a serem seguidos na elaboração de cardápios e regras e proibição para aquisição de determinados tipos de alimentos entre outras medidas. De outro lado não há elementos que favoreçam outras diretrizes apontadas na legislação, como a diretriz do respeito à diversidade cultural e alimentar da população brasileira. Não encontramos referências teóricas e ou apontamentos acerca da dimensão cultural da alimentação, tampouco sobre seu caráter plural e dinâmico.

2.2.3 A alimentação nas escolas indígenas

A implementação de instituições de ensino para populações indígenas tem seu princípio no período colonial, estando a cargo de ordens religiosas que posteriormente se aliam ao Estado (ALVARES, 1999). Acentuadas transformações referentes à educação escolar indígena aconteceram em meados de 1988, ano da publicação da Constituição Federal quando, de forma inédita, o Estado dedica um capítulo aos direitos dos índios. Entre eles está o direito ao uso da língua materna e aos processos próprios de aprendizagem - o que resultou no conceito de escola diferenciada, que vêm sendo problematizado desde então (ALVARES, 1999). As Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena abordavam a proposta de escola diferenciada, com o intuito de valorizar as especificidades socioculturais de cada etnia em diversas dimensões, como no uso da língua nativa; elaboração de currículos e calendário adaptados; formação de professores indígenas; envolvimento da comunidade na gestão da escola e outras (BRASIL, 1993; GIORDANI et al., 2010).

O PNAE não conta com uma quantidade significativa de elementos teóricos em seu conjunto de documentos oficiais que façam referência à operacionalização do programa para as escolas indígenas. O que há de mais específico está presente na Resolução/FNDE nº 45 de 31 de outubro de 2003, que faz referências também ao atendimento às escolas situadas em comunidades quilombolas. Dentre as especificidades de que trata o documento, está o repasse de um valor monetário maior, que segundo Giordani et al. (2010) é sustentado no “reconhecimento da precariedade” das condições de saúde e nutrição de tais populações. Além do valor per capita aumentado, a Resolução/FNDE nº45 resolve que “*Na elaboração do cardápio, devem ser respeitados os hábitos alimentares de cada etnia, priorizando os alimentos semi-elaborados e in natura e respeitando sua vocação agrícola*” considerando “*a necessidade de se oferecer alimentação saudável e adequada, respeitando-se os hábitos alimentares e culturais particulares de cada etnia*” e “*garantir a implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e contribuir para a valorização e fortalecimento da cultura alimentar*” (BRASIL, 2003, p. 2).

Dentro desses princípios, atualmente o Programa de alimentação escolar está presente em 84% das comunidades de indígenas aldeados, no total das macrorregiões brasileiras (BRASIL, 2010a). Tal percentual demonstra a capilaridade do PNAE. Todavia, ainda são escassas as publicações que contemplem especificamente a alimentação escolar em contextos indígenas como acontece no estudo de Giordani e colaboradoras (2010). Autores tem discutido a alimentação escolar em estudos com outros enfoques principais (ALVARES, 1999; SILVA, 2008; OLIVEIRA, 2009; VERONA, 2009; VERONA et al., 2011).

Estudo realizado entre os Mbyá Guarani da Ilha do Cotinga, situado no litoral paranaense, teve o objetivo principal de desenvolver e aplicar instrumentos metodológicos para melhor conhecimento da execução do PNAE em contextos indígenas (GIORDANI et al., 2010). O estudo descreveu os referenciais nativos sobre uma alimentação adequada e avaliou a adequação da alimentação fornecida pelo PNAE, tendo a preocupação de observar aspectos nutricionais, de aceitação, preparo e distribuição das refeições realizadas na escola. O estudo concluiu que os Mbyá relacionam práticas alimentares às noções de corpo e de pessoa, vinculando-os com o divino. Segundo as autoras, de maneira geral, os Mbyá de Cotinga fazem boa avaliação da alimentação fornecida para o escolar, que era classificada pelos Mbyá como “comida de branco”.

O cardápio enviado pela nutricionista do município não era o mesmo preparado na aldeia, visto que a merendeira e a professora manejavam o cardápio frente aos alimentos disponíveis e conforme preferências manifestadas pelos escolares. As funcionárias relataram que mesmo utilizando alimentos e técnicas de preparo “de branco” na alimentação escolar, havia manutenção de alguns aspectos das práticas culinárias Mbyá. Era permitido que crianças ainda não escolarizadas também consumissem a refeição. Por fim, as autoras afirmaram que houve uma apropriação do Programa de alimentação escolar por parte da comunidade, e que a lógica de trocas e reciprocidade foi incorporada ao espaço escolar. Porém, a alimentação escolar, assim como em outras políticas públicas diferenciadas, se configura como um desafio aos gestores pelo fato de lidarem com especificidades socioculturais e a existência de sistemas simbólicos nativos que não se baseiam, necessariamente, nos mesmos pressupostos - nutricionais - das políticas públicas (GIORDANI et al., 2010).

Em dissertação realizada entre os Xavánte da aldeia Nossa Senhora de Guadalupe, TI São Marcos, Mato Grosso, Verona (2009) descreveu e discutiu vários aspectos do sistema alimentar naquela aldeia. O estudo não teve como enfoque principal a alimentação escolar, mas o tema esteve presente no item de descrição do consumo do grupo Xavánte. A autora relata, baseada em entrevistas com funcionários da escola estadual, que o cardápio era previamente enviado pela Secretaria Estadual de Educação e era feito pelo diretor e/ou merendeiras no momento do preparo, assim como ocorreu entre os Mbyá do litoral paranaense (GIORDANI et al., 2010). No entanto, entre os Xavánte havia dias em que a comida acabava antes que todos fossem servidos. Em outros dias nada era ofertado, pois o alimento acabava antes do recebimento de novos gêneros provenientes da cidade, que eram trazidos mensalmente pelo coordenador da escola (VERONA, 2009). Basicamente eram servidos “alimentos de branco”. Segundo o relato das merendeiras, não eram realizadas preparações Xavánte na escola pelo fato de não receberem alimentos Xavánte. Quando havia sobras, a comida era ofertada aos adultos da comunidade. Houve um relato de um nativo adulto que apontava a alimentação escolar como um fator de mudança na dieta Xavánte (VERONA, 2009).

Em pesquisa realizada entre os Kaingáng da TI Xapecó, Santa Catarina, Oliveira (2009) identificou a escola entre os diversos espaços de comensalidade da comunidade e descreveu como a alimentação escolar

era percebida por alguns atores envolvidos (OLIVEIRA, 2009, p. 32):

“A diretora da escola relatou-me que nesse ano começou um projeto piloto de merenda específica para a escola indígena. Até os primeiros meses de 2008, vinham enlatados (...) diretamente do governo estadual, portanto enviados de Florianópolis. Tanto as diretoras quanto as merendeiras (todas Kaingáng) queixaram-se bastante da qualidade da merenda, pois mesmo após deixar o conteúdo dos enlatados de molho por bastante tempo, ainda fediam ao cozinhar e as crianças não comiam. Desde janeiro de 2008 começaram a se queixar ao órgão competente. Após as queixas, mudaram a origem da merenda, sendo agora a verba encaminhada a Gerência Regional de Educação de Xanxerê, que faz uma licitação entre os mercados da cidade e envia a merenda toda semana para a escola(...) As merendeiras disseram que os alunos preferem comida de sal (risoto, o macarrão, feijão) e reclamam quando são servidos apenas biscoitos e frutas”

Entre os Maxakali do vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais, Alvares (1999) ressalta que a reciprocidade de bens e a partilha de alimentos, valorizada pelo grupo, foi levada pelos indígenas também para o espaço escolar. No início do funcionamento da escola, toda a população participava do momento da alimentação. No entanto, em pouco tempo professores indígenas receberam a orientação, vinda da gestão, para limitar a comida apenas aos alunos matriculados na escola, devendo assim inibir a prática, o que para os Maxakali feria regras básicas do convívio social (ALVARES, 1999). Em estudo abordando a temática da alimentação na vida comunitária dos Baniwa da região de São Gabriel da aldeia, Amazonas, a alimentação escolar foi um elemento descrito pelo autor (TRUJILLO BANIWA, 2012). O pesquisador Trujillo Baniwa relatou que os alimentos eram enviados às escolas pela Secretaria Municipal de Educação duas ou três vezes ao ano e em sua maioria eram industrializados. Escolas com menos de 30 alunos não possuíam servidoras municipais no cargo de merendeira, e nesse caso eram as mães de alunos que preparavam a alimentação dos alunos em suas casas. Para o autor, apesar de considerar o “aspecto benéfico” do fornecimento de

alimentos em momentos de escassez, o Programa de alimentação escolar por vezes servia de ponte para a entrada de alimentos industrializados no cotidiano familiar nas aldeias e tal situação foi entendida como problemática, desafiadora e um fator que *“prejudica a preservação da cultura, porque estimula as crianças a trocarem o chibé ou quinhapira pelo tang e pela bolacha”* (TRUJILLO BANIWA, 2012, p.198).

Frente às discussões postas nesse tópico, podemos inferir que mesmo com os avanços recentes na legislação do PNAE no que se refere à proposta de respeito à diversidade sociocultural da população, a efetividade de tal diretriz se configura em grande desafio para seus gestores e executores. O exame das legislações vigentes que amparam o programa, permite-nos concluir que a legislação não oferece elementos para a concretização da diretriz do respeito à diversidade. Ademais, os propósitos teóricos são por vezes divergentes pois, em um mesmo momento que dita regras fixas e universais propõem respeito as diversas organizações sociais e culturais. Exemplo disso é a adoção de um conceito de alimentação saudável baseado em categorias biomédicas - que impõe regras e classificações alimentares intituladas como adequadas - ao mesmo tempo que pretende contemplar a diversidade social e cultural da população. Dessa maneira os termos da lei não tornam claros o que entendem por diversidade sociocultural.

O contexto das sociedades indígenas reflete de maneira relevante tais implicações. As pesquisas sobre alimentação nas escolas indígenas, citadas anteriormente, deixam claro que as regras do PNAE pretendem a padronização mesmo em contextos muito variados. Dessa maneira, como a efetividade do respeito à diversidade sociocultural era pensada por gestores e executores do PNAE frente à valorização da reciprocidade entre os Maxakali? O cardápio elaborado pela secretaria estadual de educação, que dava base para a compra de alimentos destinado aos Xavante da aldeia Nossa Senhora de Guadalupe, buscava a categoria de alimentos relatada pelas merendeiras para a pesquisadora? O próximo tópico sugere uma reflexão que, em alguma medida, possa iluminar parte desses e de outros questionamentos. Portanto, tentaremos ampliar as discussões em torno da diversidade sociocultural da população brasileira e particularmente da parcela que vive em contextos indígenas, guiando o olhar para a dimensão cultural da alimentação. Acreditamos que tal problematização se faz importante para os debates norteadores das políticas, ações e programas governamentais cujas propostas de respeito à diversidade vêm sendo pautada.

2.3 A DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL E ALIMENTAR: ALGUMAS REFLEXÕES

2.3.1 Cultura e alimentação

“...Isso significa que as descrições das culturas berbere, judaica ou francesa devem ser calculadas em termos das construções que imaginamos que os berberes, os judeus ou os franceses colocam através da vida que levam, a fórmula que eles usam para definir o que lhes acontece...” (GEERTZ, 1989 p.35)

No presente item, pretendemos aprofundar o debate acerca da articulação entre cultura e alimentação, na tentativa de contribuir para a reflexão sobre as implicações da proposta de respeito à diversidade sociocultural presente nos documentos oficiais que norteiam as políticas públicas que abrangem saúde, alimentação e nutrição.

Os estudos envolvendo cultura não são exclusivos de um campo teórico específico. No entanto, o campo das ciências sociais tem privilegiado esse debate dentro de uma variedade de vertentes, especificamente no olhar lançado pela antropologia (CANESQUI; GARCIA 2005). A noção de relativismo cultural, como aparece na citação no topo desta página, enriquece o debate por nós pretendido, principalmente frente à pluralidade sociocultural e alimentar da população brasileira. Nessa perspectiva, a saúde - e consequentemente a alimentação - são problematizadas como elementos que integram um complexo sistema simbólico constituído por variadas dimensões da vida cotidiana e experienciada em contextos sociais específicos (GEERTZ, 1989). Assim, cultura, como foi concebida por Geertz (1989), é expressa na interação social, na qual os atores comunicam e negociam os sentidos (LANGDON, 1994).

Ao tomarmos sistemas alimentares enquanto sistemas culturais, bem como vêm sendo consideradas a religião, a política e a saúde, por exemplo, entendemos que não há um sistema único/universal que deva ser tomado como base para analisar outros tantos. Reconhecendo a existência de vários sistemas, torna-se possível considerar que sejam de mesma natureza e devam ser analisados em um mesmo patamar em estudos comparativos (KLEINMAN, 1980; LANGDON, 2001b).

No caso das sociedades ocidentais modernas, a asserção comparativa proposta por Kleinman (1980), somada aos estudos em antropologia da saúde, em uma perspectiva simbólica, vêm contribuindo para o confronto da hegemonia biomédica, possibilitando sua própria relativização. Neste paradigma, o biológico se articula ao cultural, sendo o processo saúde/doença um evento experimental e dinâmico (LANGDON, 1994). À luz das inferências de Da Matta (1987), tal reflexão reconhece o conjunto de ações nativas como um sistema, bem como sua coerência em si mesmo.

Conforme Langdon em entrevista cedida para Becker et al. (2009), um conceito que também vem sendo considerado como interessante por ultrapassar o enfoque estritamente biomédico é a concepção de auto-atenção, levantada por Menéndez (2003). Tal ideia reconhece a interligação de aspectos socioculturais e históricos no processo saúde/doença, em uma dinâmica de intermedicalidade (MENÉNDEZ, 2003; BECKER et al., 2009). Assim, para Menéndez (2003), auto-atenção refere-se às práticas que os grupos sociais destinam a suas aflições/adoecimentos sem recorrer diretamente a um especialista. A alimentação - bem como demais recursos- estaria em um nível que Menéndez chamou de “mais amplo” da auto-atenção, e que remete ao contexto vivenciado coletivamente e relacionado aos processos de reprodução biossocial do grupo. Ainda segundo Langdon (2001b), essa perspectiva destaca a agência dos sujeitos frente as suas escolhas e experiências coletivas, tal como reconhece que saúde abrange uma gama de aspectos que transcendem os processos unicamente biológicos e nutricionais. Como inferiu Langer (1971), a mente humana não se articula unicamente no interesse de necessidades biológicas, sendo motivada pela necessidade de simbolização.

Sob essa ótica de saúde, não há como separar práticas de saúde dos processos socioculturais como, por exemplo, os critérios de comestibilidade e comensalidade. Os significados atribuídos aos momentos envolvendo comida são culturalmente permeados no contexto local (LANGDON, 2001a). Além disso, as proibições, prescrições e restrições alimentares estariam ligadas não apenas ao meio em que se vive e aos recursos técnicos disponíveis para a obtenção de alimento, mas também a variadas dimensões da vida social. Comida é cultura quando produzida, quando preparada e quando consumida, pois ao escolher a própria comida o ser humano utiliza critérios relacionados tanto a dimensões nutricionais e econômicas, quanto aos valores simbólicos de que se reveste a comida (MONTANARI, 2008). Nessa perspectiva, a

construção cultural se configura em um processo dinâmico, constituído por sistemas de símbolos significantes que envolve linguagens, rituais, mitos, entre outros (GEERTZ, 1989; SAHLINS, 1990; LANGDON, 2001b). A constuição sociocultural de significados permeia as ações e interações sociais concretas, temporais e sustentam as formas sociais vigentes, as instituições e seus modelos operativos (LANGDON; WIJK, 2010). Considerando seu caráter dinâmico, a alimentação está indissociada da cultura e se encontra em constante processo de mudanças, alterações e novas interpretações, nos mais variados contextos vivenciados, não permitindo generalizações que tendem a universalizar padrões de saúde e alimentação (FRY, 2001; SAHLINS, 2003).

Por conseguinte, tais reflexões apresentadas nessa seção são essenciais na problematização da temática da sociodiversidade cultural e alimentar da população, bem como é passo importante para o diálogo interétnico em processos de atuação de qualquer instância (LEITE, 2007). Nota-se que a perspectiva biomédica; que julga errôneas diversas práticas culturais/alimentares da população, como observamos no exame das políticas públicas citadas na seção anterior desse estudo, assume postura etnocêntrica perante realidades dos diferentes contextos locais. Tal afirmativa se fortalece diante dos argumentos aqui apresentados e nos permite concluir, por hora, que os textos oficiais analisados tratam de maneira imprecisa as especificidades culturais da sociedade. E, sob essa perspectiva, os contextos vivenciados pelas populações indígenas configuram-se em caso particularmente rico. A trajetória das populações nativas no Brasil nos oferece um conjunto de elementos que vem sendo pauta de estudos em diferentes campos que, apesar de serem ainda escassos, possibilitam uma contextualização diante de tais particularidades, articulando assim a discussão proposta nesse estudo.

2.3.2 A diversidade demográfica e alimentar no contexto dos povos indígenas no Brasil

O Estatuto do Índio, regulado pela Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 define como índio *“todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”* (BRASIL, 1973). Diferentes estimativas apontaram que na época da ocupação europeia no Brasil a população nativa, ou autóctone, encontrava-se em cerca de 800 mil e 2,5 milhões de indígenas (PAGLIARO, 2010). Tal população, presente no território antes da formação do Estado nacional, sofreu intensamente com as intervenções imediatas das práticas coloniais. Entre as principais consequências estão aquelas ocasionadas por novos agentes infecto-parasitários, confinamento territorial, exploração dos recursos naturais, aprisionamento, desestruturação social, entre outros (SANTOS; COIMBRA JR., 1994). O período colonial foi marcado por um número significativo de mortes e pelo extermínio de sociedades inteiras (SANTOS; COIMBRA JR., 1994). Segundo Black (1994), até o ano de 1970 a população indígena total no Brasil foi subtraída em aproximadamente 99% daquela estimada para 1500.

Pagliari e colaboradores (2005) dão ênfase ao fato das sociedades indígenas - mesmo com representações inexpressivas do ponto de vista demográfico - estarem em franco processo de recuperação populacional, com expressivas proporções de população jovem e infantil. Segundo Flowers (1994), passado o período de depopulação, alguns povos indígenas tiveram sua população duplicada a cada 15 anos, como é o caso dos Xavânte de Mato Grosso. Os dados populacionais para os povos indígenas no Brasil ainda são inexatos e variam de acordo com a fonte utilizada (PAGLIARO, 2010). Segundo o Censo do IBGE de 2010 a população indígena no Brasil era de 896,9 mil indivíduos pertencentes a 305 etnias oficialmente reconhecidas, falantes de mais de 274 línguas distintas (IBGE, 2012). No âmbito desse Censo, foram identificadas 505 terras indígenas reconhecidas oficialmente, sendo que outras 182 ainda estavam em processo de demarcação. Poucos grupos se encontram isolados ou semi-isolados, outros já interagem há séculos com não indígenas, e em 2010 havia 36,2% vivendo em área urbana e 63,8% na área rural (IBGE, 2012).

De maneira geral, a grande parte pertence a micro-sociedades, o que representava em 2007 que 28% dos grupos existentes apresentavam uma população com menos de 200 indivíduos e 77% com menos de

1000 (LANGDON, 2007). Assim, a pluralidade dos povos indígenas e a diversidade entre etnias está nas diferentes formas de subsistência, nas características dos ecossistemas que ocupam, nas cosmologias, nos idiomas, nas organizações sociais, nos sistemas médicos, nos sistemas políticos específicos, entre outras características (SANTOS, 1993; LEITE et al., 2007).

A variabilidade de práticas, escolhas alimentares e utilização de recursos naturais podem ser observadas nos primeiros estudos sobre dieta entre os povos indígenas amazônicos no Brasil (DUFOUR, 1991; SANTOS, 1993). As escolhas alimentares por vezes diferem enormemente mesmo quando sociedades distintas partilham de territórios muito próximos. Dufour (1991) trouxe em sua revisão descrições da dieta de povos amazônicos acompanhados a partir dos anos 1950. A mandioca (também consumida na forma de beiju e farinha) estava na base da alimentação de alguns povos indígenas, seguida também pelo consumo de carne de animais silvestres, insetos, peixe e coleta de frutos nativos. Outros povos cultivavam milho, feijão e abóbora, praticavam extração de palmito e coleta de raízes nativas. A dinamicidade nos processos de mudança constantemente vivenciados pelas diferentes etnias, também era destaque no estudo de Dufour (1991). Esses exemplos tornam visível a variabilidade alimentar e cultural entre etnias, ou seja, não há como generalizar práticas alimentares de quaisquer sociedade, mesmo que partilhem de um mesmo território.

2.3.3 Estudos em saúde, nutrição e alimentação indígena no Brasil

Antes de apresentarmos algumas informações existentes que se referem à nutrição dos povos indígenas e, diante da reflexão acima fomentada, concordamos com a ressalva de Leite (2012) que esclarece que, ao falarmos em nutrição, estamos tratando de uma perspectiva entre muitas outras que abrangem discussões sobre alimentação e os aspectos que se relacionam com a situação de vida das populações indígenas. Ademais, a perspectiva predominante no campo da nutrição tem como base construções particulares do modelo biomédico ocidental, ou da chamada biomedicina. Ponto de vista este que se aproxima muito do conjunto de ideias de profissionais de saúde e políticas públicas de saúde, alimentação e nutrição no Brasil, de maneira geral. No entanto, essa visão se distingue em diversos aspectos do conjunto de ideias sobre saúde e alimentação em diferentes sociedades existentes no país. O trecho a seguir fortalece

nossa argumentação sobre a abordagem envolvendo nutrição dos povos indígenas (LEITE, 2012, p. 164):

*“Não devemos esquecer, no entanto, que referimo-nos aqui a um ponto de vista específico, o da medicina ocidental, que irá avaliar e dizer o que considera problemas de saúde e nutrição. A população não terá necessariamente o mesmo entendimento, ou seja, **poderá não considerar preocupante o caso de um indivíduo diagnosticado por um profissional de saúde não índio como obeso, ou como desnutrido.** Este é um dado fundamental a ser considerado pelos serviços de saúde, e reflete tão somente a existência de pontos de vista distintos sobre uma situação, assim como as visões de mundo e sistemas médicos daqueles que os pronunciam. **São ambos, logicamente, corretos e legítimos.**”* (grifos meus).

Os estudos dedicados à temática de saúde e nutrição indígena, historicamente escassos se comparados com estudos voltados para outros segmentos da população nacional, no entanto tem crescido nas últimas duas décadas e, em sua maioria fazem referência a casos específicos, o que limita uma visualização das condições gerais das populações analisadas (SANTOS, 1993; COIMBRA JR.; SANTOS, 2000; SANTOS; COIMBRA JR., 2003; LEITE et al., 2007; LICIO, 2009). O documento que trata da Política Nacional de Atenção aos Povos Indígenas do Ministério da Saúde (MS) explicita a ausência de dados e aponta para a magnitude das desigualdades entre a saúde dos povos indígenas e de outros segmentos da sociedade nacional (BRASIL, 2002b).

A falta de informações sobre as diversas populações indígenas inviabiliza o conhecimento real da situação em que se encontram. Santos e Coimbra Jr. (2003) descrevem como “invisibilidade demográfica e epidemiológica” o fato de grandes pesquisas nacionais não contemplarem as especificidades do segmento indígena em suas investigações durante anos. O IBGE, por exemplo, apenas incluiu a categoria “indígena” no censo do ano de 1991 e ainda assim sem especificar etnia dos indivíduos recenseados (COIMBRA JR. e SANTOS, 2000). Apenas em 2010 investigou o número de etnias indígenas.

Em se tratando de pesquisas nacionais sobre o perfil de saúde e

nutrição, se por um lado a população brasileira não indígena vem sendo acompanhada por inquéritos nacionais desde os anos 1970, por outro nenhum inquérito publicado até o ano de 2009 tratava especificamente da investigação do estado de saúde e nutrição das populações indígenas em um contexto nacional (SANTOS, 1993; LICIO, 2009). No entanto, pesquisas realizadas com grupos específicos apontam para a permanência de doenças infecto-parasitárias, altas prevalências de desnutrição infantil, ao mesmo tempo que indicam mudanças significativas entre os adultos, com o surgimento de casos da chamada obesidade (SANTOS & COIMBRA JR.; 1994; GUGELMIN; SANTOS, 2001; SANTOS & COIMBRA JR., 2003; LEITE et al., 2007; LICIO, 2009).

São escassas também as publicações que exploraram a situação da disponibilidade alimentar dos povos referidos. Publicado no ano de 1995, o II Mapa da Fome entre os Povos Indígenas no Brasil aponta para condições de vida precárias e especialmente sérios problemas de disponibilidade de alimentos, tendo como principais causas a redução de terras e o aumento da pressão sobre os recursos naturais (VERDUM, 1995). Este autor faz referência também à intolerância a que os povos indígenas estão expostos e ao processo de “empobrecimento” em que se encontram. A não garantia dos territórios tradicionais, intrusão das terras, depredação dos recursos naturais e políticas indigenistas equivocadas vêm gerando consequências importantes no modo de vida dessas populações (VERDUM, 1995).

Em revisão publicada no início da década de 1990, Santos (1993) destaca que alterações nas estratégias de subsistência resultam em modificações na qualidade da dieta e no quadro nutricional. Os estudos realizados com etnias específicas têm avaliado de forma negativa os impactos referentes ao perfil nutricional. O grau de desigualdade em que vivem os povos indígenas parece refletir nas alterações antropométricas, por exemplo (LEITE et al., 2007).

O I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas teve como objetivo preencher a lacuna histórica de informações referentes à situação alimentar e nutricional e seus possíveis determinantes (BRASIL, 2010a). Tendo como foco a saúde e nutrição materno- infantil, o inquérito investigou também a presença de programas governamentais nos três anos que precederam a pesquisa. Os resultados fortalecem a tendência de altas prevalências de desnutrição infantil apresentada em muitos estudos realizados com grupos específicos: entre as crianças, a prevalência de déficit de altura (26,0%) é bem maior do que a encontrada

nas camadas mais pobres da população brasileira não indígena.

Em comparação com a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) 2006, a prevalência de desnutrição foi novamente mais elevada nas crianças indígenas, sendo que no Centro-Oeste foi observada a maior desigualdade entre a PNDS e o Inquérito de Saúde Indígena. Na PNDS 2006, 5,5% das crianças não indígenas do Centro-Oeste apresentavam déficit de estatura, enquanto nas crianças indígenas a prevalência de déficit de estatura foi de 27,8% (BRASIL, 2010a). A prevalência de anemia ferropriva (51,3%) entre as crianças também se apresentou elevada, bem como a prevalência de sobrepeso (30,7%) e obesidade (15,7%) entre as mulheres adultas de todas as macrorregiões (BRASIL, 2010a). Há ocorrência expressiva de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão arterial (15%) e diabetes (1,2%), sendo que para Coimbra Jr. (2010) o registro de casos de diabetes serve como alerta por indicar um problema emergindo.

Excetuando a macrorregião Norte - que apresentou um padrão de fontes para obtenção de alimentos com estratégias mais ligadas à autossustentabilidade - as demais macrorregiões têm a compra como fonte principal de alimentos, complementada por alimentos de cestas básicas provenientes de programas governamentais, pelo cultivo e criação doméstica de animais e, em menor grau, pela coleta, caça e pesca (BRASIL, 2010a). Tais resultados colaboram para a afirmativa de que as alterações no perfil de saúde e nutrição dos povos referidos, de maneira geral, podem ser atribuídas a variados aspectos vivenciados nos contextos locais. Como afirma Leite (2004), o conhecimento de processos locais tem grande importância para o entendimento dos impactos das mudanças socioeconômicas sobre a saúde de uma população. Dentre eles, podemos citar as mudanças alimentares, como o consumo de alimentos industrializados e de cultivos introduzidos em detrimento dos alimentos tradicionais, os quais não podem ser analisados isoladamente (GUGELMIN; SANTOS, 2001; LEITE et al., 2007).

Em alguns contextos, a introdução de fontes de renda - oriundas de trabalho assalariado, venda de produtos diversos, aposentadorias, demais benefícios sociais - e a inclusão em programas governamentais também tem sido citada como formas de acesso aos “novos” alimentos (LEITE et al., 2007; BRASIL, 2010a). Concomitantemente às mudanças na alimentação, verifica-se tendência de alguns grupos à diminuição na dinâmica de mobilidade, fato que vem sendo atribuído a alterações importantes nas estratégias de subsistência e nos padrões de assentamento,

o que demonstra parte da complexidade de aspectos relacionados à situação de saúde e nutrição (GUGELMIN; SANTOS, 2001; BRASIL, 2010a).

Assim, torna-se prudente a afirmativa de Coimbra Jr. e Santos (2000, p. 129): “*A questão da saúde indígena se insere e resulta do capítulo mais amplo das relações sócio-históricas entre povos autóctones e os colonizadores que, em diversas levas, chegaram às Américas ao longo dos últimos 500 anos*”. Vale ressaltar ainda que as mudanças intensas ocorridas na trajetória das populações nativas não se configuram em modificações passivas da parte dos indígenas. Exemplo disso foi observado nos anos 1980, por exemplo, em que a visibilidade de movimentos sociais - fortalecidos pelo momento político nos anos 1980 - surtiu grande influência no rumo das políticas públicas destinadas à parcela indígena da população brasileira (LANGDON, 2007).

2.3.4 O Reconhecimento da diversidade sociocultural dos povos indígenas pelo Estado e o desafio da efetividade nas políticas públicas

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. (BRASIL, 1988, Artigo 231)

A situação dos povos indígenas frente ao Estado brasileiro tem passado por mudanças nas últimas décadas. Mesmo que tardiamente e de maneira gradativa, o reconhecimento da diversidade sociocultural das populações indígenas tem sido manifestada por meio de medidas legais nacional e internacionais (LANGDON, 2007). A Convenção de 1957 - de cunho integracionista - dá lugar a um documento aprovado em 1989, tornando-se o primeiro instrumento jurídico internacional que trata especificamente de direitos indígenas. A Convenção 169 (aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 143 de 20 de junho de 2002) sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (Organização Internacional do Trabalho-OIT) cita o respeito à diversidade, incluindo a garantia dos direitos de cidadania, participação ativa nas decisões políticas e elaboração de diretrizes sobre diversos aspectos (LANGDON, 2007).

Tais mudanças possibilitaram a criação e fortalecimento de organizações indígenas por toda América Latina e, progressivamente, a

resistência e afirmação da identidade étnica dos povos indígenas frente ao Estado. Muitas organizações indígenas “emergentes” surgiram do anonimato devido ao contexto político que se configurava, consolidando assim a manifestação de sua identidade (LANGDON, 2007). No Brasil, ao dedicar um capítulo aos direitos indígenas, a Constituição Federal de 1988 (nos termos do artigo 231 c.c. artigos 196, 197 e 198) foi considerada uma das constituições mais avançadas sobre a questão indígena. O documento assegura direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam reconhecendo sua organização social, crenças, costumes, línguas e tradições (BRASIL, 1988).

Já foi reconhecido que o movimento indígena teve influência significativa nas mudanças dos documentos oficiais do Estado, e esses avanços podem ser percebidos especialmente no que se refere à política de saúde indígena. Os anos 1980 e 1990 foram marcados pela primeira Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio e pela II Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas, as quais propuseram a estruturação de um modelo de atenção diferenciada com a intenção de garantir acesso universal e integral à saúde (BRASIL, 2002b; TEIXEIRA, 2008). A criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) - Lei 8.080/90 - resulta em uma legislação que idealiza o respeito à especificidade cultural das populações indígenas e o reconhecimento dos seus saberes, marcando um período de novas relações entre o estado e a sociedade (BRASIL, 2002b; LANGDON, 2007; LANGDON; DIEHL, 2007).

O Subsistema de Saúde Indígena é organizado por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), compostos, em grande parte dos casos, de unidades de saúde no interior das TI, constituída por Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena (EMSI) e pelos pólos-base e pelas Casas de Apoio à Saúde do Índio (CASAI), que fornecem apoio aos serviços de média e alta complexidade referenciados no SUS (LANGDON, 2007; LANGDON; DIEHL, 2007). O Subsistema propõe a garantia de universalidade, integralidade, equidade, participação comunitária e controle social, estabelece ainda o princípio da atenção diferenciada, levando em consideração a particularidade cultural, operacional e epidemiológica das populações (BRASIL, 2007; LANGDON; DIEHL, 2007).

Aprovada pela Portaria/MS nº 254 de 31 de janeiro de 2002, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos indígenas (PNASPI) apresenta entre seus propósitos a garantia da diversidade sociocultural,

bem como o reconhecimento de seus sistemas médicos (BRASIL, 2002b, p. 13):

“(...) garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS, contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política de modo a favorecer a superação dos fatores que tornam essa população mais vulnerável aos agravos à saúde de maior magnitude e transcendência entre os brasileiros, reconhecendo a eficácia de sua medicina e o direito desses povos à sua cultura. O reconhecimento da diversidade social e cultural dos povos indígenas, a consideração e o respeito dos seus sistemas tradicionais de saúde são imprescindíveis para a execução de ações e projetos de saúde e para a elaboração de propostas de prevenção/promoção e educação para a saúde adequadas ao contexto local” (Grifos meus).

Além do reconhecimento das particularidades indígenas, a proposta de diálogo interétnico também é verificado em alguma medida. No entanto, este é permeado pelos termos biomédicos e o espaço institucional para as particularidades culturais parece ser limitado, como observou Leite (2007) em etnografia junto aos Wari’ do sudoeste da Amazônia. O confronto entre os discursos wari’ e não indígena é caracterizado pelo distanciamento. Referindo-se a operacionalização dos serviços de saúde prestados, Leite (2007) destacou que o contraste entre os discursos das políticas públicas e os discursos locais se faz evidente, pois além da imprecisão com que é tratada pelos documentos oficiais a especificidade cultural, as populações são entendidas como vítimas passivas dos processos vivenciados, e segundo Leite (2007) tal visão não condiz com as realidades locais. Dessa forma, a compreensão das especificidades socioculturais se configura em desafio na efetividade das ações propostas baseadas na atenção diferenciada e no respeito à diversidade étnica em amplas dimensões (LEITE, 2007; GUGELMIN, 2011).

Nessa linha, Maluf (2010) examina o discurso de políticas públicas de saúde mental frente à temática de gênero, bem como a narrativa de mulheres usuárias dos serviços públicos de saúde, incluindo

indígenas. No confronto dos discursos também fica evidente que as demandas elencadas pelas políticas são divergentes daquelas expressadas pelas usuárias, principalmente no que se refere ao paradigma biologicista que impera nos documentos oficiais. Portanto, para Langdon e Wiik (2010), a diretriz do respeito à especificidade cultural se dá pelo processo de relativização, entendendo que os valores e o conhecimento são provenientes de distintas construções culturais.

Apesar dos avanços tomados pelas políticas voltadas para as populações indígenas, no que se refere a valorização da proposta de respeito à diversidade, a efetividade do princípio de atenção culturalmente diferenciada ainda parece distante.

Segundo Gugelmin (2011), de maneira geral, o reconhecimento da diversidade sociocultural ocupa os discursos oficiais mas é reduzido na prática. Se referindo particularmente ao contexto da alimentação escolar, Giordani et al. (2010, p. 49) concluíram que a situação das populações indígenas brasileiras contemporâneas se configura em desafio para a gestão de políticas diferenciadas cujas propostas vêm incorporando a especificidade sociocultural, em um pressuposto de que “uma alimentação adequada às necessidades nutricionais não pode prescindir da adequação aos sistemas simbólicos nativos”. Além disso, estudos sobre relações interétnicas reafirmam os desafios e obstáculos que vem impossibilitando a efetividade do princípio do respeito à diversidade cultural (LANGDON, 2007). O fato das políticas públicas serem elaboradas/executadas conforme concepções da sociedade que as propõem, somado à pouca compreensão do conceito de relativismo cultural por parte de gestores e executores das ações públicas, vem favorecendo práticas etnocêntricas de cunho colonialista, as quais tem, segundo Leite (2007, p.15) “banalizado” a especificidade cultural e o saber nativo, gerando menor êxito do trabalho e atuação de qualquer tipo (LANGDON, 2007; LEITE, 2004).

2.4 OS XAVÁNTE

2.4.1 Contextualização sobre os Xavánte

No primeiro dia de minha estadia na aldeia São Pedro, local em que foi realizada a pesquisa de campo do presente estudo, um senhor de mais de 70 anos me fez o seguinte questionamento: “*O que os brancos falam sobre os índios?*”. Naquele momento, falei a ele que eu ouvia coisas diferentes de brancos diferentes, e que também sabia coisas que lia tanto em livros gerais, como em livros que tratam especialmente da questão indígena. Além disso, eu ouvia as histórias que alguns índios me contavam. Ele me ouviu e continua “*(...) o papel conta a história errada sobre os índios, só nós sabemos a verdade, só quem viveu sabe contar a verdade*”. Nossa conversa se estendeu por um tempo rendendo ricas reflexões, principalmente sobre a história dos Xavánte da aldeia São Pedro.

Refletindo sobre as palavras do ancião Xavánte, penso ser importante salientar que, assim como afirmou Geertz (1989, pp. 25) “*os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão*”. Neste sentido segue a presente seção, em que tento trazer informações etnográficas, bibliografias de abordagens diversas que, de segunda e terceira mão, interpretam informações sobre os Xavánte.

Segundo alguns autores, o termo Xavánte foi designado por não-indígenas em meados do século XVI e fazia referência indiscriminada aos indígenas que viviam ao norte do estado de Goiás (GIACCARIA; HEIDE, 1972; FLOWERS, 1983; MAYBURY-LEWIS, 1984; LOPES DA SILVA, 1998). Os Xavánte se auto denominam *A’uwẽ Uptabi* - que na língua nativa significa povo verdadeiro, e os Xavánte de que tratamos nesse estudo fazem parte do grupo Akwén Xavánte: um dos três diferentes grupos do ramo da família Jê (MAYBURY-LEWIS, 1984).

Segundo o relatório do SIASI 2012, a população Xavánte total é de 16.810 indivíduos. A Figura 1 apresenta que a pirâmide populacional desagregada por sexo e faixa etária era constituída por uma base mais alargada, com progressiva redução até a idade de 75 anos ou mais e maioria masculina.

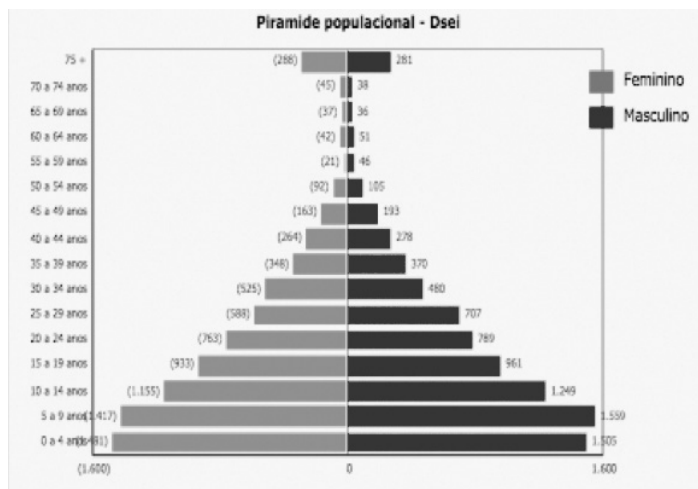


Figura 1. Gráfico de pirâmide populacional desagregada por sexo e faixa etária segundo o relatório do DSEI Xavante, 2012. Fonte: SIASI, 2012.

São 12 Terras Indígenas oficialmente reconhecidas e ou em processo de reconhecimento (ISA, 2012). As TIs estão situadas ao leste do Mato Grosso, região de cerrado e que vêm sofrendo consequências ambientais principalmente pelo avanço da monocultura de soja, algodão, milho e pecuária. O conjunto de TIs constituem parte do antigo território tradicionalmente ocupado na região, compreendida pela Serra do Roncador e pelos rios das Mortes, Culuene, Couto Magalhães, Batovi e Garças (CARVALHO, 2010). São elas: Areões I, II e III; Chão Preto, Maraiwatsede, Marechal Rondon, Parabubure, Pimentel Barbosa, Sangradouro/Volta Grande, São Marcos, Ubawawe e Wedwzé (Figura 2).

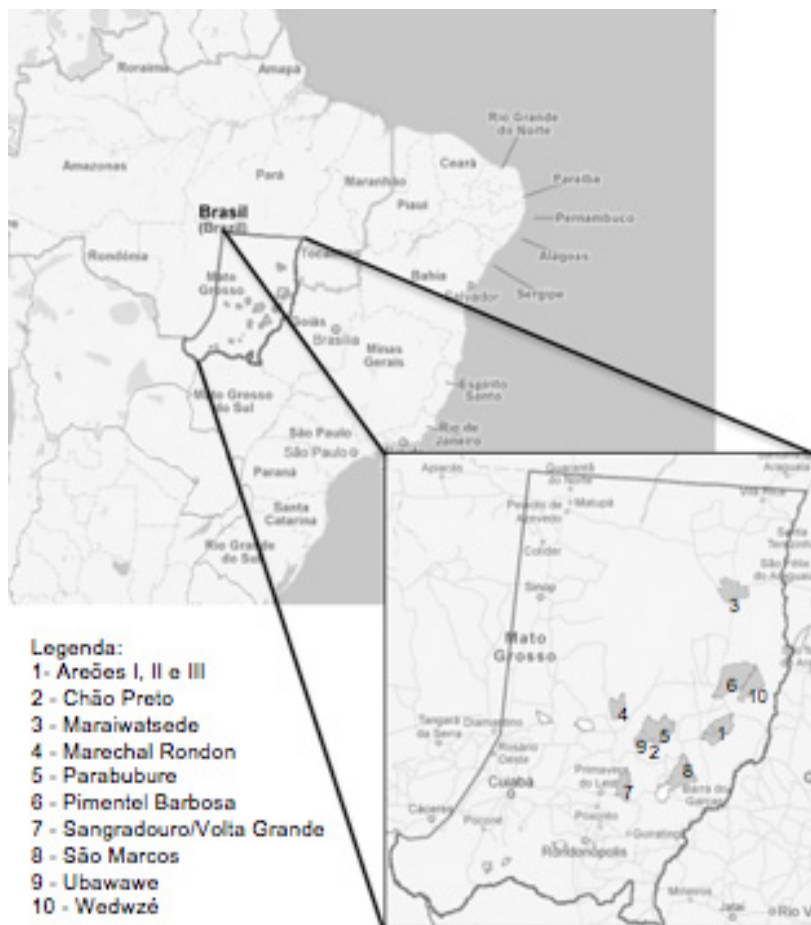


Figura 2. Mapa de localização das Terras Indígenas Xavante.
Fonte: ISA, 2012.

Maybury – Lewis (1984), já diante da diversidade entre subgrupos Xavante, formulou uma classificação que diferencia os Xavante em Ocidentais e Orientais, sendo os primeiros localizados junto às missões e região do Xingu e os segundos pertencentes às aldeias do baixo rio das Mortes. Lopes da Silva (1986) publicou, posteriormente, outra classificação distinguindo os Xavante de acordo com as relações entre as aldeias, os agentes do contato e a permanência na terra ocupada no momento da chamada pacificação dos anos 1940.

Dos três grupos descritos por Lopes da Silva, o primeiro incluiu aqueles que ocupam hoje as TIs de Areões e Pimentel Barbosa, e foram os que permaneceram nos territórios originais, que ocorreu através do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), não havendo intervenções das missões religiosas. O segundo grupo, que se encontra hoje nas TIs Parabubure e Marechal Rondon, tiveram os primeiros contatos com não indígenas vinculados ao SPI e, posteriormente, a missionários cristãos. Atraídos para outras regiões, na época do contato, apenas em 1974 foi possível o retorno à região tradicionalmente ocupada. Alguns integrantes desse grupo viveram junto as missões salesianas de Sangradouro e São Marcos.

O terceiro grupo é composto pelos Xavánte que hoje vivem nas TIs de São Marcos e de Sangradouro-Volta Grande. A distinção desse terceiro grupo com os demais se dá pelo fato de terem buscado auxílio, devido a grandes epidemias, junto às missões religiosas, não havendo contato com funcionários do SPI. Na missão salesiana de Sangradouro, inaugurada no ano de 1906, havia uma escola para os Boróro e para os colonos daquela região. A referida missão, juntamente com a missão de São Marcos, assinaram convênio com a FUNAI nos anos 1970, regularizando suas ações e serviços ligados à saúde, educação geral e religiosa (LOPES DA SILVA, 1986). A literatura sobre os Xavánte é consideravelmente rica e, mesmo que os estudos sejam realizados com subgrupos específicos, contempla informações históricas de abordagem política, demográfica, cultural e epidemiológica. De maneira geral, etnografias com temáticas variadas registraram aspectos importantes na vida dos Xavánte (GIACCARIA; HEIDE, 1972; FLOWERS, 1983; MAYBURY-LEWIS, 1984; LOPES DA SILVA, 1986).

Giaccaria e Heide (1972) inferiram que segundo a tradição oral Xavánte, o povo proveio de terras próximas do mar. A documentação escrita disponível, produzida por não índios, menciona a ocorrência do contato da sociedade envolvente com os Xavánte em meados do século XVIII, quando estes já ocupavam áreas do cerrado brasileiro, região da então província de Goiás (GIACCARIA e HEIDE, 1972; LOPES DA SILVA, 1998; FLOWERS, 1994). A resistência dos Xavánte frente à invasão dos colonizadores foi relatada por meio de cartas dirigidas à corte de Lisboa no ano de 1918 (FLOWERS, 1994; LOPES DA SILVA, 1998). Seguidas de várias tentativas, naquele período, o governo colonial obteve sucesso na pretendida pacificação de diversas sociedades indígenas, como foi o caso dos Xavánte, com assentamento em missões religiosas (FLOWERS, 1994). No entanto, no final do século, parte dos colonos

havia emigrado devido ao esgotamento das minas de ouro, e muitos índios deixaram as missões.

A política governamental de cunho desenvolvimentista voltada para a região Centro-Oeste interferiu intensamente na vida dos Xavante, que permaneceram resistentes à expansão da colonização e migraram para o Oeste, chegando até a região do rio das Mortes, atual estado do Mato Grosso (FLOWERS, 1983; MAYBURY-LEWIS, 1984; LOPES DA SILVA, 1998). Esse processo foi intensificado nos anos 1940. Há relatos de divisões internas ocasionadas pelas divergências quanto à aceitação do convívio pacífico com os “brancos” (FLOWERS, 1994). Em 1946, no posto de atração São Domingos, foi registrado o primeiro contato pacífico com um subgrupo, que tinha Apowe como líder. A aceitação pelos demais subgrupos Xavante do contato pacífico com não indígenas demorou mais duas décadas, ocorrendo de diferentes formas e tempos. Alguns foram mediados por agentes do governo, outros por missões cristãs (católicas ou protestantes), resultando em trajetórias de contato e mudanças muito distintas, como podemos observar pelas classificações realizadas por Maybury-Lewis e Lopes da Silva, citadas anteriormente nessa seção (FLOWERS, 1983, 1994; MAYBURY-LEWIS, 1984; LOPES DA SILVA, 1986, 1998). De acordo com Maybury-Lewis (1984), posteriormente a notícia de “aceitação” de contato pacífico com o grupo de Apowe, houve relatos de conflitos em outras regiões.

Maybury-Lewis (1984) constatou ainda que entre o período de 1958 (sua primeira vivência entre os Xavante) e seu retorno em 1962 houve uma drástica alteração no território antes visitado, dando destaque à presença de pequenas fazendas nas áreas próximas ao rio das Mortes. Não distante desta região, Maybury-Lewis (1984) relatou que parte das terras haviam sido compradas por companhias paulistanas que já iniciavam a abertura de novas fazendas. Com a aproximação de colonos e falta de aparato legal em relação à posse de território, grupos Xavante seguiram em busca de proteção junto às missões salesianas e/ou postos do SPI. Nesse período, o autor já sinalizava a questão territorial como problema central no estado do Mato Grosso (MAYBURY-LEWIS, 1984).

No que se refere ao contexto de escolarização, se faz importante o destaque de que o conhecimento tradicional entre os Xavante - como ocorre em outras sociedades ameríndias - se dá por meio da prática oral e do aprendizado cotidiano (DELGADO, 2008; TOMAZELLO; CANAVARROS, 2009). Ao longo do processo de interação com a sociedade envolvente e a intervenção de novos agentes - como aqueles

ligados a instituições religiosas - esse aspecto se transformou (MAYBURY-LEWIS, 1984; TOMAZELLO; CANAVARROS, 2009; VERONA, 2009). A instalação das primeiras escolas exclusivamente destinadas aos indígenas - no território em que hoje se configura o estado do Mato Grosso - se deu no início do século XX, com as missões salesianas, junto aos índios Bororo (grupo ao qual os Xavánte manifestavam oposição) e, posteriormente, junto aos Xavánte.

Os militares também exerciam intervenções e, a partir dos anos 1940, outras missões chegaram com o propósito de atuar direta ou indiretamente na educação indígena (SECCHI, 1999). Ao longo do tempo, o Estado intervém diretamente na educação indígena, tendo ocorrido as principais transformações nos anos 1980 e 1990, com a conquista da garantia do direito à educação, passando a responsabilidade pelas iniciativas educacionais para a FUNAI (BRASIL, 1988; BRASIL, 1999b; TOMAZELLO; CANAVARROS, 2009). Hoje o governo federal provê o atendimento universal e diferenciado às escolas indígenas de todo o país, mas ainda assim há a participação de instituições religiosas e organizações não governamentais (ONGs) no processo educacional dos povos indígenas.

2.4.2 A alimentação Xavánte

As missões religiosas, juntamente com as instituições governamentais, são apontadas como alguns dos agentes atuantes no processo de transformação das práticas dos diversos subgrupos, incluindo transformações nas relações sociais e de troca de alimentos (VERONA et al., 2011). Exemplo disso ocorreu por volta de 1964, no qual alguns subgrupos recebiam de missionários ferramentas e máquinas de beneficiar arroz. Segundo Maybury-Lewis (1984), muitos dos Xavánte trabalhavam na “roça” da missão em troca de alimentos (MAYBURY-LEWIS, 1984). Na década de 1970, o “Plano Integrado de Desenvolvimento da Nação Xavánte” - ou “Projeto Xavánte” - objetivava o desenvolvimento econômico e a autossuficiência das comunidades mediante a implantação da rizicultura mecanizada. O projeto, vinculado ao governo, foi desenvolvido, de maneiras distintas, nas TIs Pimentel Barbosa, Areões e São Marcos, mas de maneira geral perdurou por alguns anos e foi posteriormente abandonado (LOPES DA SILVA, 1998).

Atribui-se o insucesso do projeto, dentre outros aspectos, à pouca participação dos Xavánte na elaboração do mesmo, bem como a

falta de treinamento (para manipulação dos equipamentos) e manutenção ofertados pelo governo às comunidades (LOPES DA SILVA, 1998). Nos anos de 1980, os impactos do projeto repercutiram em vários movimentos internos de cisão, resultando na criação de novas aldeias pelo território (LOPES DA SILVA, 1998). Esta autora apontou que houve mudanças na economia Xavánte, em decorrência da expansão da monocultura de arroz e desmatamento. Assim a agricultura foi ocupando mais espaço e, progressivamente, as modificações nas formas de subsistência e no padrão alimentar puderam ser percebidas. O arroz polido ocupa hoje a base da alimentação Xavánte, lugar antes ocupado pelo milho tradicional (FLOWERS, 1983; MAYBURY-LEWIS, 1984; LOPES DA SILVA, 1998; GUGELMIN, 1995 e 2001; VERONA, 2009).

Segundo Mayburi-Lewis (1984), os Xavántes eram, tradicionalmente, seminômades. No que se refere à produção de alimentos, praticavam a caça, a coleta e a agricultura de subsistência em mata ciliar, através do cultivo, principalmente, de milho, abóbora e feijão, dedicando-se também à agricultura de corte e queima (MAYBURY-LEWIS, 1984). Cultivos introduzidos - como a mandioca e a banana - também adquiriram papel importante no cotidiano alimentar dos Xavánte. Como apontou Maybury-Lewis (1984), as expedições de caça e coleta diminuam rapidamente já nos anos 1960. Tal fato indicava também um aumento da dependência dos Xavánte em relação às instituições e missões religiosas. Em alguns casos, aqueles que trabalhavam nas missões poderiam se alimentar na sede desta, e aqueles que participavam de missas dominicais também estavam autorizados a receber refeições (MAYBURY-LEWIS, 1984).

Hoje, o trabalho remunerado e o vínculo empregatício com o Estado vêm ganhando espaço entre as principais fontes de renda dos Xavánte e a ocupação de cargos remunerados ganha importância política, como cargos de professor, AIS, AISAN entre outros (GUGELMIN, 2001; GUGELMIN e SANTOS, 2001; VERONA, 2009). Entre outras fontes de renda, estão o comércio de artesanato e excedente de produção alimentar, a aposentadoria de idosos e o repasse de programas governamentais de geração de renda, como o bolsa família, por exemplo. Dessa maneira, observa-se que a compra de alimentos em mercados das cidades próximas às aldeias tem se articulado com a caça, a coleta, a pesca e a agricultura na aquisição de gêneros alimentícios das famílias Xavánte. Em muitos casos, a maior parte dos alimentos são provenientes das compras realizadas nas cidades.

Os estudos especificamente em alimentação são mais escassos que os demais. Etnografias citadas anteriormente contribuem com informações gerais, entretanto não têm as práticas alimentares como foco principal (GIACCARIA; HEIDE, 1972; FLOWERS, 1983; MAYBURY-LEWIS, 1984). Em publicação datada de 1972, os padres salesianos Giaccaria e Heide descreveram características percebidas por eles sobre o cotidiano da alimentação dos Xavante. Entre os elementos identificados, a reciprocidade parecia permear as relações sociais. O acúmulo individual e/ou familiar de bens era logo transformado em bem público e em benefício do grupo (GIACCARIA; HEIDE, 1972). Sobre o que chamaram de “*a cozinha Xavante*”, os autores descreveram, de maneira generalizada e direta, como os papéis entre os gêneros eram definidos. Às mulheres, de maneira geral, cabia a preparação da comida: desde a coleta de lenha até a cocção. Aos homens, ficava destinada a atividade de caça. Ambos também participavam da agricultura. Neste referido estudo etnográfico, há a descrição das técnicas e do modo de cozinhar alguns alimentos considerados fundamentais, na visão dos etnógrafos. Há referência da utilização de fornos de chão para assar as carnes, também da utilização de uma espécie de varal, sobre forquilhas, colocado distante do chão para defumar a carne (GIACCARIA e HEIDE, 1972).

As formas de preparar o milho eram diversas. O bolo assado na cinza mereceu destaque no relato dos autores, sob a argumentação de serem eles muito difundidos e utilizados em importantes rituais (GIACCARIA e HEIDE, 1972). O preparo consistia em pilar os grãos, peneirar e tornar a pilar até obterem uma farinha, que era misturada à água e levada para assar, sendo que algumas vezes misturavam farinha de feijão à preparação. O milho verde era assado ainda com a palha diretamente na brasa. Feijões também eram consumidos na forma de farinha, crú quando verdes ou assados quando maduros. A abóbora era também assada e parecia também ocupar importante lugar na alimentação. A mandioca, não venenosa, aparecia sendo consumida crua ou na forma de farinha. As batatas, além de assadas diretamente na brasa, eram consumidas cruas ou fervidas, assim como os palmitos. Dos cocos, a variar pelo tipo, eram consumidas a polpa (algumas vezes fervidas) e as castanhas (assadas). Gafanhotos e demais insetos eram chamuscados diretamente sobre as cinzas, as larvas e formigas ingeridas cruas (GIACCARIA e HEIDE, 1972).

As primeiras etnografias também abordavam as restrições alimentares (GIACCARIA; HEIDE, 1972; MAYBURY-LEWIS, 1984). Giaccaria e Heide (1972) relataram que muitas doenças que acometiam

as crianças, por exemplo, eram atribuídas a algum alimento proibido consumido pelos seus pais, ou sejam, a doença na criança era atribuída a quebra de restrições dos pais. Maybury Lewis (1984) também descreveu algumas restrições alimentares, especialmente relacionadas a momentos de liminaridade. Nos parágrafos que seguem, observamos que estudos contemporâneos reforçam alguns elementos apresentados nas primeiras etnografias sobre a etnia em questão.

Dissertações têm pautado a alimentação em conjunto com questões de saúde e nutrição (GUGELMIN, 1995; LEITE, 1998; GUGELMIN, 2001; SILVA, 2008; VERONA, 2009). Verona (2009), ao descrever os elementos que compõem o sistema alimentar dos Xavante da aldeia Nossa Senhora de Guadalupe, observou que os alimentos eram provenientes da caça, coleta, agricultura, criação de animais e aquisição de produtos na cidade, tendo o arroz, feijão, milho, abóbora, mandioca e óleo como itens centrais da dieta. Verona (2009, p. 45) descreve que em época de seca os Xavante realizavam a caçada com fogo: “um círculo quase fechado de fogo é feito de forma a cercar os animais, e abater com mais facilidade os que tentam escapar pela parte do círculo onde não há fogo e os Xavante estão à espreita aguardando os animais.” A autora verificou, assim como observaram os primeiros etnógrafos, que o preparo do alimento é função das mulheres (VERONA, 2009). O momento de comer e compartilhar a comida entre os Xavante foi caracterizado, de maneira geral, pelo “ajuntamento”, e a maneira de servir e de acomodar variou de acordo com a família.

A autora observou entre os Xavante dessa aldeia a classificação das refeições em dois tipos: *Da'tsa* ou grandes refeições, são geralmente realizadas duas vezes ao dia, uma entre onze horas e meio dia e outra por volta das sete horas da noite; *Da'tsiuparidzé* ou refeições pequenas, que são realizadas logo cedo e final da tarde. No *Da'tsiuparidzé* foi observado o consumo de milho, raízes, mandioca e alguns cocos assados diretamente na cinza. Na pesquisa de Verona, as prescrições e restrições alimentares foram citadas pelos Xavante em oficinas realizadas, quando a temática era saúde e alimentação. Assim como inferiram os primeiros etnógrafos em décadas passadas, a quebra de alguma restrição alimentar por parte dos pais, por exemplo, gerava perda de peso e problemas no crescimento da criança, segundo os Xavante. Com base nas informações coletados junto aos Xavante, Verona apresentou um quadro contendo o alimento proibido e o motivo da restrição para gestantes, para seus cônjuges e para o lactente.

Restrição alimentar	Motivo da restrição
Para gestantes e cônjuges	
Pacu	"pois é redondinho"
Matrinxã	"a criança não cresce"
Intestino de anta	"perigoso"
Intestino de tamanduá "tripa de bicho"	"a criança nasce com o cordão enrolado no pescoço" "o cordão enrola na hora de nascer"
"comida da cidade"	"criança fica gorda porque a carne tem vacina"
"perna de bicho"	"faz a criança querer nascer pela perna, e é perigoso"
"alho e cebola com óleo"	"criança nasce fraca"
"comida waradzu e arroz"	"o filho nasce fraco"
Arroz	"o tempero enjoa a mãe"
"Cabeça de bicho"	"nasce com o nariz entupido"
Para lactantes e cônjuges	
Sinema	"leite da mãe fica envenenado"
Quati	"leite da mãe fica envenenado"; "muito perigoso"
Comida quente	"a criança fica pequena e não urina" "atrapalha o xixi da criança"
Gordura de bicho, de frango	"Disenteria na criança"
Jacaré	"Crianças podem morrer"
Ossos de vaca torto	"A criança pode ficar com o pé torto"
Bolo	"incha a barriga da criança, que chora muito com dor"
Comer muito	"a criança não mija"

Quadro 1. Restrições alimentares para gestantes, lactentes e cônjuges, segundo os Xavante (VERONA, 2009, p. 89)

Assim, ao abordar a alimentação Xavante, discute-se a identidade

Xavánte. Verona (2009) inferiu que as classificações e denominações de alimento Xavánte ou alimento Waradzu, tal qual observada na aldeia Nossa Senhora de Guadalupe, estaria relacionada à própria identidade do povo e à ideia sobre o que é ser verdadeiro e autêntico. A comida Xavánte foi qualificada, nas falas dos Xavánte, como uma comida mais forte e saudável do que a comida waradzu, que ao contrário geraria fraqueza. Desse modo, a classificação dada aos alimentos verdadeiros (*a'uwê*) e aos incorporados (*waradzu*) parece refletir a percepção nativa sobre relações sociais.

2.4.3 Sobre o perfil nutricional dos Xavánte

No ano de 1962, segundo Flowers (1994), um grupo de biomédicos - entre eles James V. Neel e Francisco Salzano - acompanhou Maybury-Lewis em pesquisa junto a um subgrupo Xavánte, com o objetivo de realizar estudos genéticos, epidemiológicos e demográficos. Os médicos avaliaram como bom o estado físico e nutricional dos Xavánte daquele subgrupo. No entanto, observou-se que o estado geral de saúde vinha sendo acometido por epidemias e ruptura social (FLOWERS, 1994). O período da intensificação do contato com a sociedade envolvente foi relacionado ao aumento da mortalidade infantil, por exemplo (FLOWERS, 1994). Em 1967, como citam Leite et al. (2003), Niswander e colaboradores também contribuíram com informações sobre a saúde dos Xavánte.

Nas últimas décadas do século XX e início do XXI, enfoques diversos vêm sendo dedicados aos estudos sobre nutrição de subgrupos Xavánte (GUGELMIN, 1995; VIEIRA FILHO et al., 1997; LEITE, 1998; GUGELMIN, 2001; COIMBRA JR. et al., 2002; LEITE et al., 2003, LEITE et al., 2006; SOUZA, 2008; FERREIRA, 2009; VERONA, 2009). Leite et al. (2003) inferem que o caso Xavánte se mostra ímpar para a análise de processos locais de diferentes quadros epidemiológicos. Os autores relacionaram os macrodeterminantes das condições de vida e saúde ao processo de mudança resultante da interação com a sociedade envolvente, o que reforça as observações de Neel e Salzano nos anos 1960 (FLOWERS, 1994; LEITE et al., 2003). Lembramos que as informações apresentadas a seguir resultam de pesquisas realizadas em contextos específicos e, apesar de sugerirem tendências sobre a totalidade do grupo Xavánte, generalizações tornam-se muito limitadas (LEITE et al., 2007).

Tomando o caso da Terra Indígena Sangradouro-Volta Grande, Leite e colaboradores (2003) apontam para altas taxas de natalidade e

fecundidade total, o que resultou em uma taxa de crescimento populacional de 5% ao ano, segundo Souza (2008). Há evidências de que os problemas nutricionais e de saúde acometem de modo diferente os Xavante nas diversas faixas etárias (LEITE et al., 2003). A taxa de mortalidade é alta entre as crianças, o que representou - para o período de 1993 a 1997 - um coeficiente de mortalidade médio de 87,1 mortes por mil nascimentos (Souza, 2008). No perfil de morbidade predominou pneumonia, doenças infecciosas e parasitárias, aparecendo com menos intensidade as doenças crônicas não-transmissíveis. Registros do relatório de atividades do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Xavante para o ano de 2000 apontaram que 45% dos atendimentos haviam sido destinados às crianças menores de 5 anos de idade e as principais causas dos atendimentos foram pneumonias, doenças infecciosas/diarreias, desnutrição e doenças parasitárias (LEITE et al., 2003).

O perfil nutricional das crianças também se apresentou preocupante (GUGELMIN, 2001; LEITE et al., 2006). Ainda na TI Sangradouro, em coleta realizada em 1997, Leite e colaboradores (2006) verificaram 17,2% de crianças menores de 5 anos classificadas como baixo peso para a idade e 31,7% como baixa estatura para a idade. Gugelmin (2001), entre informações coletadas em 1999, descreveu 28,3% do déficit estatural e 15,3% do déficit para o índice massa corporal/ idade, entre os menores de 5 anos. A autora inferiu, no entanto, que na análise da relação massa corporal/estatura das crianças apresentaram proporcionalidade corporal, pois a prevalência de déficit foi de 1,9%, valor inferior ao esperado (GUGELMIN, 2001).

A anemia também tem sido ressaltada como um grave problema de ordem nutricional, especialmente entre as crianças e mulheres em idade reprodutiva (GUGELMIN, 1995; LEITE, 1998). Receberam diagnóstico de anemia 97% das crianças entre a faixa etária de 6 e 24 meses, e 74% dos menores de 10 anos (LEITE et al., 2003).

Entre os adultos, a alta prevalência de obesidade tem chamado atenção na maior parte dos subgrupos (LEITE et al., 2007). Apesar de assumir distintas proporções, tanto nas diferentes faixas etárias quanto nos diferentes subgrupos estudados, a obesidade tem alcançado prevalências preocupantes, particularmente em algumas comunidades. Gugelmin e Santos (2001) registraram, entre adultos de 24 a 64 anos, uma prevalência de obesidade de 39,6% entre os Xavante de Sangradouro. No entanto, os registros para outro subgrupo, com trajetória de interação diferente, apresentou prevalência de obesidade de 4,2% - os Xavante de Pimentel

Barbosa (GUGELMIN e SANTOS, 2001). Esse último grupo dedicava grande parte do tempo para atividades relacionadas à horticultura, pesca, coleta e caça. Os Xavante de Sangradouro exerciam mais atividades remuneradas e fora da aldeia, o que em geral resultava em menor atividade física (GUGELMIN e SANTOS, 2001). Assim, as pesquisas realizadas desde a década de 1970, com retomadas significativas na década de 1990, comparadas aos estudos contemporâneos permitem inferir que houve alarmante mudança no perfil de nutrição dos Xavante. As análises comparativas entre os subgrupos com trajetórias distintas de contato, possibilitaram relacionar as modificações no estilo de vida com a intensidade das transformações de aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais (GUGELMIN e SANTOS, 2001).

2.4.4 Os Xavante de Parabubure

Os apontamentos seguintes têm o intuito de aproximar a presente revisão ao contexto em que foi realizado nosso estudo de caso: uma aldeia da Terra Indígena Parabubure (ver Figura 2). Integrando o conjunto de 12 Terras Indígenas Xavante reconhecidas oficialmente pelo governo, a TI Parabubure foi homologada oficialmente em 1991. A extensão totaliza 224.447 hectares, perpassando grande parte no município de Campinápolis e uma pequena parte no município de Água Boa, estado do Mato Grosso (BRASIL, 1991).

No ano de 2010, encontrava-se um total de 8.578 pessoas residindo em Parabubure (IBGE, 2012). Em um conjunto de aproximadamente 100 aldeias na TI, a aldeia São Pedro era a mais populosa, totalizando 70 famílias - 330 pessoas - seguida pela aldeia Estrela - 50 famílias (304 pessoas) - e Campinas - 43 famílias (286 pessoas) (SIASI, 2012). As menores aldeias foram *Tsothenô'urê*, *Ipê* e *Dzépá*, ambas com uma família cada (nove pessoas para cada família). Segundo Paula (2007), muitas aldeias menores estão vinculadas à mesma aldeia maior da qual se originam. Observou-se que o quantitativo de aldeias é produto de contextos históricos e sociais dinâmicos.

A constituição da TI Parabubure, assim como ocorreu com outras TIs Xavante, foi marcada pela cisão interna, rearranjos políticos entre clãs, mobilidade territorial e recuperação de antigos territórios ocupados. Segundo Lopes da Silva (1998), por volta da primeira metade de 1930, a fundação da aldeia *Wabdzerewapré* na região do rio Couto

Magalhães deu origem à fundação histórica de Parabubure. A fundação de *Wabdzewapré* foi ocasionada por cisão de um grupo que vivia na região da Serra do Roncador.

Os anos de 1960 foram caracterizados pela expansão da agropecuária na região, processo também experimentado por outros subgrupos. Nos anos de 1980 houve a intensificação do setor agropecuário. Os Xavante que retornavam à região nesse período relatavam o encontro de terras destruídas (PAULA, 2007). Nessa época os Xavante iniciaram um processo de subdivisão em três grandes aldeias que foram as referências para a constituição da TI Parabubure: Aldeiona (região do rio Culuene), aldeia Couto Magalhães e Parabubu (ambas na região do rio Couto Magalhães) (PAULA, 2007). Ao longo do século XX, o governo brasileiro fomentou o que Carvalho (2010) chamou de “cercamento administrativo” dos territórios reivindicados pelos Xavante, estabelecendo fronteiras municipais e estruturas mínimas de administração local, pautado em um discurso desenvolvimentista. A fundação do município de Campinópolis, no ano de 1986, ocorreu nesse contexto de tensão entre poderes federais e municipais relacionados aos limites da TI Parabubure (CARVALHO, 2010). Atualmente, as políticas públicas e outros serviços governamentais destinados aos Xavante de Parabubure estão, em grande maioria, ligados ao município de Campinópolis. Entre as instituições presentes no interior da TI Parabubure estão unidades básicas de saúde, escolas, igrejas católicas e evangélicas de diferentes correntes missionárias. O Subsistema de Saúde, no contexto da TI Parabubure, está vinculado ao Polo Base Campinópolis que por sua vez está ligado ao DSEI Xavante. No interior da TI existem nove unidades básicas de saúde e contam com a presença constante de integrantes da Equipe de Saúde, que realizam atendimentos diários e executam programas e ações em saúde.

2.4.4.1 A aldeia São Pedro (*Abadzinhorôdzé*)

Segundo as informações dos moradores mais velhos da aldeia São Pedro, os fundadores desta comunidade antes moravam na aldeia São Marcos - Terra Indígena São Marcos - no Mato Grosso. Algumas famílias lideradas por Benjamim Wapari, decidiu fundar uma nova aldeia em 1978, seguiram para a aldeia Nossa Senhora Auxiliadora, onde permaneceram por quatro anos. No ano de 1982 as famílias partiram, a convite do cacique Jacó Tsibupa, para a aldeia Couto Magalhães, na Terra Indígena Parabubure. Passados quatro meses, em abril de 1983, construíram um

acampamento a cerca de 25 km da Couto Magalhães e se organizaram para construir a aldeia Onça Preta. No ano de 1985 localizaram um novo local - bastante próximo dali - onde foi definitivamente fundada a atual aldeia São Pedro (Abadzinhorōdzé).

Em 1994 um grupo de missionárias Lauritas, da congregação de Maria Imaculada e Santa Catarina de Sena, de origem colombiana, instalou-se na aldeia. As irmãs, em parceria com a missão salesiana de Mato Grosso, além de desenvolverem atividades de catequização, atuaram diretamente nas atividades escolares e de saúde, como o fazem até hoje.

Atualmente a população da aldeia gira em torno 330 habitantes: cerca de 70 famílias e 32 residências. Além das casas, dispostas em círculo com as portas posicionadas para o *warã* (local de reunião dos homens) ou centro do aldeia, e este por sua vez, está localizado na direção do rio, existem ainda: Unidade de Saúde vinculada ao subsistema de saúde indígena do Governo Federal; uma igreja; a escola e a casa da missão religiosa. No centro da aldeia existe ainda um monumento com uma imagem de uma santa da religião católica e ao lado há um campo de futebol (Figura 3).

I



Figura 3. Desenho representativo da aldeia São Pedro. Realizado pela pesquisadora.

As casas são retangulares, construídas em madeira e revestidas com palha de palmeira e buriti, a maioria possui um extensão da cobertura, formando uma pequena varanda (Figura 4). Cerca de 13 famílias possuem roça própria de milho, abóbora, mandioca nas proximidades da casa e/ou roça de milho xavante, banana, feijão xavante um pouco mais afastado da aldeia.



Figura 4. Desenho representativo de uma casa Xavante na aldeia São Pedro. Realizado pela pesquisadora.

Há uma torneira localizada próxima a unidade de saúde que fornece água do poço por meio de uma bomba instalada pela FUNASA, utilizada para coleta de água e lavagem de utensílios domésticos. Além dessa instalação a comunidade ainda utiliza a bomba de água da aldeia Onça Preta que fica na proximidade, dois córregos e um rio. No final de 2010 e início de 2011 houve a instalação elétrica em todas as casa da aldeia.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

“... solitário e laborioso, com olhares e conversas milimetricamente conquistados” descreveram Maluf e Tornquist (2010) sobre o exercício etnográfico. E mesmo parcialmente ciente dos desafios agregados na realização de um trabalho etnográfico, foi essa a escolha para a realização desse estudo. Tomamos como guia a abordagem etnográfica nos moldes da “descrição densa” proposta por Clifford Geertz (1989), devido à possibilidade interpretativa dos significados que emergem nas interações vivenciadas nos contextos sociais locais. Portanto, a etnografia não trata unicamente de uma questão de método. Segundo Geertz (1989), à prática etnográfica se relaciona diversos elementos que não se restringem a técnica, dentre eles o estabelecimento de relações pessoais e a identificação de atores chave envolvidos nos contextos locais, além da tarefa de mapear o campo, manter os diários e transcrever textos. Para o autor, ser etnógrafo é situar-se entre os atores envolvidos no contexto social que se pretende compreender.

Segundo Cardoso de Oliveira (1998) o encontro etnográfico possibilita uma relação dialógica entre pesquisador e os atores sociais, indo ao encontro das intenções da proposta do nosso projeto. Como afirmou Sarti (2010), em etnografias realizadas por pesquisadores de formação em saúde, o exercício de observação ocupa importante papel na desconstrução de pressupostos. Assim, além dessa breve contextualização, no presente capítulo ainda apresentaremos o percurso metodológico da pesquisa, incluindo a descrição das etapas da pesquisa e esclarecendo como se deu a construção do campo e das informações. Também incluiremos a descrição da população do estudo e do trabalho de campo, detalhando a inserção da pesquisadora na comunidade e, por fim, partiremos para a apresentação dos resultados, discussões e considerações finais.

3.1 Trajetória metodológica e etapas da pesquisa

Entre as primeiras etapas que possibilitaram a realização da presente pesquisa, está a qualificação do projeto, a apresentação da proposta para a população do estudo, a submissão aos órgãos responsáveis pelos preceitos éticos em pesquisas envolvendo seres humanos, a realização do trabalho de campo, a análise das informações e as discussões. Desde o princípio, nos comprometemos em cumprir as determinações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares. Portanto, o trabalho de campo só teve início após obter

parecer favorável por parte do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (Anexo A); da Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas (CGEP) da FUNAI (Anexo B); da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), e após a anuência das lideranças da comunidade e da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Campinópolis. Ademais, no momento da pesquisa de campo, todos os esclarecimentos sobre esta foram devidamente fornecidos aos sujeitos que tiveram liberdade em aceitar ou não a participação no estudo. Juntamente com o convite para a participação, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que se encontra nos apêndices 7.1 a 7.3.

As informações sobre a gestão municipal do PNAE na TI Parabubure foram adquiridas em visitas à Secretaria Municipal de Educação em Campinópolis, quando foram realizadas entrevistas abertas com membros da coordenação da alimentação escolar e Conselho da Alimentação Escolar. Já a coleta das informações referentes à dinâmica de funcionamento do PNAE na escola municipal se deu através da observação participante - com a permanência da pesquisadora em campo - participando do cotidiano da E.M.I.I.C, e do dia-a-dia das famílias da aldeia São Pedro. Nesse caso, além das anotações em diários de campo, em determinados momentos foram realizadas entrevistas informais com atores chave identificados durante a trabalho de campo. Em todos os casos, as conversas não foram gravadas, as informações eram anotadas, com autorização prévia da pessoa. Percepções da pesquisadora também eram registradas nos cadernos durante e após as conversas.

Vale ressaltar que a aceitação da pesquisadora pelos grupos possibilitou a interação dentro da relação dialógica pretendida (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998). Os significados dos temas investigados foram centrados e buscados em seus atores e em suas interações locais. Para o tratamento das informações coletadas realizamos a transcrição e a textualização dos fenômenos observados durante o período de vivência em campo (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998). A análise das informações foi baseada em etnografias e demais estudos apresentados no referencial teórico dessa dissertação, e ainda na vertente interpretativa, como propõe Geertz (1989).

3.1.2 População do estudo

As análises e discussões foram baseadas na observação participante realizada no contexto local da Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição, localizada na aldeia São Pedro, T.I Parabubure, estado de Mato Grosso. Dada a natureza qualitativa do trabalho - envolvendo a

permanência da pesquisadora na comunidade durante todo o período de pesquisa - não foram utilizadas técnicas de amostragem, considerando-se o número de sujeitos da pesquisa equivalente ao somatório da população que estiveram em constante interação com a pesquisadora durante todo o tempo da pesquisa de campo.

Atualmente, são 51 escolas municipais indígenas e um total de aproximadamente 1320 alunos matriculados em toda a TI Parabubure. Na escola Imaculada Conceição estão matriculados 178 alunos no total. Esta unidade de ensino atende as modalidades de pré escola, ensino fundamental e médio.

Em relação aos interlocutores indígenas, envolvidos com as atividades da E.M.I.I.C. estavam, a merendeira, o diretor, professores e demais membros da comunidade, todos Xavante e moradores da aldeia São Pedro.

Entre os interlocutores não indígenas envolvidos com a gestão/coordenação da alimentação escolar indígena em Campinápolis, estavam dois coordenadores e membros do CAE. Na E.M.I.I.C. havia ainda não indígenas na coordenação da escola. No momento, a Secretaria não contava com nutricionista.

Os nomes dos interlocutores foram preservados, os trechos de falas serão identificados pelos seguintes códigos: (NI) para não indígenas e (I) para indígenas, seguidos das numerações que diferenciavam os interlocutores.

3.1.3 Limitações do estudo

Como limitações apontamos o fato de a pesquisa se dar em um contexto indígena, cuja língua vigente é pouco dominada pela pesquisadora e alguns nativos podem não ter o domínio do português, a utilização de intérprete pode ter afetado a interpretação das informações. E ainda, a demora no processo de aquisição das autorizações para inserção na TI resultaram em limitações de tempo, prejudicando o processo de amadurecimento intelectual pessoal e da dissertação.

4 PESQUISA DE CAMPO

Acredito que a primeira etapa da presente pesquisa teve início, de certa maneira, no ano de 2007, quando fui pela primeira vez a Campinópolis e à Terra Indígena Parabubure, Mato Grosso. Naquela ocasião, estava vinculada ao serviço de saúde ocupando o cargo de nutricionista da Equipe Multidisciplinar de saúde do Pólo Base de Campinópolis e, conseqüentemente, ao DSEI Xavánte que ainda estava sob a responsabilidade da FUNASA. Mesmo ocupando um cargo com implicações diversas e de relações interétnicas um tanto problemáticas, vejo que aquela experiência foi fundamental para o início de um vínculo pessoal com os Xavánte de Parabubure. Como única nutricionista da equipe, passava 20 dias seguidos do mês em campo atendendo toda a área pertencente ao Pólo Base, o que representava mais de 100 aldeias e cerca de cinco mil habitantes. Em algumas escalas permanecia quase que exclusivamente na mesma aldeia, como foi o caso da São Pedro, o que favorecia a construção do vínculo com as famílias. Desde o início do trabalho algumas inquietações já me tomavam e - apesar de distante de uma relativização aos moldes antropológicos - penso que aqueles incômodos refletiam em uma postura de atuação menos dura e fomentavam uma aproximação pessoal com os Xavánte, na tentativa de tornar a relação cada vez menos hierárquica. Creio que ter deixado de lado e/ou modificado muitos protocolos de minhas atribuições enquanto profissional foi um diferencial para a relação que tenho hoje com muitas famílias de Parabubure. Atualmente, partilhando das reflexões de Leite (2007), imagino que o presente estudo, em certa medida, partiu daquelas inquietações diante das abordagens etnocêntricas que presenciei durante os oito meses que estive em Parabubure.

Passados quatro anos da minha primeira ida a Parabubure, no mês de Agosto de 2011, portando o projeto de pesquisa qualificado, retornei à comunidade para apresentar o projeto e solicitar a anuência para realização da pesquisa. Nesse período tive um panorama bem geral de alguns elementos importantes para esse estudo. Realizei a primeira visita à Secretaria Municipal de Educação e retomei contato pessoal com os Xavánte. Fui recebida de maneira muito cordial por ambos, principalmente pelos Xavánte já conhecidos. No entanto, da parte das lideranças indígenas não havia consenso de opiniões quando o assunto eram projetos e propostas externas. Líderes se mostravam formalmente interessados e se articulavam entre si para que o projeto fosse realizado em sua aldeia.

Desse modo, a decisão sobre a região em que seria realizada a

pesquisa - e o local de minha estadia - foi tomada em grupo. Um dos pontos relevantes para a escolha foi meu grau de proximidade com determinadas comunidades e famílias específicas. O outro ponto foi a existência de escola municipal na proximidade. Por tais motivos obtive autorização pela estadia na aldeia Onça Preta, que fica próximo à aldeia São Pedro, na casa de uma família que conheci em 2007-2008. Assim, com o aceite da comunidade e da Secretaria Municipal de Educação de Campinópolis, a entrada em campo para a efetiva realização da pesquisa se deu após, tempos depois, obter os pareceres favoráveis por parte do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC; da Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas (CGEP) da FUNAI e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Na ocasião de minha visita para apresentação do projeto para a comunidade, a data para o início da pesquisa ficou em aberto, pois dependia de aprovação dos comitês de ética. Portanto, quando recebi a autorização definitiva para entrada na TI (segunda metade do mês de Abril) fiz novo contato telefônico com Campinópolis mas não consegui falar diretamente com as lideranças anteriormente contatadas. Mesmo assim realizei os últimos trâmites para a viagem ao Mato Grosso.

Minha partida de Florianópolis com destino à Terra Indígena Parabubure se deu no dia três de Maio de 2012. Logo que cheguei a Campinópolis, no dia quatro de maio, avistei a movimentação de alguns Xavante da aldeia São Pedro, na avenida principal. Era uma sexta-feira, um dos dias em que o caminhão comunitário vai à cidade para compras e demais atividades como, por exemplo, transações bancárias. Ali encontrei conhecidos de outros tempos e soube que o meu contato inicial - a liderança da aldeia Onça Preta - que iria me hospedar, estava viajando. Conversando com outras lideranças e membros da comunidade, uma família com a qual eu também tinha vínculo me ofereceu acolhida. Além disso, nesta família havia um professor, fato que avalei como positivo frente aos objetivos da pesquisa. Ele se propôs também a me auxiliar com as eventuais traduções.

Articulei com eles meu transporte para a aldeia, manifestando intenção de seguir no caminhão comunitário, contribuindo com os gastos de combustível, assim como os demais passageiros. Em um primeiro momento, sugeriram que eu procurasse uma carona com o carro da Missão religiosa da aldeia São Pedro, que também estava na cidade, ou com o carro do Polo Base de saúde. Este último é, geralmente, o transporte mais utilizado por não-indígenas pesquisadores que acessam a TI. Diante de minha insistência em acompanhá-los, me disseram que eu poderia ir com eles e me ofereceram lugar na cabine, posto ocupado

sempre pelos homens e geralmente pelo cacique. Agradei mas perguntei se eu poderia ir na carroceria, com a maioria das pessoas, especialmente com as mulheres e crianças. Meu pedido foi aceito com evidente surpresa, e assim segui para a aldeia.

Naquele primeiro momento já percebi que, em certa medida, fui recebida de maneira “diplomática”, por assim dizer. Além da cordial tentativa de me proporcionar boas vindas e me receber bem, penso que existiam expectativas políticas quanto ao projeto/pesquisa. Nesse sentido, creio que minha escolha de ir junto com a comunidade na parte de trás do caminhão tentava demonstrar meu anseio de minimizar alguma postura hierárquica desigual e de distanciamento, que poderia ser construída durante a pesquisa de campo.

Chegamos à aldeia por volta de 17 horas, cerca de duas horas e 40 minutos após nossa saída da cidade. A família que me acolheu era composta por mais três crianças. Dois meninos, um de nove e outro de dez anos, e uma menina de cinco anos de idade. No interior da residência, construída em formato retangular com estrutura de madeira bruta e coberta com palha de buriti, existiam três cômodos divididos com paredes também de palha, e que não iam até o teto. Na entrada havia uma porta de madeira com fechadura de ferro. No primeiro cômodo ficava a sala e a cozinha, depois o quarto das três crianças e o quarto do casal. Na sala havia um rádio com grandes caixas de som, duas cadeiras de plástico e dois pequenos bancos de madeira. Na cozinha, um fogão de quatro bocas a gás e uma prateleira aberta de madeira, onde estavam alguns utensílios e alimentos, como saco de açúcar, óleo e sal. Logo em seguida, havia o quarto das crianças, que era composto por uma cama de casal que acomodava os três. A geladeira ficava no quarto do casal, onde também ficava outra cama e uma prateleira grande, com roupas de toda família.

Fui acomodada na sala, onde instalaram uma rede grande para mim. O professor se colocou mais uma vez à disposição para todo tipo de ajuda quanto à pesquisa e disse que eu devia acompanhar sua esposa nas atividades domésticas. Ao longo dos outros dias, sábado e domingo, acompanhei a família também nas atividades da aldeia, que acontecem no *warã* (Figura 3). Entre elas a reza do terço, as danças, a corrida de tora de buriti e o torneio de futebol de homens e mulheres. Em vários destes momentos, fui convidada pelo cacique a me apresentar e falar da pesquisa para a comunidade. Assim, eu reafirmava os motivos de minha presença, apontava as possíveis temáticas que eu iria abordar, observar e a maneira com pretendia acompanhar as atividades. Ao longo dos dias, em paralelo

ao acompanhamento das atividades da escola, eu visitava outras famílias, por vezes acompanhada de algum membro da família que me hospedou. Os horários eram variados e em muitos momentos acompanhei o preparo de refeições, consumo e/ou a partilha de comida nas demais residências.

Minha primeira visita à escola se deu na segunda-feira, depois da reza do terço. Antes do início das aulas todos se reúnem em um pátio externo, que fica no centro da escola, entre as salas. Dessa maneira, me apresentei e iniciei minhas atividades no mesmo dia. Participei diariamente dos acontecimentos, no período da manhã e tarde. No momento das refeições, acompanhei desde o preparo e distribuição da comida até o momento da alimentação. Esclareço que o termo “merenda” era todo o tempo utilizado tanto pelos Xavante como por não indígenas para se referir ao alimento servido no espaço escolar, e por esse motivo, em alguns momentos do texto me aproprio desse termo quando me refiro à alimentação escolar. Sendo assim, eu participava ativamente dos momentos coletivos e acompanhava as atividades na cozinha, em sala de aula e/ou na sala dos professores. As conversas ocorriam espontaneamente e, em alguns momentos aconteceram entrevistas informais com atores chave, como a coordenadora, o diretor, os professores e a merendeira.

Para o momento, vale salientar que a minha proposta inicial era acompanhar a escola da aldeia São Pedro e mais três escolas próximas, conforme informações que eu havia coletado de listagem da secretaria de educação em 2011. Contudo, na minha primeira conversa com a coordenadora, membro da missão e a única não indígena a ocupar cargo na escola, soube que duas daquelas escolas integravam agora à escola da aldeia São Pedro e constavam nos documentos como salas anexas. Desse modo, os alunos de outras aldeias se deslocavam para a São Pedro. Assim, eu acompanhei prioritariamente o dia-a-dia na escola da aldeia São Pedro e fiz poucas visitas à aldeia Salvador, que ainda mantinha uma escola atendendo parte dos alunos. A aldeia Salvador possui 29 habitantes, entre eles está um professor atuante. A estrutura física e a dinâmica de funcionamento da alimentação escolar eram muito diferentes da primeira escola, o que será mencionado mais adiante. No entanto, os poucos dias que efetivamente acompanhei a escola da aldeia Salvador não me permitem maiores detalhes, por esse motivo minha abordagem principal gira em torno da escola Imaculada Conceição.

Sob minha perspectiva, fui recebida pela coordenação da escola da São Pedro, em um primeiro momento, como nutricionista e, assim, em muitos momentos parecia haver uma preocupação em justificar possíveis

problemas relacionados à alimentação escolar. Mesmo que eu não tivesse nenhum interesse em aspectos biológicos, nutricionais ou higiênico-sanitários da alimentação escolar, diversas vezes as falas da coordenação priorizavam tais dimensões e, às vezes, expressavam expectativas para que eu auxiliasse e trouxesse soluções pautadas na ciência da nutrição.

Por parte dos professores e do diretor, ambos Xavánte, fui recebida nos primeiros dias como alguém com possíveis “poderes políticos” diante da gestão da alimentação escolar. No entanto, a postura inicialmente mais diplomática não gerou um afastamento nas relações pessoais. Todos os dias partilhei com eles a comida servida na hora da merenda.

Assim, fui acompanhando a dinâmica de cada espaço na aldeia e adaptando minha rotina que, de forma geral, se baseava em participar das atividades da família que me hospedou, realizar visitas a outras famílias, acompanhar as atividades escolares e os momentos coletivos da comunidade. No ambiente doméstico, eu participava das idas às roças, das idas ao córrego da aldeia Onça Preta para tomar banho, lavar utensílios de cozinha, lavar roupas e buscar água e acompanhei também uma viagem no dia 14 de Maio para realização de compras. Como não levei comigo nenhum tipo de comida individual, eu buscava ou comprava alimentos à medida com que a família o fazia, e colaborava financeiramente com uma parte dos gastos. As atividades relacionadas ao preparo de comida eram de responsabilidade feminina e eu auxiliava nos momentos em que não estava na escola e/ou fazendo visitas a outras casas. Tentava, assim, acompanhar pelo menos as principais atividades da família.

Na maioria dos dias, os banhos eram pela manhã e depois das refeições. Eram cerca de três idas ao córrego por dia, onde também lavávamos os utensílios e roupas. A rotina de horários e atividades no ambiente doméstico eram quebradas nos dias em que a família se organizava para realizar compras na cidade ou quando a mulher ia para o mato, para alguma coleta coletiva. Nestes momentos, com a ausência das mães, alguns gêneros alimentícios, como pacotes de arroz, eram levados para a casa de familiares, que ficavam responsáveis pelo cuidado e a alimentação de suas crianças. Nos finais de semana as atividades coletivas tomavam a maior parte do dia da comunidade. Acompanhei festas, corridas de tora de buriti - tanto de mulheres quanto de homens - participei de danças e assisti aos jogos de futebol. Fui também em uma coleta de coco babaçu com um grupo de mulheres. Desse modo, permaneci na aldeia do dia quatro de maio até o dia 15 de junho, totalizando 43 dias de trabalho de campo.

Demais elementos relacionados serão apresentados nos itens seguintes. Contemplando uma análise da gestão municipal do PNAE e do trabalho do CAE, descrevo situações que vêm influenciando diretamente os serviços oferecidos às escolas indígenas da localidade. A partir do caso da E.M.I.I.C., destaco em especial três temáticas que emergiram no trabalho de campo: o modo de comer na escola; a partilha dos alimentos e a queimada da soja na aldeia São Pedro. Antes de tais discussões, inicio com informações referentes à alimentação na aldeia São Pedro, para assim adentrar no contexto da alimentação na E.M.I.I.C.

4.1 A alimentação na aldeia São Pedro: mudanças e transformações

Durante a pesquisa de campo, pude participar da alimentação no ambiente doméstico da família que havia me hospedado e, de maneira menos frequente, de outras famílias da comunidade. Na casa em que me hospedei, a maior parte das tarefas estava envolvida com a alimentação, mesmo que indiretamente.

Bem cedo, por volta das cinco e meia, a mulher da casa recolhia os utensílios para serem lavados no córrego e no retorno trazia água, que seria usada ao longo do dia. A refeição da manhã era, na maioria dos dias, composta por algum tipo de biscoito industrializado ou pão trazido da cidade, castanhas de babaçu (as quais as mulheres da aldeias haviam coletado recentemente) e, eventualmente, por mandioca assada. Contavam-me que o milho também era apreciado para essa refeição, mas não estava disponível naquelas semanas. A mulher às vezes buscava café preto na casa de sua mãe, mas isso não acontecia todos os dias. Aquela família não destinava muito tempo à refeição da manhã, e logo depois que acordavam saíam para a reza comunitária do terço, que acontecia às seis e meia, no centro da aldeia. Chamo atenção para a exatidão desses horários pois eram seguidos todos os dias sem grandes alterações.

No retorno da reza, o homem da família ia para o trabalho na escola, e as crianças para a aula. A mulher, por sua vez, retomava seus afazeres domésticos. Em alguns dias, por exemplo, as atividades estiveram voltadas para a confecção de cestos de palha de buriti, que além de terem a função de carregar os bebês, são amplamente utilizados não só para carregar alimentos durante a coleta no cerrado e/ou compras na cidade, bem como para transportar utensílios de cozinha e roupas nas idas ao córrego, ou seja, cada um tem uma serventia.

Na maioria das casas o almoço geralmente começava a ser

preparado perto das 11 horas da manhã, com pequenas variações de acordo com a rotina familiar. De maneira geral, no almoço eram preparadas comidas “frescas” e as sobras eram consumidas à noite. As sobras eram guardadas nas próprias panelas tampadas, dentro do forno ou deixadas sobre o fogão. A geladeira era utilizada para guardar principalmente frango congelado e água; raramente guardavam outro tipo de comida.

Assim como no restante da aldeia, os alimentos eram, em sua maioria, provenientes da compra na cidade, da agricultura, da coleta, da caça e da pesca. Toda semana o caminhão da aldeia ia para a cidade. A periodicidade da compra de alimentos na cidade variava de família para família. Naquela em que eu estive hospedada foram realizadas duas viagens para compras de alimentos, eu acompanhei uma delas. Muito semelhante ao que observou Verona (2009) entre os Xavante da aldeia Nossa Senhora de Guadalupe, TI São Marcos, os principais itens consumidos na aldeia São Pedro na época da pesquisa de campo eram o arroz, o feijão, a abóbora e a mandioca. Semelhante também ao que observaram Leite (1998) e Gugelmin (1995 e 2001) em outras TIs, sobre a presença de industrializados, como sal, açúcar refinado, óleo de soja, balas, refrigerantes, sucos artificiais em pó e biscoitos. Em algumas casas que possuíam geladeira, era frequente o uso de suco artificial em pó para o preparo da chamada *laranjinha*, que consistia em colocar o suco em saquinhos plásticos e posteriormente, congelá-los. As *laranjinhas* eram muito apreciadas pelas crianças.

Além disso, o macarrão, o extrato de tomate e o frango, este último comprado congelado na cidade, eram também constantes na aldeia São Pedro. Assim, as preparações das principais refeições, na maioria dos dias, eram compostas por arroz, feijão, algum tipo de carne, que geralmente era frango e mandioca e/ou abóbora refogada. O frango em alguns momentos era cozido para ser desfiado e colocado em meio ao macarrão; em outros momentos, principalmente nos finais de semana, era assado no lado de fora da casa em uma grelha sustentada por tijolos. O macarrão poderia ser servido com ou sem frango, junto com arroz e feijão ou separado.

Parte do feijão consumido, a abóbora e a mandioca eram provenientes da produção local da família ou de parentes, e eram o itens produzidos nas roças da aldeias que eram mais frequentes no período da pesquisa de campo (Maio-Junho). As abóboras utilizadas na ocasião eram as que estavam estocadas, pois, assim como o milho Xavante, eram produzidas no período das chuvas, de outubro a maio. O milho Xavante

não estava presente nas refeições naquele período mas, segundo relatos, havia um estoque de sementes para um plantio futuro. Saladas cruas eram mais raras, geralmente preparadas com repolho verde e tomate. Quanto às frutas, havia bananas da produção local.

A carne de caça, peixes e produtos da coleta, como cocos e raízes, apesar de muito valorizados, principalmente pelos mais velhos, estavam presentes em poucos momentos, pois dependiam de alguma expedição pelo cerrado, o que geralmente acontecia poucas vezes no mês. Um dos fatores que parecia influenciar a diminuição da frequência e duração das expedições era carga horária e a rotina de trabalho semanal cumprida por membros de muitas famílias. Alguns eram professores ou agentes de saúde atuando na própria comunidade, outros eram funcionários públicos prestando serviço na cidade, e por esse motivo, ausentavam-se em muitos dias da semana.

Durante o período que estive na aldeia presenciei uma coleta coletiva de coco babaçu e soube de outra coleta menor, realizada por um grupo bem menor de mulheres. Houve uma pesca que reuniu cerca de 10 homens e durou três dias, durante a semana em que não houve atividade escolar, possibilitando a participação de funcionários da escola. As carnes de caça daquele período não haviam resultado de expedição específica de caça, mas sim do abatimento eventual de algum animal durante as outras expedições citadas.

As estratégias de subsistência dos Xavánte, assim como outros aspectos, vêm mudando rapidamente na maior parte dos subgrupos, como apontado por Leite (1998); Gugelmin; Santos (2001) e Leite et al. (2003). As caçadas, que antes duravam longos períodos de incursão pela mata, vêm ficando cada dia mais curtas e menos frequentes. Durante o período da pesquisa, em minha casa de estadia, havia carne de caititu (*nhore*), tatu (*wârãre*) e peixe (*tebe*). No caso do caititu, a mulher havia trazido alguns pedaços já assados depois de um dia de coleta no mato com um grupo de mulheres, quando encontraram o animal, que foi abatido e assado no mato, direto na brasa. Já o tatu ainda estava vivo quando foi ofertado por um parente próximo; o animal foi abatido, assado e consumido por nossa família no mesmo dia. Já os peixes, matrinchã e piranha, resultado da pescaria que o chefe da família havia participado em uma final de semana, tiveram suas vísceras retiradas pela mulher, e por ela também foram salgados para serem armazenados.

A carne de caça não era frequente, dando lugar à carne comprada na cidade. Nos dias em que a carne era pouca, havia grande preocupação

do chefe da família em me comunicar que logo iria à cidade para comprar mais frango para nossas refeições. Percebia também a movimentação de compra de carne em outras casas. De fato, quando eu perguntava algo sobre comida, uma das primeiras qualidades enfatizadas era de que “(...) *comida que tem mistura é comida boa... E mistura é carne...*” (12). A preferência dos Xavánte pela carne era ressaltada já nas primeiras etnografias publicadas. Maybury – Lewis (1984) descrevia a “paixão pela caça” e a carne como “prato predileto” dos Xavánte com que trabalhou. Segundo este autor, a carne não era a base da alimentação Xavánte mas estava, com toda certeza, em primeiro lugar nas conversas, refletindo assim o importante papel de tal atividade dentro das relações sociais do grupo.

Durante os momentos de refeições maiores, como almoço e jantar, a família se reunia. Para a maneira que os Xavánte da aldeia Nossa Senhora de Guadalupe comiam, Verona (2009) chamou de “ajuntamento”, pelo fato de raramente comerem sozinhos. O mesmo observei na São Pedro. Como no âmbito familiar não havia mesas, característica também destacada por Verona (2009), o “ajuntamento” não tinha o móvel como centro das refeições. As crianças menores, até uns oito ou nove anos, geralmente comiam sentadas no chão ou bancos e comiam com as mãos. Quando havia outra criança com idade próxima, geralmente a comida delas era servida em uma panela ou vasilha maior que um prato e elas comiam juntas. Os adultos se sentavam em bancos, cadeiras ou na rede. Comiam com o prato no colo ou na mão, utilizando um garfo ou colher.

Durante as viagens realizadas para compras, das quais acompanhei uma, o caminhão geralmente chegava na cidade por volta de nove horas da manhã e saía depois das 16 horas, por isso, era comum que as famílias realizassem lanches e refeições no comércio local. O almoço geralmente era nos restaurantes locais, que servem “pratos feitos”, com a opção de “prato cheio” (com mais comida) ou “meio prato” (menos comida). No dia em que os acompanhei, a maior parte dos restaurantes serviam arroz, feijão, duas opções de carne, sendo geralmente carne bovina cozida e carne de frango, e ainda alguma salada crua, como repolho e tomate. Outras opções, como bife de carne bovina, batata frita, pequi refogado, abobrinha refogada, bolinho de arroz frito e/ou outras preparações entendidas pelos proprietários dos restaurantes como mais elaboradas não eram servidas nos “pratos feitos”.

As sobras do almoço geralmente eram levadas para serem consumidas mais tarde, no retorno à aldeia. Durante o percurso, além

de alimentos industrializados comprados na cidade, como salgadinhos e refrigerantes, eram também consumidas as sobras de comida do almoço. Mas, diferente dos outros itens, essa comida era partilhada, inicialmente, escondida de mim e, quando me mostrei interessada no que comiam, as mulheres se mostraram envergonhadas em dizer do que se tratava e em mostrar-me sua comida. Perguntei se também poderia comer um pouco, todas riram muito e só depois me mostraram. Uma das mulheres disse que não havia colher. Então eu disse que também comeria como elas.

De fato, em outras situações já vivenciadas por mim junto aos Xavante, as maneiras de comer eram frequentemente avaliadas e julgadas negativamente por muitos não indígenas da cidade. Além do mais, havia, nos restaurantes, certa diferenciação entre as preparações servidas para os Xavante e para os não indígenas da cidade, assim como a separação de espaços para servir a esses dois grupos de comensais. As relações entre os Xavante e os não indígenas na cidade, como também observou Rezende (2003), era marcada pelo distanciamento entre as duas partes e o preconceito e postura etnocêntrica do não indígena para como os Xavante.

Para mim, o fato da mulher explicar que não havia colher refletia, de modo geral, à ideia de que não indígenas comem com colher e reagem de maneira negativa ao fato de se comer sobras e, ainda, com as mãos. Tal episódio remete ao relato de Leite (2004, p.162) sobre a vergonha dos Wari', indígenas do sudoeste amazônico, de comer diante dos não indígenas:

“(...) Quando conversava com alguém sobre o fato, explicavam-me que os Wari' eram assim mesmo, que tinham vergonha de comer diante dos brancos. De minha parte, não foi difícil compreender estas reações. Mesmo na aldeia presenciei, por parte de profissionais não-índios que trabalhavam junto aos Wari', reações negativas diante do consumo de alguns itens, assim como também pude ouvir afirmações como “-Ah, isso eu não tenho coragem de comer, não! É muito nojento!”, ou “-Você já os viu comendo tal coisa?” De sua parte, os Wari' sabem reconhecer as reações dos wijam [brancos] diante de seu comportamento, evitando portar-se diante deles de formas passíveis de críticas e sabendo identificar ainda as práticas que causam boa impressão.”

Percebi que minha iniciativa de comer da maneira e a mesma comida que elas comiam, gerou surpresa entre as pessoas presentes no caminhão, e também gerava surpresa em vários momentos na aldeia. Demonstrava um anseio, de minha parte, em me aproximar das práticas nativas e compreendê-las, em alguma medida, sem assumir uma postura etnocêntrica baseada unicamente nos princípios que fazem sentido à sociedade da qual faço parte.

Como visto no relato sobre a alimentação na aldeia São Pedro, as transformações nas estratégias de subsistência e na alimentação de subgrupos Xavante já vinham sendo relatadas nas primeiras etnografias que acompanharam subgrupos específicos (GIACCARIA & HEIDE, 1972; FLOWERS, 1983; MAYBURY-LEWIS, 1984; LOPES DA SILVA, 1998). Tais transformações ainda vêm ganhando destaque em dissertações contemporâneas em alimentação (GUGELMIN, 1995 e 2001; LEITE, 1998, VERONA, 2009). A intensificação do convívio com a sociedade envolvente, a limitação dos espaços nos territórios, a sedentarização, entre outros aspectos, têm sido citados como fatores das rápidas modificações que os subgrupos Xavante vêm vivenciando, mesmo que de maneiras diferentes para cada subgrupo. Segundo destacou Verona (2009, p.118): *“No passado as referências alimentares para os Xavante eram transmitidas pelos velhos, grupos domésticos e tradições. Hoje, as informações chegam por diversos meios: a escola, a televisão, a convivência na cidade, os profissionais de saúde”*.

Ainda sobre a alimentação dos Xavante da aldeia São Pedro, as mudanças na alimentação são percebidas, em grande medida, como processos que acompanham as mudanças na vida das novas gerações, configurando um processo intergeracional como explicou um Xavante de aproximadamente 35 anos de idade:

“As coisas na vida do Xavante tá mudando. Os mais novos não querem mais raiz do mato. Não faz mais parte da vida. A criança já tem outras escolhas, outras prioridades, outra vida... Ela não vive no passado dos velhos. Não sou caititu para comer raiz... Não quero mais. E anta? Eu gosto mas não tem mais no mato e ninguém vai sair para procurar. Eu devia comprar alimento do mato. Só que eu compro na cidade... A vida mudou. Eu

mesmo não gosto muito de comida antiga.” (14)

Nesse contexto, o espaço da escola era interpretado como espaço de regras não indígena. O espaço escolar também foi interpretado de maneira semelhante pelos subgrupo Xavánte com o qual trabalhou Verona (2009). Nesse caso, as merendeiras explicavam que não era feita a comida Xavánte na escola pelo fato de só terem alimentos não indígenas naquele espaço. Mais detalhes sobre a dinâmica do espaço escolar da aldeia São Pedro serão contempladas no próximo item.

Como discutido por Leite (2007) a inclusão de itens alimentares externos ao sistema alimentar nativo dos *Wari'* não representou o enfraquecimento da sua identidade. Para Langdon (1994), em estudo entre os Siona da Amazônia colombiana, a abertura dos Siona a novas alternativas de recursos em saúde não indicava uma alteração nas representações e interpretações Siona sobre saúde/doença.

Assim, a articulação entre itens alimentares considerados tradicionais e os novos itens, processo que já acompanha os grupos Xavánte há décadas, não descaracteriza em momento algum a afirmação de identidade, como visto no trecho abaixo, em que o homem Xavánte explica o processo de mudança na alimentação:

“Eu vou falar pra colocar raiz e coquinho na merenda? não vou, nem eu gosto. Não tem mais lugar no dia-a-dia, na vida do Xavánte de hoje. Na escola também não. Pai e mãe vão para a cidade fazer compra, a comida vem de lá também. Eles querem fazer assim! Só os velhos buscam alguma raiz.” (13)

As informações apresentadas e minhas percepções, tanto acerca dos processos de mudança, quanto dos demais elementos apontados pelos interlocutores, remetem ao que os antropólogos anteriormente citados, como Sahlins (1990, 2003), Geertz (1989) e outros, vêm destacando sobre o dinamismo cultural. E que, nesse sentido, se aplicam à alimentação e à gama de aspectos que envolvem o ato de comer que, enquanto sistema cultural, encontram-se em constante processo de mudanças, estando assim passíveis de novas e constantes interpretações e reinterpretções com bases na lógica nativa (Leite, 2007 e Verona, 2009).

Frente a esse contexto de mudanças, os processos envolvendo a

alimentação escolar também devem ser vistos como processos dinâmicos e de constantes reinterpretações. A aproximação com o contexto da Escola Municipal da aldeia São Pedro, possibilitou a abordagem de outras temáticas e particularidades que emergem daquele contexto e estão relacionadas com a alimentação escolar.

4.2 A Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição

As atividades escolares na aldeia São Pedro, aos moldes dos não indígenas, tiveram início logo nos primeiros anos de fundação da aldeia, segundo contam os próprios Xavánte. Ainda segundo os Xavánte, no ano de 1984 o então cacique Benjamim havia solicitado à FUNAI que contratasse membros da própria comunidade como professores, pois até então as atividades escolares aconteciam fora daquela aldeia ou com a presença eventual de professores de fora da comunidade. No mesmo ano, o pedido foi atendido e três moradores da aldeia foram contratados para ministrar as aulas. No ano de 1991 a escola foi oficialmente regularizada, a prefeitura municipal contratou novos professores da comunidade e a escola recebeu o nome de Imaculada Conceição. Naquela época havia uma sala construída em madeira e revestida com palha de buriti.

As primeiras salas de alvenaria foram construídas pela prefeitura em 1995. Em 1997 a escola contava com ensino de quinta a oitava série. Naquela época, a direção era de responsabilidade de uma missionária Laurita que, como citado anteriormente, vinha desenvolvendo um trabalho desde 1994. Em 2001, a escola iniciou uma turma de pré-escola e em 2004 uma sala anexa da Escola Estadual Couto Magalhães oferecia o Ensino Médio. Naquele mesmo ano o cargo de diretor passou para um Xavánte da comunidade, ficando com uma missionária o cargo de coordenadora. No ano de 2009, a escola foi reformada e recebeu um novo prédio, construído pela Secretaria Estadual de Educação. Outros três prédios também foram construídos naquele ano, no formato circular, através de recursos financeiros da Missão Salesiana do Mato Grosso.

Atualmente, além dos alunos da aldeia São Pedro, a escola atende alunos das aldeias *Parinai'a*, Onça Preta, Bom Jesus, São Paulo, *Tseredzatse*, São Mateus, Cristalina, Aparecida, *Podzenho'u* e Salvador. O total de alunos chega a 178 matriculados. As aulas da pré-escola e do ensino fundamental acontecem pela manhã, as do ensino médio são ministradas no período da tarde. A estrutura física da escola é formada pelo total de sete salas de aula, localizadas em um complexo de diferentes tipos

de construção (Figura 3). O prédio maior é de alvenaria e foi construído pela Secretaria Estadual de Educação do MT; lá estão a sala do diretor, a sala de informática, a cozinha, o refeitório e os banheiros (Figura 3, n.1). Em outra construção de alvenaria, mais antiga, estão três salas de aula (Figura 3, n.2). Em uma casa de madeira fica outra sala de aula (Figura 3, n.4). Existem ainda três construções de alvenaria no formato circular – construídas com o apoio da missão salesiana de Mato Grosso - onde funcionam mais quatro salas de aula, a sala dos professores, biblioteca e estoque de alimentos (Figura 3, prédio 3). E por fim, em uma sala separada, fica a coordenação da escola (Figura 3, prédio 2). Há instalação elétrica na escola, assim como no restante da comunidade.

Uma das particularidades desta escola era o fato de partilharem de sua gestão tanto o município como o estado. A Secretaria Municipal de Educação ficava responsável pelo ensino de pré-escola e ensino fundamental, e a SEDUC (Secretaria de Estado de Educação) pelo ensino médio (mais detalhes sobre a gestão municipal no item 4.2.2). Na prática, segundo a coordenação da escola, a estrutura, os professores, a alimentação e as atividades coletivas eram as mesmas, apenas a burocracia era diferente, como os relatórios pedagógicos.

Desde de 1994 a missão Laurita vem desenvolvendo um trabalho contínuo e diretamente ligado às atividades escolares na aldeia São Pedro e em algumas escolas da região. Em outros anos, além da coordenação, as missionárias ministravam também aulas. No momento em que esta pesquisa foi realizada não havia nenhuma matéria escolar oficialmente ministrada por missionárias e/ou algum professor externo.

Os alimentos destinados à alimentação escolar chegavam do município bimestralmente. Em dias de entrega, funcionários da escola e outros membros da comunidade se mobilizavam para o recebimento da mercadoria. O controle da entrada e saída de alimentos no estoque ficava sob a responsabilidade da coordenação, tanto nos dias de entrega quanto nos demais dias. Diariamente, a merendeira se dirigia à coordenação da escola para solicitar as quantidades de alimentos necessários para a quantidade de alunos presentes.

A SME não enviava nenhum tipo de cardápio, manual ou recomendações para o armazenamento e a utilização dos alimentos. Dessa forma, segundo os funcionários da escola, as preparações eram previamente planejadas pela coordenação, direção, professores, merendeira e, posteriormente, discutidas com a comunidade. Não cheguei a presenciar nenhum momento de planejamento como este. Contudo,

não parecia haver conflitos nessa fase de planejamento, diferente do que ocorria em outras fases. O que os funcionários expressavam era a dificuldade de planejar preparações com os poucos tipos de alimentos disponíveis. O único elemento apresentado como critério pela equipe da escola foi a elaboração de uma refeição doce em um dia e uma refeição salgada em outro, alternadas durante a semana, como observado no Quadro 2.

	seg	ter	qua	qui	sex
07/05-11/05	Salgada Arroz, feijão, macarrão com molho e frango	Doce Canjica com bolacha de água e sal	Salgada Arroz, feijão e sardinha	Doce Biscoito doce com suco	Salgada Macarrão com molho de extrato de tomate
14/05-18/05	Não houve aula devido a visita de missionários	Não houve aula	Não houve aula	Não houve aula	Não houve aula
21/05-26/05	Salgada Arroz, feijão e frango de pedaço (frango comprado)	Doce Biscoito de água e sal e achocolatado	Salgada Macarrão com molho de extrato de tomate	Doce Arroz doce com biscoito salgado	Salgada Arroz, feijão e abóbora cozida (doação de familiares)
28/05-01/06	Salgada Macarrão com molho de extrato de tomate	Doce Biscoito salgado com suco	Salgada Arroz, feijão e salada de tomate (tomate comprado)	Doce Canjica com bolacha de água e sal	Salgada Arroz com sardinha
04/06-08/06	Salgada Arroz e feijão	Doce Achocolatado com biscoito doce	Salgada Macarrão com extrato de tomate	Doce- Biscoito salgado com suco	Salgada Macarrão com molho de extrato de tomate e salada de repolho (repolho comprado)
11/06-17/06	Visita aldeia Salvador	Visita aldeia Salvador	Visita aldeia Salvador		Saída para Campinópolis

Quadro 2. Preparações servidas na alimentação da E.M.I.I.C., aldeia São Pedro, maio e junho de 2012.

O mesmo tipo de preparação feita no período da manhã para os alunos da pré-escola e ensino fundamental, era feito no período da tarde

para os alunos do ensino médio. Como apresentado no Quadro 2, refeições salgadas preparadas na escola no período da pesquisa de campo foram: arroz com feijão; arroz com feijão e macarrão com frango desfiado; arroz com feijão e farinha de mandioca; arroz com feijão e salada de repolho e macarrão com molho de abóbora. Em outros dias era servido apenas o macarrão com molho a base de extrato de tomate. A farinha de mandioca era servida em alguns dias, principalmente com arroz e feijão.

A sardinha, servida apenas em dois dias durante o período da pesquisa, era bem aceita pelos comensais. Todavia, percebia certo receio da parte dos funcionários Xavante em colocar esse alimento nas preparações durante muitos dias. Em conversa com a merendeira ela dizia que os mais velhos ensinavam que alguns tipos de peixe, como era o caso da sardinha, poderia causar diarreia na criança pequena, e por esse motivo eles não serviam muitas vezes. Questionei outros Xavante sobre a sardinha e, de maneira geral, prevalecia o receio de que aquele tipo de peixe adocesse a criança bem pequena, no entanto, segundo eles, não havia restrições severas nesse caso. No Quadro 1, Verona (2009) citou alguns tipos de peixes que eram restritos para gestantes e cônjuges daquela subgrupo Xavante, no entanto não havia referência sobre a sardinha. Alguns reclamavam do lixo que as latas de sardinha produziam e do perigo de acidentes com as latas abertas.

As restrições alimentares não fizeram parte das investigações da presente dissertação, no entanto, chamamos atenção para a necessidade de uma aproximação com conhecimentos locais sobre alimentação, saúde e nutrição quando falamos de políticas públicas em alimentação e nutrição. Aos gestores da alimentação escolar, por exemplo, cabe conhecer o conjunto de ideias locais.

Já os pratos doces variavam entre canjica com biscoito, biscoito salgado ou doce com suco ou arroz doce com biscoito. Observou-se a presença eventual de gêneros que não eram fornecidos pela prefeitura, como alimentos *in natura* e perecíveis, mas a presença destes gêneros nas preparações era pequena. Tais alimentos, segundo informações dos funcionários da escola, haviam sido comprados com outros recursos financeiros da escola - era o caso do repolho e da carne de frango - e/ou doados por algum membro da comunidade, como foi o caso da abóbora. Esses alimentos estavam excepcionalmente disponíveis, pois a SME não enviava tais produtos para as escolas indígenas, como observado no Quadro 3, que será discutido também no item 4.3.

Arroz
Açúcar
Leite em pó
Macarrão
Extrato de tomate enlatado
Óleo de soja
Alho
Cebola
Sal
Achocolatado em pó
Milho para canjica
Biscoito cream cracker
Biscoito doce simples
Farinha de mandioca fina
Suco concentrado de fruta
Feijão do tipo carioca
Sardinha ao molho

Quadro 3. Lista realizada pela SME com alimentos enviados para as escolas indígenas da Terra Indígena Parabubure no ano de 2012. Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Campinápolis

É importante salientar que a escola, assim como o restante da aldeia, possui instalação elétrica e equipamentos para refrigeração de gêneros perecíveis. A inclusão de outros gêneros - como as carnes, por exemplo - parecia ser uma preocupação constante, não só dos indígenas como também dos não índios na escola e, por esse motivo, estes buscavam outros recursos e meios de incluir carne nas preparações.

Realizei visitas a outra unidade escolar da aldeia Salvador.

Lá estudavam seis alunos e o alimento não era preparado na escola. Tampouco havia estrutura de cozinha e refeitório na escola, existindo apenas uma sala em formato retangular com duas paredes paralelas, toda de palha. Havia apenas um turno que atendia alunos da pré-escola, pois os demais se deslocavam para a aldeia São Pedro. Os horários de aulas na aldeia Salvador eram menos rígidos do que os observados na aldeia São Pedro e os alimentos que chegavam da prefeitura eram distribuídos entre as famílias, sem que houvesse conflitos entre os membros da comunidade.

4.2.1 Conhecendo o cotidiano da Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição

Eram 7:30h da manhã quando o sino anunciava o início das atividades escolares da aldeia São Pedro. Aos poucos, a movimentação em direção à escola ia aumentando. Os professores aguardavam os alunos no pátio externo, não apressavam ninguém, nem mesmo chamavam atenção daqueles que chegavam por último. As crianças e os jovens chegavam com cabelos ainda molhados, roupas e calçados muito limpos. Para alguns dos mais novos que, na maioria das vezes, andavam descalços por toda a aldeia, a tarefa de permanecer com os sapatos não durava uma manhã inteira.

Quando todos os alunos e funcionários chegavam, um círculo era formado e, de mãos dadas, o canto Xavánte marcava os passos da dança. Ao final, uma oração cristã era realizada em português e assuntos gerais eram discutidos também em português. No dia em que cheguei na escola, também fui pauta das primeiras discussões no pátio. Fui convidada para falar e, assim como aconteceu em outros espaços comunitários, expliquei meus objetivos ali na escola, falei sobre o que iria conversar, perguntar e observar durante as próximas semanas.

Calmamente, professores e alunos se dirigiam para suas salas. Os alunos da pré-escola, cuja faixa de idade era de quatro a seis anos, se dividiam em três salas, sendo duas delas de alvenaria com o formato circular. A construção dessas salas, no formato circular, ocorreu em 2010 e foi uma iniciativa da missão salesiana do Mato Grosso. Tradicionalmente, as casas Xavánte tinham formato circular, porém, são poucas as aldeias que hoje mantêm as construções tradicionais. Na aldeia São Pedro apenas a igreja e as referidas salas da escola têm esta forma. Os alunos do ensino fundamental se dividiam em outras três salas. A média de idade desses alunos variava de sete a 15 anos. Tanto nas salas de pré-escola quanto

nas de ensino fundamental, os alunos não eram repreendidos ao sair e entrar das salas durante as aulas, nem mesmo eram orientados a solicitar autorização ao professor, apenas levantavam e saíam. Mesmo assim, a movimentação não era intensa. Nos momentos de provas, o professor saía de sala enquanto os alunos terminavam as atividades.

A alimentação começava a ser preparada logo que a merendeira chegava, por volta das 8h da manhã. Ela iniciava a contagem de alunos presentes no dia para, assim, solicitar que a coordenadora abrisse o estoque e entregasse a quantidade de alimento para a refeição do dia.

Para anunciar o horário da merenda, por volta das 10:20h o sino era acionado. Os alunos saíam de suas salas e aguardavam seus respectivos professores. Quando todos estavam no pátio externo, formavam uma única fila, dirigiam-se para o pátio do prédio maior, onde se localizava a cozinha e o refeitório. Como pude observar, ao longo dos dias, as filas não seguiam uma ordem de tamanho ou idade das crianças, mas sim a ordem de chegada na fila. A merendeira servia a mesma quantidade para todos, cerca de um prato forrado com arroz, uma concha grande de feijão e duas conchas de macarrão com frango desfiado, quando essa era a preparação do dia, por exemplo. Os professores eram servidos por último. De maneira muito cordial, já no primeiro dia de minha visita a escola, vários professores me convidaram para comer com eles e com os alunos no momento da merenda. O fato de ter sido convidada para comer causou surpresa na coordenadora da escola, pois, o convite parecia não ser uma atitude frequente naqueles momentos.

Conhecendo um pouco mais da dinâmica da alimentação na escola E.M.I.I.C., é necessário esclarecer como se dá a gestão municipal da alimentação escolar da qual a referida escola faz parte. O próximo tópico descreve e discute alguns desses pontos relevantes.

4.2.2 A Gestão municipal da alimentação escolar indígena

As diretrizes nacionais do PNAE dão base para a operacionalização e gestão do Programa em todas as escolas públicas e filantrópicas nos estados e municípios do país, como detalhado na seção 2.2 desta dissertação. Nos estados e municípios, a gestão é vinculada às Secretarias de Educação e suas coordenadorias de alimentação escolar, sendo operacionalizada de diferentes maneiras a depender da modalidade de gestão adotada em cada localidade.

A gestão do PNAE do município de Campinópolis adota a

modalidade centralizada para a operacionalização da alimentação das escolas municipais sob sua responsabilidade, entre elas as escolas indígenas. Para tanto, a Lei nº 11.947 de 2009 do FNDE prevê que a prefeitura capte e administre os recursos enviados pelo FNDE ficando, assim, responsável pela aquisição e distribuição dos alimentos e pela elaboração dos cardápios, devendo prestar contas ao órgão federal (BRASIL, 2011a). Campinápolis tem sob sua responsabilidade a alimentação de 51 escolas municipais indígenas, nas quais a modalidade de ensino varia da pré-escola até o ensino fundamental, com um total de 1320 alunos matriculados, e entre as quais a E.M.I.I.C.

Existem ainda escolas estaduais indígenas no município, vinculadas à SEDUC. Neste caso, portanto, a modalidade de gestão é do tipo escolarizada, na qual as escolas recebem diretamente o recurso financeiro do PNAE, ficando responsáveis pela execução do programa. O Estado dispõe de um funcionário no cargo de supervisor das escolas indígenas no quadro da coordenadoria de alimentação escolar. Por meio de publicações em seu sítio oficial na internet, a SEDUC disponibiliza um conjunto de informações e materiais de apoio referente à gestão da alimentação escolar que, no entanto, carece de informações específicas que tratem da alimentação nas escolas indígenas.

Para citar um exemplo sobre a falta de informações a respeito das escolas indígenas, o Censo Escolar de 2011, disponível no sítio oficial, não lista as escolas indígenas do estado. No que pode ser citado como outro exemplo, a Instrução Normativa da SEDUC/MT nº 001/2012, que trata do estabelecimento de normas para execução técnica e administrativa para a transferência de recursos financeiros do PNAE, no seu Capítulo III infere somente que: *“as escolas estaduais indígenas e em áreas quilombolas devem oferecer cardápios que atendam às peculiaridades dos respectivos hábitos alimentares”*, porém, não disponibiliza nenhum outro tipo de referência que dê respaldo para a efetividade de tal diretriz (BRASIL, 2012b, p. 2).

Na prática, a Secretaria Municipal de Educação constitui o ponto de apoio técnico tanto para escolas municipais indígenas, que estão sob sua responsabilidade direta, quanto para escolas estaduais situadas no município. No entanto, centrei a busca de informações relacionadas somente à gestão das escolas municipais indígenas na SME. Na ocasião da pesquisa de campo, a coordenação para a alimentação escolar na SME era composta por uma coordenadora geral e um coordenador das escolas indígenas, não havendo nutricionista no quadro de servidores há alguns

meses. Segundo relatos, havia uma intensa rotatividade desse profissional, os quais, geralmente, permaneciam por pouco tempo na equipe daquela Secretaria.

Tal fato parecia comprometer o planejamento da alimentação escolar indígena, gerando a escassez de cardápio, como citado anteriormente, bem como de informações qualitativas sobre a alimentação fornecida para as escolas indígenas. Os gêneros alimentícios seguiam sem recomendações e especificações. Sinalizo que não é objeto dessa dissertação uma avaliação nutricional da alimentação fornecida, mas era de nosso interesse um olhar para todos os fatores que vêm interagindo na gestão da alimentação escolar indígena. As implicações geradas pela limitação no planejamento dentro da coordenação de alimentação escolar serão retomadas mais adiante.

A existência de uma coordenação específica para alimentação escolar e o cargo de um coordenador que trata especialmente das escolas indígenas parecem pontos positivos dentro da operacionalização do PNAE e um avanço frente à lacuna no atendimento diferenciado aos povos indígenas que há em nível central. Ressalto que o governo federal, através do FNDE, não determina e tampouco oferece suporte à criação de instâncias administrativas específicas para a alimentação escolar indígena, seja no nível estadual ou municipal. Tal fato, juntamente com outros fatores, pode ser visto como um obstáculo que compromete a proposta de respeito à diversidade cultural da população indígena e a efetividade de demais diretrizes no serviço oferecido.

Os profissionais que atuam na gestão municipal relataram problemas importantes de estrutura, logística, planejamento e recursos humanos no atendimento às escolas localizadas nas aldeias. A entrega dos alimentos para as escolas indígenas era realizada apenas bimestralmente, pelo coordenador responsável, não havendo mais funcionários da SME envolvidos na logística da entrega. A falta de eletricidade na maior parte das escolas, a ausência de transporte adequado, a escassez de equipamentos para armazenagem de alimentos congelados e/ou resfriados em grande parte das escolas, assim como a distância das aldeias – eram fatores citados como limitadores na execução do trabalho e complicadores da relação com executores do Programa nas aldeias, como ilustrado na fala de um dos profissionais da gestão:

“Não dá pra cobrar e interferir tanto... Até porque não temos estrutura para oferecer um trabalho melhor, né... Não vai verdura para as aldeia, não tem como guardar... Carne também não tem como guardar, ainda não temos como mandar...” (N12)

Sob o olhar dos indígenas da aldeia São Pedro, a gestão era percebida como ausente e pouco conhecedora da realidade da escola, o que segundo os indígenas dificultava o diálogo e as decisões acerca da alimentação fornecida pelo município, caracterizando um problema de relações.

“A comida que vem pra cá é da cidade... A nutricionista não vem aqui conhecer a gente, ela deveria estar aqui e ficar aqui participando. Eles (outros profissionais da gestão) só vêm entregar a merenda e não ficam aqui. Não conhecem...” (I1)

A realidade vivenciada pelos profissionais que atuam no contexto de Parabubure não estava distante de muitas situações encontradas mesmo em contextos não indígenas no país (BELIK, CHAIM, 2009; VIANNA, TERESO, 2000; TRICHES, SCHNEIDER, 2010; SOARES, 2011; PAIVA, 2011).

4.2.2.1 O Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

No município havia ainda a atuação do Conselho de Alimentação Escolar, o CAE, o que enquadra a gestão em uma proposta de modelo participativo, tendo entre os conselheiros um representante Xavante. Entretanto, o diretor da escola São Pedro mostrou-se surpreso quando lhe perguntei sobre o trabalho do CAE, dizendo desconhecer o trabalho da atividade do Conselho:

“Não conheço esse Conselho (CAE). Quero saber; conhecer, mas nunca ouvi falar. Eu quero falar da comida também, mas ninguém convida, não sei como estão pensando as coisas, nunca perguntam nada.” (I3)

Já entre as conversas com o representante indígena do CAE, no prédio da Secretaria, o mesmo contava sobre sua atuação e assumia a

dificuldade de aproximação e vínculo com todas as escolas das aldeias:

*“Eu não gosto de dar a minha opinião individual... Eu gosto de ouvir a ponta e trazer a opinião construtiva para o conselho. Tanto os pontos positivos quanto os negativos também. Tudo para construir e melhorar. Sempre quero ouvir se estão aceitando a merenda... O que estão achando sobre tudo, **mas também tenho dificuldade de reunir com todo mundo e de fazer visita.**” (I3) (grifo meu)*

Outras dificuldades operacionais na gestão eram apontadas tanto na fala do representante indígena, quanto do representante da SME no CAE. Entre elas estava a dificuldade em atingir o Artigo nº 14 da Lei do FNDE nº 11.947 de 2009 que define que no mínimo 30% do recurso da alimentação escolar seja destinado à aquisição de produtos da agricultura familiar, dando prioridade aos assentamentos da reforma agrária, às comunidades indígenas e às comunidades quilombolas (BRASIL, 2009a). O município não conseguia atingir aquele percentual. A dificuldade era atribuída a elementos diferentes dependendo do ponto de vista do indivíduo que abordava tal tema.

Segundo o representante da SME no CAE, a baixa diversidade na produção da região era o principal fator que dificultava a compra da agricultura familiar. Em relação às compras das comunidades indígenas, o profissional relatava que houve tentativas de comprar alguns gêneros alimentícios *in natura* da população indígena. No entanto, a dificuldade também era atribuída à pouca produtividade. Neste caso, especificamente, era acrescido o elemento da organização dos indígenas:

“E os indígenas não produzem... Às vezes o que eles produzem não dá nem para o consumo próprio. Já tentamos comprar deles, já conversamos e eles ficam de pensar, mas preocupam com a forma de pagamento... Querem receber na hora. Já falamos de comprar banana, tem uma aldeia que está produzindo. Mandioca, eles podiam fazer farinha, mas não fazem.” (NII)

Segundo o representante Xavante no CAE, vários fatores têm dificultado a participação da população indígena nas ações que vêm

sendo incentivadas pelo governo federal. O seguinte trecho expressa o pensamento do representante indígena:

“Eu acho que temos que discutir mais isso aqui.. porque agora o governo tá incentivando comprar do pequeno produtor... Porque não comprar dos indígenas? Ou vou levar essa discussão para o conselho... Já está na hora do indígena começar a adaptar com a burocracia, porque se uma família começar a produzir e entregar na escola, as outras vão empolgar também.” (I3)

As falas acima, representam o pouco diálogo existente entre gestão, conselho e a população. A gestão julga impotente e desorganizado o sistema de produção dos Xavante, a tentativa de adaptação daqueles frente ao modo não indígena de gerir demonstra um desconhecimento sobre os modelos de agricultura e organização local, bem como o não reconhecimento das práticas nativas. Cabe aqui retomar o que autores como Menéndez (2003), Trostle (1988), Kleinman (1980), Da Matta (1987) e outros, sobre a desvalorização do conhecimento do outro dentro de um modelo hierárquico em que a hegemonia de um sistema não valorize o diálogo.

Sobre as dificuldades na aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar local, estudos realizados em outros contextos e localidades no Brasil ressaltam que entre os desafios dos produtores da agricultura familiar estavam a necessidade de organização formal sob a forma de cooperativas, associações ou individualmente, além da necessidade de adequação às demandas da alimentação escolar e a pouca articulação dos órgão de apoio ao agricultor familiar (BELIK e CHAIM, 2009; TRICHES, SCHNEIDER, 2010; PAIVA, 2011; SOARES, 2011). Abordam também as dificuldades encontradas para uma boa e constante articulação do CAE nos variados contextos locais, e que diversos fatores estariam desfavorecendo o “empoderamento” desse espaço pela população (BELIK, CHAIM, 2009; PIPITONE, 2003).

A característica de organização política Xavante, apontada por diversos autores como faccionalista e complexa, poderia ocasionar algumas limitações no processo de articulação do representante do CAE com as demais lideranças em toda a TI (sobre o faccionalismo Xavante: Maybury-Lewis (1989), Lopes da Silva (1986), Delgado (2008) e outros).

Nesse caso, um olhar para o complexo sistema de organização política Xavante poderia gerar alguma reestruturação e/ou adequação no modelo de funcionamento do CAE. Logicamente cabe aos próprios Xavante as maneiras de escolha do representante e/ou dos representantes no CAE.

O conselheiro Xavante expressava também a necessidade de articulação entre as ações de vários setores e instituições do governo para que ocorresse, progressivamente, uma participação mais ativa da população indígena em projetos locais. Problemas relativos à degradação ambiental no território indígena também eram citados como fatores de mudança na disponibilidade de alimentos:

“Para isso as famílias têm que produzir mais do que produzem, mas tem que incentivar e mostrar que é bom.” (I3)

“(...) a FUNAI está distante e não ajuda nisso, não incentiva as famílias... Não ajuda. É papel deles ajudar o índio e ensinar a burocracia do branco, mas a gente não tem auxílio nenhum da parte da FUNAI.” (I3)

“Tem outras coisas também... Porque hoje, por exemplo, tem barragem, como uma nova lá na minha area, do rio Culuene, que atrapalha os peixes... Antes tinha muito peixe naquela região... Agora não tem... então como vamos produzir mais?” (I3)

De todo modo, há que se ressaltar a importância do CAE como espaço de debate, motivador de diálogo entre as demandas da comunidade e o que a gestão pode/deve oferecer, principalmente diante dos diversos desafios encontrados tanto por indígenas quanto por não indígenas envolvidos com a gestão e execução do programa. A seguir, descrevo um exemplo do que algumas limitações no planejamento da gestão vêm gerando no serviço de alimentação ofertado para a fração indígena de escolas do município.

4.3 “Por quê só vem arroz, arroz, arroz?” A monotonia na alimentação escolar indígena em Campinápolis

Tomando a análise da lista realizada pela SME contendo itens alimentares enviados para as aldeias a lista de gêneros efetivamente enviada (Quadro 3) à alimentação das escolas indígenas era composta apenas por dezessete itens - sem contar com o sal - não havendo gêneros *in natura*, exceto alho e cebola. Assim, a maior parte dos produtos eram industrializados/ processados. Lembrando que a lista não era atualizada há dois anos, segundo relato dos profissionais da SME.

Comparamos a lista do Quadro 3 com o Termo de Referência do edital de licitação nº007/2012 (disponível no Anexo C), que é um documento gerado a partir dos pedidos enviados pela SME anualmente à prefeitura, e que apresenta os detalhes e especificidades dos gêneros alimentícios que foram planejados para atender todas as escolas do município no ano de 2012. No Termo de Referência, observou-se a presença de uma variedade de 16 itens na categoria “verduras, frutas e legumes” e cinco itens diferentes entre cortes de carne bovina e frango. Somados aos demais itens alimentares previstos no Termo de Referência, são cerca de 45 itens no total, número que contrasta com os dezessete itens que são enviados para as aldeias.

Dessa maneira, constata-se a enorme diferença na quantidade e nos tipos de alimentos que de fato eram direcionados para escolas não indígenas e indígenas. As escolas não indígenas recebiam um adicional de vegetais *in natura* e alimentos de origem animal frescos como ovos, carne bovina e frango, além de produtos de panificação. Ou seja, há uma redução significativa na quantidade e na variedade de gêneros alimentícios destinados aos indígenas e reflete o patamar de desigualdade que a população indígena ocupava naquele contexto.

Além disso, tamanha diferença na diversidade de itens destinados às escolas indígenas não era resultado de uma demanda da população indígena. Em conversa com o diretor da escola da aldeia São Pedro, a visão sobre os alimentos que chegavam da prefeitura era, de maneira geral, a seguinte:

“(...) tem coisa que eu acho errado. As crianças gostam de repolho, de tomate, milho branco... Mas não vem por quê? Por quê só vem arroz, arroz, arroz? Tem outras coisa também: o frango também não vem, só tem um pouco quando a gente compra.”

A fala do diretor deixa emergir um importante aspecto que vem marcando as práticas alimentares dos Xavánte há décadas: a diminuição da diversidade alimentar. A partir da indagação do diretor no trecho: “*Por quê só vem arroz, arroz, arroz?*”, parece-me coerente tomar o exemplo do arroz para permear tal discussão. Como citado na seção 2.4.1 desta dissertação, o arroz atualmente está na base da alimentação Xavánte, lugar antes ocupado pelo milho Xavánte (MAYBURY-LEWIS, 1984; LOPES DA SILVA, 1998; GUGELMIN, 1995 e 2001; VERONA; 2009). Aquele alimento foi introduzido na alimentação dos Xavánte nos anos 1970, quando o governo federal desenvolveu o chamado “Projeto Xavánte” de rizicultura mecanizada em diversas Terras Indígenas Xavánte (FLOWERS, 1983, LOPES DA SILVA, 1998). Com a implantação da rizicultura mecanizada, o governo pretendia, de modo geral, desenvolver a auto-suficiência e a economia das comunidades e reduzir as problemáticas demandas e presença Xavánte em Brasília. De fato, a expansão da monocultura de arroz e o desmatamento gerado por tal prática ocasionaram modificações na economia nativa e nas condições nutricionais e de saúde, segundo Lopes da Silva (1998). Estas alterações nutricionais e de saúde têm sido atribuídas a uma dieta monótona que tem como base o arroz polido que, por sua vez, vem sendo observado em diversos subgrupos (LEITE et al., 2003). O caso assumiu tamanha proporção entre os Xavánte, chegando a ocasionar óbitos por doenças relacionadas à deficiência de tiamina (VIEIRA FILHO et al., 1997).

Já o olhar dos profissionais da SME parecia não reconhecer os questionamentos do diretor Xavánte sobre a pouca variedade de itens para a alimentação escolar, como ilustra a fala de um profissional da SME:

“(...) eles (os Xavánte) se contentam com pouca variedade... Se servir só arroz com macarrão já tá bom. Gostam de carne, muito... Mas do resto não reclamam, sobre a variedade e essas coisas... Mas tem que ter quantidade...” (NII)

Sobre a lista de itens enviados para escolas indígenas e não indígenas, citada anteriormente, a principal diferença - considerada pela gestão como pequena - era a entrega de carnes e vegetais *in natura*, que era dificultada pela falta de energia elétrica em muitas aldeias e o difícil acesso à área indígena:

“Quase não tem diferença dos gêneros comprados para as escolas municipais da cidade e as escolas da TI, a única diferença é que, na cidade, compramos verduras e carnes. O restante é exatamente igual. Para as aldeias não vai verdura e carne porque é mais difícil levar e só tem energia em 4 escolas... Daí se não pode levar em uma, não pode levar em outra, né... Ia virar guerra...” (N11)

Apesar da existência de eletricidade em quatro escolas indígenas, o receio dos profissionais era a reação de lideranças e/ou membros de outras aldeias que, por não terem energia elétrica, não poderiam receber alimentos *in natura*, o que causaria grande conflito. Entre os profissionais da SME vigorava a ideia, fruto de um olhar distanciado e generalizado, de que os Xavánte gostavam pouco de “verduras” e de frutas. O mesmo não era falado sobre a carne, que era reconhecida como uma preferência dos Xavánte. Sobre o assunto, um profissional da SME me explicou o seguinte:

“Não vai verdura para as aldeia, não tem como guardar... Carne também não tem como guardar, ainda não temos como mandar... E, mesmo assim, eles não são muito chegados em verdura. A gente tenta melhorar a alimentação deles, mas não aceitam muita variação...” (N12)

“Eles não gostam de verdura, legumes, essas coisas... É de carne que eles gosta... Se mandar verdura eles vão jogar tudo fora.” (N12)

Assim, ao mesmo tempo em que a justificativa para não enviar verduras seria o fato de “*não aceitarem*”, a informação de que “*é de carne que eles gosta*” não parecia interferir na execução do respeito aos hábitos alimentares. Ou seja, por um lado, o hábito alimentar era entendido como fator para não incluir um item na alimentação - o caso das verduras - e por outro, esse critério não era utilizado quando se tratava das carnes.

As situações apresentadas nesse tópico remetem ainda aos pressupostos de DHAA para o alcance de SAN, que não estava sendo alcançado. Na definição vigente, SAN “... *Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade,*

em quantidade suficiente...” sendo “...*Dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada...*” (BRASIL, 2010b). Portanto, os problemas e obstáculos que tem justificado as falhas no alcance das diretrizes do PNAE, que atuam na perspectiva de DHAA, são responsabilidade do poder público, deixando claro que o mesmo não se resume ao nível local.

Outra situação que parece se articular com essa discussão, merecendo destaque especial, foi o episódio de envio de proteína texturizada de soja para as aldeias, descrito a seguir.

4.4 “Soja não é carne”: a queima da proteína texturizada de soja pelos Xavánte da aldeia São Pedro.

Sobre a aceitação dos alimentos enviados pela prefeitura às escolas indígenas, o caso da baixíssima aceitação da proteína texturizada de soja (PTS) era constantemente relatado durante a pesquisa de campo, tanto por indígenas quanto por não indígenas. O assunto se tornava cada vez mais relevante, tamanho era o destaque dado entre diferentes tipos de interlocutores. Portanto, uma contextualização acerca de tal evento se torna interessante. Segundo relato dos profissionais da SME, a PTS foi enviada para as escolas municipais indígenas de Parabubure entre os anos de 2008-2009, com o intuito de oferecer aos escolares proteína de boa qualidade através de um alimento que poderia ser facilmente transportado e armazenado. Ou seja, aquele alimento sanaria parte de uma dificuldade operacional em levar alimentos protéicos para as aldeias do território.

O envio de soja para as escolas da rede pública brasileira foi uma estratégia adotada pelo modelo de gestão que o PNAE assumia na época dos anos 1960 (STEFANINI, 1997). Tal modelo era marcado, entre outros aspectos, pelo recebimento de excedentes de cereais e soja doados por agências internacionais, sendo assim incluídos nos cardápios dos escolares (STEFANINI, 1997). Depois daquela década, a utilização de produtos à base de soja alcançou grandes proporções e seu consumo nas escolas foi incentivado nacionalmente, repercutindo até a atualidade, especialmente o leite aromatizado de soja.

No entanto, estudos recentes vêm observando que a presença da soja nas refeições tem gerado baixa aceitação dos escolares em distintas realidades brasileiras (PAIVA et al., 2012). O mesmo foi observado no contexto da alimentação escolar dos Xavánte de Parabubure. Os

profissionais da SME relatavam que, no início, como o alimento era amplamente desconhecido, houve uma mobilização para o incentivo do preparo e consumo nas escolas, com oficinas práticas ministradas por nutricionistas nas aldeias. Porém, os indígenas se posicionaram contra o consumo, uns através de documento à SME, outros através da visita de lideranças ao prédio da Secretaria para manifestar a insatisfação. Mesmo diante da rejeição, o cancelamento não foi imediato. Os pacotes de PTS foram enviados por mais dois bimestres com o objetivo de incentivar o consumo, como podemos observar no trecho abaixo:

*“Na época que compramos a carne de soja, a nutricionista que tinha aqui foi junto para ensinar o preparo, mas mesmo assim não foi aceito. A soja é uma opção para suprir as proteínas que as crianças precisam. Era isso que a nutricionista tentava ensinar para eles, mas não teve jeito... Eles avisaram que iam jogar fora e que não queriam mais... Nós tentamos por um tempo, mas não deu. Na São Pedro mesmo, que eles entendem mais, por causa do trabalho que as missionárias fazem, eles rejeitaram muito... Fizeram até uma **fogueira** lá, com plástico e tudo... Imagina só!” (N11) (Grifo meu)*

Como visto na fala, o destaque era dado a um evento em especial, ocorrido na aldeia São Pedro. A fala do profissional demonstra o quanto o caso repercutiu na SME. De maneira geral, os profissionais entenderam como precipitada a reação da comunidade daquela aldeia, por vezes se referiam ao ocorrido como um “*absurdo*”, um “*desperdício de comida*” ou, ainda, como reflexo da resistência típica dos Xavánte.

Já do ponto de vista dos Xavánte - como referido anteriormente - a PTS não havia sequer sido classificada como alimento, desde a primeira vez que foi enviada pela prefeitura. O estranhamento era expressado não apenas ao sabor, mas também ao nome dado pelos profissionais da SME ao produto: “carne” de soja. A seguinte fala do representante Xavánte no CAE parecia resumir o que por vezes era expressado por homens e mulheres: “*Soja tem proteína, mas não é de costume, não é comida aceitável*”. Segundo o conselheiro, este era o caso de maior reclamação por parte das lideranças de toda a área.

No caso ocorrido especificamente na aldeia São Pedro, o diretor

da escola ressaltou a mobilização da comunidade acerca da PTS. Segundo ele, frente ao insucesso da manifestação via documento enviado para a SME, a decisão resultou na queima de toda a soja que havia se acumulado:

“(...) Uma vez veio uma carne de soja, a gente não conhecia e ninguém gostou. Rejeitamos muito e não queremos mais. Fizemos documento pra parar, pedimos, pedimos e continuou vindo mais, mais, mais. Os velhos também ficaram bravos e fizemos reunião com a comunidade. A gente reuniu tudo e queimamos tudo lá no meio da aldeia.”

Portanto, se de um lado o evento da queima da soja se torna um caso emblemático para a representação da inadequação da alimentação escolar sob a ótica dos Xavante, por outro lado caracteriza um dos desafios encontrados pelos profissionais que atuam na gestão do Programa naquele contexto. Para a gestão, o alcance das recomendações nutricionais propostas pelo PNAE materializava-se em problema diante da estrutura local disponível, como a falta de eletricidade e equipamentos para armazenar gêneros alimentícios perecíveis. A tentativa de introduzir a PTS apresentava-se como uma possibilidade resolutiva de parte do problema, mas feria demais diretrizes.

Além desse caso, outros dois casos observados também nos chamam atenção. O caso da prática de partilha de alimentos e o modo de comer na escola expõem o fato de o PNAE transcender aspectos estritamente envolvidos com itens alimentares.

4.5 A Partilha de Alimentos entre os Xavánte da aldeia São Pedro: uma prática levada para a escola.

De maneira geral, nos primeiros dias que estive na escola da aldeia São Pedro, não observava uma movimentação de outros membros da comunidade - a não ser alunos, professores e funcionários - no espaço escolar. Por volta do terceiro dia em que estive presente, comecei a perceber uma pequena movimentação de pessoas que se dirigiam à escola no momento da merenda.

A partir daquele dia, essa movimentação foi constante. Alguns homens e mulheres mais velhas iam até a escola com pequenas panelas ou vasilhas para pegar comida. Logo que os mais velhos chegavam, prontamente os mais novos cediam sua vez na fila e a merendeira servia-os, sem hesitar. No período da tarde, o fluxo de idosos era menor, dando lugar às crianças pequenas que, nesse período, já não tinham aulas. Ao longo das semanas, percebia também que alguns alunos, principalmente os da tarde, levavam comida para suas casas no momento da merenda. Nestes casos, a comida era partilhada com os demais membros da família, incluindo não estudantes. Assim como os escolares, que cediam a vez na fila quando um idoso chegava com a vasilha, e a merendeira, que servia a todos que chegassem, os professores também não se incomodavam com essa movimentação em busca da comida. Quando perguntados especificamente sobre a partilha da comida da escola para membros não matriculados da aldeia, os professores e o diretor – todos Xavánte - falavam pouco sobre o caso, mas em momento algum recriminavam a atitude dos parentes. Sobre o assunto, um professor Xavánte me explicou:

“(...) todos discutem e participam sobre a comida feita aqui na escola. A Irmã achou assim, que tem que controlar, né... Porque... Ah, ela falou que as crianças precisam comer para estudar.”

Aos poucos, percebi que o receio em falar sobre o assunto se baseava na noção que os Xavánte tinham sobre o olhar de não indígenas à partilha da merenda com não estudantes, que no geral era negativo. Essa possibilidade ficava mais clara em minhas conversas com profissionais não indígenas, tanto da gestão na SME quanto da coordenação das escolas.

Para os profissionais da gestão, uma das grandes preocupações com a prática da partilha era o fato de o alimento não atingir o escolar, pois para aqueles essa era a principal função do Programa de alimentação escolar. Ou seja, a prática nativa era entendida como obstáculo para a gestão do PNAE, o que fere a diretriz do respeito à diversidade sociocultural prevista nos documentos oficiais do programa.

O profissional responsável pela entrega dos alimentos em todas as escolas indígenas do município explicou-me o caso da seguinte maneira:

“Na maioria das aldeias, a merenda não fica na escola, eles levam pra casa. Isso é d deles e não tem jeito, tem pouca aldeia, umas cinco ou seis, que guarda e faz a merenda na escola. Nas outras, vão pra casa, alguns dizem que distribuem só entre famílias de alunos, mas a maioria distribui com toda a aldeia mesmo... E aí o aluno nem come da comida que vai.” (N11)

Especificamente para os profissionais que atuavam direta e permanentemente na escola da aldeia São Pedro, a criação de controle através de um estoque fechado era citada como uma tentativa em preservar os alimentos na escola:

“(...) tem que administrar tudo, controlar mesmo, porque eles são difíceis... Aqui [na escola da São Pedro] já vêm controlando estoque há tempos. Só assim para controlar e garantir que não vai sumir tudo... Nós tentamos ensinar que essa comida é da criança.” (N13)

As falas dos não indígenas sobre os Xavante extrapolavam a visão sobre a partilha de alimentos na escola e se estendiam para um não reconhecimento dos demais aspectos no modelo de organização nativa, o qual não se baseava no acúmulo de capital e outros bens, primando pela reciprocidade entre as famílias e pelas decisões tomadas coletivamente dentro da comunidade:

“Eles não têm o costume de armazenar, de guardar, nem comida e nem dinheiro. Gastam tudo

quando recebem, ou tem que dar para os parentes também... Daí acaba logo. Quando um recebe ou compra comida, todos já sabem e vão visitar, Daí tem que dar um pouco... É assim que eles fazem com tudo.” (N13)

“A cabeça deles [os Xavânte] funciona assim: os velhos decidem e interferem no trabalho aqui da escola. A gente [coordenação] se organiza, planeja as atividades... Mas as discussões daqui são levadas para os demais e os velhos falam, os professores voltam e aí muda tudo. Eles são assim, de uma hora para outra mudam de opinião.” (N13)

Como visto nos trechos citados, aos olhos de não indígenas, uma boa administração era aquela realizada por não indígenas e que se mostrava capaz de preservar a comida para os alunos matriculados na escola. Segundo os profissionais envolvidos, isto não aconteceria se as escolas fossem administradas pelos próprios Xavânte. Ou seja, a prática da partilha era avaliada sob uma visão ocidental de modelo de organização social. Havia ainda uma avaliação moral em que os Xavânte são vistos como incapazes de administrar seus bens, o que aponta mais uma vez para os valores ocidentais e etnocêntricos que permeiam o olhar.

Essa situação mostra que com o PNAE estão envolvidas diversas dimensões que emergem no contexto social local, extrapolando assim o olhar restrito ao alimento. A postura etnocêntrica assumida pela gestão resulta não apenas no desrespeito aos hábitos alimentares daquela comunidade, mas no desrespeito à cultura nativa. Tal postura se configura em desafio no alcance do reconhecimento de um sistema cultural nativo legítimo, que integra um conjunto de ações, tal qual defendeu Da Matta (1987).

O não reconhecimento das práticas nativas no espaço escolar foi também observado por Alvares (1999) em escolas indígenas Maxakali de Minas Gerais. A apropriação do espaço escolar era percebida quando as práticas nativas, como a da partilha, eram estendidas para espaços institucionais como a escola, que de maneira geral tem suas bases em preceitos ocidentais. Tal como observei entre os Xavânte da aldeia São Pedro, a apropriação do espaço escolar foi também observada por Alvares (1999), quando relatou como a prática de partilha de alimentos

- extremamente valorizada entre os Maxakali de Minas Gerais - fora levada para a escola. Já o não reconhecimento ocorreu, entre os Maxacali, quando em determinado momento a gestão municipal proibiu a partilha da comida da escola com pessoas não matriculadas (ALVARES, 1999).

Paiva (2011), em um contexto específico (não indígena) do sertão baiano, faz referência ao fato de a alimentação preparada em diversas unidades de ensino ser compartilhada também com funcionários e até mesmo com vendedores ambulantes de fora da escola mesmo que, pelos termos do PNAE, aquela comida devesse ser preparada e destinada exclusivamente aos alunos matriculados. Para uma das interlocutoras daquele estudo não havia consenso sobre essa questão, sendo caracterizado como um “debate histórico” (PAIVA, 2010, p. 76).

A partilha de alimentos como importante característica da comensalidade entre os Xavante já foi discutida por etnógrafos como Maybury-Lewis (1984). Giaccaria e Heide (1972) destacaram a importância da reciprocidade nas relações sociais dos Xavante, em que o acúmulo deveria ser partilhado com todo o grupo, e os alimentos que chegavam à aldeia eram, assim, transformados em bem público. Assim, chama-se atenção para a centralidade do ato de comer dentro das atividades humanas que, como discutiu Mintz (2001), representaria “*uma base que liga o mundo das coisas ao mundo das ideias por meio dos nossos atos. Assim é também base para nos relacionarmos com a realidade*”. A alimentação humana - tomada como sistema cultural dinâmico - está em constante movimento de transformações e articulações (FRY, 2001; SAHLINS, 2003).

Torna-se um desafio para a gestão, em suas bases ocidentais, o entendimento acerca da prática da partilha. Do mesmo modo, a lógica ocidental de um Programa de alimentação que prioriza as crianças se faz estranha ao olhar nativo, que por sua vez, atribui diferentes papéis sociais e simbólicos dentro das relações sociais. Por esse motivo, vale salientar a proporção do desafio no planejamento e a execução do PNAE em casos como o do contexto apresentado.

4.6 “(...) comer no chão, no pátio ou lá fora”: os modos de comer na escola

Sobre os acontecimentos na E.M.I.I.C., durante a distribuição da merenda, havia ainda outra preocupação de parte da coordenação da escola para que os alunos comessem no refeitório, local com três grandes

mesas e bancos. Apesar das orientações, sutis e cuidadosas, muitos alunos não entravam no refeitório, e sentavam-se ao redor da escola e/ou no pátio. Comiam com o prato no colo. Muitos dos que entravam no refeitório sentavam-se com as pernas voltadas para o lado de fora do banco, de costas para a mesa. Também havia aqueles, geralmente mais velhos, que utilizavam a mesa como apoio, como esperado pela coordenadora. É importante frisar que no ambiente doméstico não havia mesas, as famílias comiam sentadas em bancos ou cadeiras, com o prato no colo. As crianças, por vezes, não usavam nem mesmo bancos ou cadeiras, sentando-se no chão (ver item 4.1 sobre alimentação na aldeia).

O descumprimento de regras no ambiente escolar da aldeia São Pedro era atribuído ao “*costume de casa*”. A orientação para que os alunos realizassem suas refeições no refeitório englobava o conjunto de regras implantados no dia-a-dia da escola, assim como o controle de estoque citado no item sobre a partilha.

A prática de comer fora do refeitório, no pátio, no chão e pegando a comida com as mãos eram consideradas inadequadas, como referido no trecho de um não indígena da coordenação da escola:

*“(...) como eu ia te falando, eles vão aprendendo com o tempo. Mas, por exemplo, aqui temos o refeitório da escola, né... Há pouco tempo não tinha as mesas, só os bancos. E agora conseguimos as mesas, mas mesmo assim as crianças saem do refeitório para comer no chão, no pátio ou lá fora. A gente ensina, orienta mas ainda é difícil. Eles ainda estão aprendendo a sentar à mesa. (...) É, nas casas não têm esse costume, por isso as crianças trazem isso pra escola, o costume de casa. Com o tempo, vão acostumando. Mesma coisa o costume de comer com a mão, hoje alguns já acostumaram a comer com a colher.. A escola tem essa **função de ensinar**.” (N13)*

“Há décadas que eles [os Xavânte] escutam a palavra, então já estão adaptando algumas coisas. Mas, infelizmente, a cultura é mais forte que a evangelização. Eles já sabem que precisam apreender, mas são difíceis... É a natureza deles!” (N13)

Assim, fica claro que, ao falarmos de alimentação escolar no âmbito de um programa, estamos falando também sobre sistemas culturais que envolvem maneiras de comer e interagir com o alimento.

O caso apresentado no presente item, assim como o episódio da “queima da soja” na aldeia São Pedro e o caso da partilha de alimentos, somam-se a elementos anteriormente discutidos que vêm permeando as relações sociais entre indígenas e não indígenas, dentro ou fora do ambiente escolar. Para tanto, uma discussão sobre as relações interétnicas presenciadas no contexto em que a pesquisa foi realizada, são apresentadas no próximo item.

4.7 As relações interétnicas e a alimentação escolar

Minhas primeiras visitas à Secretaria Municipal de Educação aconteceram em 2011 - como referido no item sobre a pesquisa de campo - com o intuito de apresentar o projeto e solicitar autorização para realização da pesquisa. As visitas foram sempre produtivas e todos eram muito receptivos. Já no primeiro dia, muitas das informações sobre o funcionamento da alimentação escolar no município me foram apresentadas mesmo antes que eu lançasse perguntas específicas. Percebia uma abertura da maioria dos profissionais da SME.

A primeira impressão que tive sobre a importância da fração indígena da população para a Secretaria foi visual: as paredes da casa onde se instala o órgão são repletas de fotos de crianças Xavante, muitas das imagens retratando ações e projetos da SME nas aldeias. Minha impressão se confirmou quando tive acesso à quantidade de escolas indígenas no quadro geral da Secretaria: das 54 escolas, entre municipais e estaduais, apenas três não eram indígenas.

Com um pouco mais de tempo para detalhar os objetivos do estudo, pude perceber uma certa estranheza da parte dos profissionais, principalmente quando eu explicava a proposta metodológica e a vontade de residir por um tempo na aldeia para realização da pesquisa de campo, participando do dia a dia da escola e das famílias. De maneira enfática e calorosa, fui alertada por pessoas - que espontaneamente entravam na conversa - de como a vida na aldeia “*é ruim e difícil*”, assim como o comportamento do Xavante. Tal estranhamento acontecia também entre outros não indígenas na cidade. No entanto, muitos dos não indígenas que me contavam sobre a vida na aldeia assumiam que haviam estado poucas vezes na TI, tendo maior convívio com os indígenas que iam até a cidade.

Antes que eu pudesse relatar meu histórico prévio de convivência com os Xavánte nas aldeias, os não indígenas se esforçavam, de modo muito cordial, para me explicar que eu teria problemas e que não conseguiria viver por muito tempo entre eles. O medo era citado e parecia interferir no trabalho realizado na gestão, como me falou uma profissional: *“No momento, estamos sem nutricionista, mas a última nutricionista tinha medo de ir para as aldeias, não ia mesmo!”*.

Portanto, o grande destaque dado às relações dos profissionais não indígenas com os indígenas – caracterizada como relações interétnicas ou seja, a relação entre povos de culturas diferentes - permeavam inúmeras vezes as discussões sobre a alimentação escolar daquele município.

Segundo os profissionais que trabalhavam na Secretaria, muitos momentos *“conflituosos”* e *“estressantes”* se davam principalmente quando determinadas lideranças Xavánte, insatisfeitas com alguma situação relacionada à merenda, visitavam a Secretaria. Pude presenciar um episódio em que um ancião Xavánte, usando a gravata tradicional de algodão (*tsôrebzu*), aproximava-se do prédio da Secretaria falando a língua nativa em voz alta. A reação dos funcionários foi de fechar as portas e apagar as luzes para, segundo eles, evitar a entrada do cacique e as esperadas demandas e conflitos que seguiriam. Este tipo de episódio, segundo os profissionais, repetia-se principalmente no final do bimestre e/ou quando a entrega dos alimentos estava atrasada.

Além do mais, nas conversas com os profissionais sobre relações com os indígenas, o termo *“cultura”* era utilizado e relacionado à forma com que os indígenas lidavam com as situações do dia-a-dia. As falas dos profissionais expressavam uma noção da diferença entre indígenas e não indígenas, mas com certo grau de dificuldade pessoal em lidar com a diversidade interétnica:

*“ (...) respeitar a **cultura** deles [dos Xavánte] é respeitar o jeito. Mas tem hora que sai do controle... tem Xavánte que é difícil! **É o jeito deles, é difícil de lidar**. Com aqueles menos estudados é pior. São de falar alto e bater na mesa, querer mandar e reclamar de tudo. Daí fica difícil. Tem que colocar algumas regras porque se não nada dá certo... Lidar com as crianças é melhor, **elas não têm culpa!**” (N1) (Grifos meus)*

“O problema deles é que pegam tudo de ruim dos

hábitos dos brancos. Coisa boa não pega, que é plantar e cultivar... Parece que não entendem... preferem passar fome ou depender de cesta básica.”(NI2)

“ (...) É difícil... Mas tento pensar que é outro mundo, outra perspectiva... Tento pensar que eles [os Xavánte] têm outra visão sobre as coisas, mas me revolto muito com algumas coisas..., porque tem coisa que faz mal pra eles, principalmente para as crianças...” (NI3)

*“ A Gestão vem tentando **melhorar** a situação deles [Xavánte]... a saúde das crianças, que são as mais atingidas pela falta de alimento. **Eles vivem em uma situação precária e precisam dessa ajuda**”(NI2)*

Nos trechos em que afirmam que “*é o jeito deles*” e “*lidar com as crianças é melhor, elas não têm culpa*”, a referência comparava o comportamento das crianças indígenas com as atitudes do adulto indígena. Em vários momentos, eram citadas as maneiras julgadas como inadequadas, como o modo com que os indígenas administravam seus bens de valor; a forma como cuidavam da higiene pessoal e da educação dos filhos; o que comiam, como e o quanto comiam. Sempre de um modo negativo e problemático. O fato de uma criança Xavánte comer sozinha, brincar com objetos cortantes e de “*viverem soltas*”, por exemplo, era colocado como um descuido da parte dos adultos, principalmente da parte das mulheres. Segundo o profissional, havia uma dificuldade de se relacionar e de manter diálogo com os adultos, dificuldade esta que era atribuída - por vezes - ao modo com que os indígenas se portavam e reagiam a diversas situações do cotidiano e, principalmente, porque agiam e pensavam com uma lógica diferente daquela entendida como a correta ou aceitável, prevalecendo assim julgamentos de ordem moral que, mesmo implicitamente, assumiam posturas etnocêntricas.

A ideia de “*a escola tem essa função de ensinar*”, citada anteriormente em uma fala não indígena, ia além dos ensinamentos curriculares de sala de aula. Baseava-se em regras comportamentais fora do espaço escolar e no que se refere à alimentação, a hábitos alimentares e aos modos de comer, como visto na escola da aldeia São Pedro. Tais

posturas vão ao encontro com os objetivos do PNAE que, como consta na Lei nº 11.947, tem a proposta de intervir na formação de hábitos alimentares dos escolares, estipulando até mesmo o que é considerado saudável e necessário para o desenvolvimento do escolar. Exemplo do que é considerado aceitável e saudável pelos documentos do PNAE são as referências de bases biomédicas encontradas na Portaria Interministerial n. 1.010, que institui diretrizes para a *Promoção da Alimentação Saudável* (BRASIL, 2006). Tal situação remete ao que discutiu Leite (2007, p.29):

“O pressuposto de que os agentes da mudança detêm os conhecimentos e de que a solução dos problemas por eles identificados reside em colocar esses mesmos conhecimentos em prática - ainda que de forma menos traumática possível - é tão somente coerente em um discurso etnocêntrico e, mais que isso, marcado pela racionalidade dedutiva, baseada no método experimental.”

Sobre a experiência com ações educativas nas aldeias, os relatos fazem referência à dificuldade em implementar algum tipo de ação em alimentação e nutrição. A maioria das experiências relatadas teria sido pouco eficaz. Segundo os profissionais, citando o exemplo de uma ação realizada anos passados pela nutricionista que atuava na época, as ações eram constantemente descumpridas pelos indígenas.

*“Antes, quando a nutricionista ia nas aldeias, a gente fez um cardápio e uma formação com as merendeira, para ensinar elas preparar e para tentar melhorar a variedade. Mas logo eles param de seguir tudo e voltam a fazer **do jeito deles** [os Xavante]...”(NII)*

Os cursos destinados à formação de merendeiras eram, como me relataram os profissionais da SME, baseados nos princípios encontrados no conjunto de legislação do PNAE, dentre eles princípios nutricionais e higiênico-sanitários. Nos cursos, eram abordados tipos de preparações, receituário, medidas e necessidades nutricionais dos escolares, julgados como adequados e padronizados de acordo com as bases culturais da sociedade ocidental não indígena. Portanto, no trecho “(...) logo eles

param de seguir e voltam a fazer do jeito deles”, o profissional se referia ao descumprimento das regras e padrões estipulados às merendeiras indígenas. Ou seja, ao jeito das merendeiras Xavánte era atribuído o modo errôneo de preparar a comida. Assim, o reconhecimento da dimensão cultural tem, por vezes, o objetivo de adaptar o comportamento aos moldes da biomedicina (GARNELO, LANGDON, 2005). Quando por um momento a fala de gestores reconhece as diferenças existentes nos modos de vida dos Xavánte, ao mesmo tempo as ações e orientações, mesmo que sutis, tentam moldar o comportamento Xavánte, o que demonstra que o reconhecimento da diferença não se traduz em respeito à diversidade cultural.

Trostle (1988), em estudo no campo da antropologia da saúde, relacionou o aspecto ideológico das condutas centradas no modelo biomédico, no qual o conhecimento do paciente não era valorizado e este era considerado ignorante no processo de tratamento e, portanto, deveria ser educado aos moldes biomédicos. Mesmo considerando temáticas e contextos muito disintos, as contribuições de Trostle (1988) podem ser, em grande medida, transpostas para as situações vivenciadas na E.M.I.I.C. Também nesse caso observamos como a percepção e muitas ações relacionadas com o PNAE não estão separadas do aspecto ideológico.

Sob o olhar dos Xavánte, de maneira geral, o julgamento sobre as relações com os não indígenas era principalmente relacionado a relações políticas. Ações de instituições não indígenas entendidas como invasivas geravam reações coletivas que eram manifestadas pelas lideranças Xavánte. Por vezes os indígenas faziam referência ao descaso de instituições, lideradas por não indígenas, e em sua maior parte instituições públicas. Certa vez, um Xavánte me dizia que os não indígenas apenas se aproximavam para “*explorar a cultura Xavánte para ganhar dinheiro*”.

Ao mesmo tempo em que se referiam, de maneira generalizada, à sociedade não indígena como “*exploradora*” das comunidades indígenas havia grande preocupação em manter relações políticas, acreditando-se otimizar a participação nos espaços de decisões predominantemente de domínio não indígena. Havia a ideia de que “*aprender as coisas do branco*” - como por exemplo a língua - era uma ferramenta para a participação pretendida. Tal anseio não representava, todavia, uma postura passiva frente ao relacionamento com a sociedade envolvente. Por vezes eram referidas ações coletivas em que as lideranças Xavánte se organizavam para manifestar insatisfação sobre situações avaliadas como inadequadas. A forma considerada como “*violenta*” pelos não

indígenas da gestão, parecia muitas vezes expressar a maneira engajada e enfática com que lideranças se portavam para tratarem de assuntos que não contemplavam anseios comunitários.

Retomando as discussões de Maybury-Lewis (1984) sobre os primeiros tempos de contato com a sociedade envolvente, quando a resistência dos Xavánte ao contato era noticiada nacionalmente no final da década de 1930, as notícias davam destaque à “*hostilidade*” com que os Xavánte reagiam à aproximação de agentes do governo, missionários religiosos e/ou aventureiros. Alguns relatos demonstravam de um lado a persistência de grupos engajados na aproximação com os indígenas e de outro o claro anseio dos Xavánte em “serem deixados em paz”, como escreveu Maybury-Lewis (1984). Para ilustrar a dinâmica que marcou por décadas a relação entre os Xavánte e os agentes do contato, o antropólogo citou a história de dois padres Salesianos, Sacilotti e Fuchs que, em 1934, tentaram o contato mas foram mortos pelos Xavánte na beira do rio. Em homenagem aos padres mortos, outros missionários ergueram um monumento e uma cruz no local da ocorrência. Não passado muito tempo, os Xavánte demoliram as homenagens, as quais eram constantemente reerguidas pelos missionários e novamente demolidas pelos Xavánte.

Se comparados ao caso citado por Maybury-Lewis (1984), podemos afirmar que a intensidade nos conflitos travados entre os Xavánte e os não indígenas vêm mudando, assim como outros aspectos na vida dos Xavánte. Os Xavánte da aldeia São Pedro convivem com os não indígenas mesmo antes da fundação desta aldeia. Quando migraram da Terra Indígena São Marcos, na década de 1980, já haviam estabelecido relações com instituições da sociedade não indígena. No entanto, mesmo que em proporção menor, os impasses nas relações interétnicas parecem dificultar o diálogo e a resolução de demandas e anseios indígenas, como observado no contexto do Programa de alimentação escolar.

A articulação geral das problemáticas abordadas anteriormente serão apresentadas nas considerações finais, esperando-se sinalizar possíveis caminhos que levem não a respostas prontas ou universais, mas a reflexões que ampliem o debate em torno das ações de políticas públicas em alimentação e nutrição.

5 ARTIGO ORIGINAL - E o respeito à diversidade sociocultural? O Programa Nacional de Alimentação Escolar em uma escola municipal Xavante, Terra Indígena Parabubure, Mato Grosso.

A proposta de respeito à diversidade sociocultural da população está hoje entre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - e da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Presente em 84% das comunidades indígenas aldeadas no país, o PNAE representa uma oportunidade singular para o exame da proposta de respeito à pluralidade sociocultural da população no âmbito das políticas públicas de alimentação e nutrição. A pesquisa de cunho qualitativo e abordagem etnográfica envolveu o exame dos documentos oficiais do PNAE, e trabalho de campo da pesquisadora na aldeia São Pedro, Terra Indígena Parabubure, entre os meses de maio e junho de 2012, utilizando-se da observação participante como técnica principal, enfocando questões envolvidas com a dinâmica da alimentação na Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição. A proposta de respeito à diversidade - sob a perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada - vem permeando as normativas do PNAE, o qual avança ao reconhecer a necessidade de respeito às particularidades de cada etnia. No entanto, os documentos não instrumentalizam os profissionais envolvidos com o programa para operar a proposta, havendo um distanciamento entre as leis e a realidade local. As particularidades culturais Xavante eram vistas como obstáculos por gestores e executores do programa, e a efetividade da diretriz do respeito estava longe de ser alcançada, configurando-se ainda em grande desafio para todos os envolvidos. O respeito às especificidades culturais na alimentação escolar envolve o reconhecimento das maneiras de comer e interagir no espaço escolar, seja em contexto indígena, seja nos demais contextos locais, transcendendo assim o foco restrito nos itens alimentares. Trata-se de reconhecer as demandas e conhecimentos locais, enquanto processos legítimos, dinâmicos e contexto-específicos.

Palavras-chave: Índios Sulamericanos; Alimentação Escolar; Políticas públicas; Diversidade Cultural

ABSTRACT

The concern about the Brazilian sociocultural diversity of the population is now among the guidelines of Brazilian National School

Food Program – PNAE - and of the Brazilian National Food and Nutrition Policy. As the Program is present in 84% of indigenous communities in the country, it represents a unique opportunity to evaluate the proposal of respecting the sociocultural diversity of the Brazilian in the context of food and nutrition public policies. Therefore, besides the examination of the official documents of the Program, the ethnographic research was based in fieldwork and participant observation at the Xavánte indigenous village of São Pedro, at Parabubure indigenous territory, between May and June 2012, focusing on issues concerning the PNAE at the local indigenous school – the Escola Municipal Imaculada Conceição. We observed that the proposed respect for sociocultural diversity - from the perspective of Human Rights - permeates the guidelines and regulations of PNAE, that advances on the recognition of the necessity of respecting the particularities of each ethnic group. However, the guidelines do not help professionals involved with the Program to operate the proposal. The Xavánte ethnography shows that there is a detachment between the policy guidelines and the local reality. The Xavánte sociocultural particularities are viewed as obstacles by local policy managers and workers, and the guideline compliance is still a great challenge for managers and executors. Concluding, respecting cultural specificities in the school food program involves knowing and recognizing native traditional foodways and social relations, either in an indigenous or in other local contexts, transcending the narrow focus on food items. It is about recognizing local demands and knowledge as legitimate, dynamic and context-specific processes.

Key-words: South American Indians; School food program; Public policies; Cultural diversity

INTRODUÇÃO

A diversidade sociocultural da população brasileira vem sendo progressivamente reconhecida pelo Estado e incorporada como diretriz no âmbito das políticas públicas (LANGDON, 2001a; LEÃO, CASTRO, 2007; BURLANDY, 2011). No campo da alimentação e nutrição a proposta ganha força por meio da adoção da perspectiva de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para o alcance de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a qual incluiu o respeito à diversidade cultural como princípio nos anos 1990 (VALENTE et al., 2007). Entre os programas que vêm atuando no âmbito das políticas públicas deste campo

no Brasil, está o PNAE. Em vigor desde dos anos 1950, passando por diversas mudanças, o PNAE tem hoje em seus textos oficiais a proposta de respeito à diversidade sociocultural entre suas diretrizes (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b). O programa integra ainda o eixo 1 – acesso aos alimentos – do Programa Fome Zero, sendo citado como importante ferramenta para o alcance dos objetivos da PNSAN (BRASIL, 2010b; BRASIL, 2011c; Mielniczuk, 2005) No ano de 2003 o PNAE propõe atenção especial a grupos étnico-raciais, no caso específico dos indígenas através de resolução direcionada a atendimento às escolas indígenas (BRASIL, 2003).

No entanto, o alcance prático da diretriz do respeito à diversidade sociocultural nas políticas públicas direcionadas aos povos indígenas vem sendo relacionada a um grande desafio para gestores e executores em diferentes áreas (LEITE, 2007; LANGDON, WIJK, 2010; MALUF, 2010; GUGELMIN, 2011). Nas investigações envolvendo especificamente contextos indígenas e o PNAE também há o destaque para os desafios encontrados no caminho à concretização da diretriz do respeito à sociodiversidade cultural (ALVARES, 1999; GIORDANI et al., 2010; OLIVEIRA, 2009; VERONA, 2009).

Falar em respeito à especificidade cultural, sob uma perspectiva antropológica, é falar no reconhecimento das distintas construções culturais entre as diversas sociedades, ou seja, é reconhecer o conjunto de ações nativas como um sistema, e sua coerência em si mesmo (Da Matta, 1987; Langdon, Wiik, 2010). Tomando, assim, a alimentação como elemento indissociado do sistema cultural particular de cada povo, integrando em um complexo sistema simbólico dinâmico constituído por variadas dimensões da vida cotidiana e experienciada em contextos sociais específicos (GEERTZ, 1989; SAHLINS, 1990).

Quando, por meio da Resolução/FNDE nº45 de 2003, o PNAE considera “a necessidade de se oferecer alimentação saudável e adequada, respeitando-se os hábitos alimentares e culturais particulares de cada etnia”, o programa se compromete a atender de forma diferenciada as especificidades de 305 etnias oficialmente reconhecidas no Brasil (IBGE, 2010). São formas de organização política e social, cosmologias, subsistências, línguas e demais características que os diferem entre si e em relação à sociedade nacional envolvente.

Considerando o alcance do PNAE a 84% das comunidades indígenas aldeadas por todo o país (BRASIL, 2010a) buscamos, no presente artigo, conhecer a proposta de respeito à diversidade cultural do

PNAE e em que medida essa diretriz se efetiva no contexto de uma escola municipal Xavante, em Parabubure, Mato Grosso. Pretendemos assim contribuir com reflexões acerca da alimentação escolar em contextos locais e, amplamente, com o campo das políticas públicas de alimentação e nutrição.

METODOLOGIA

O presente artigo teve como base a pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina, no período de 2010 a 2012. A pesquisa de campo foi realizada entre maio e junho de 2012, tendo sido precedida, em 2011, por uma viagem à Terra Indígena (TI) Parabubure para apresentação do projeto. O trabalho foi realizado, mais especificamente, na aldeia São Pedro.

De caráter qualitativo, a escolha pela abordagem etnográfica na pesquisa se deu frente à possibilidade interpretativa dos significados que emergem nas interações vivenciadas nos contextos sociais locais, proporcionando ao pesquisador situar-se entre os atores envolvidos no contexto social que se pretende compreender, favorecendo assim a relação dialógica pretendida (Geertz, 1989; Cardoso de Oliveira, 1998). Como declarou Geertz (1989, p. 10): “Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade”, e ainda a busca por compreender e/ou interpretar o sistema cultural de uma sociedade e de situar-se entre pessoas de diferentes culturas, não é pretender se tornar um nativo daquela cultura, mas sim, dialogar com aquelas pessoas.

Vale ressaltar que a aceitação da pesquisadora pelos grupos possibilitou a interação dentro da relação dialógica pretendida (Cardoso de Oliveira, 1998). Os significados dos temas investigados foram centrados e buscados em seus atores e em suas interações locais. Para o tratamento das informações coletadas realizamos a transcrição e a textualização dos fenômenos observados durante o período de vivência em campo (Cardoso de Oliveira, 1998).

Coleta de informações e análises

As informações sobre a gestão municipal do PNAE na TI Parabubure foram adquiridas em visitas à Secretaria Municipal de Educação em Campinópolis, quando foram realizadas entrevistas abertas com membros da coordenação da alimentação escolar e conselho da alimentação escolar. Já a coleta das informações referentes à dinâmica

de funcionamento do PNAE na escola municipal se deu através da observação participante - com a permanência da pesquisadora hospedada em uma casa de uma família Xavante - participando do cotidiano da Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição (E.M.I.I.C.), e do dia-a-dia da aldeia São Pedro. Nesse caso, além das anotações em diários de campo, em determinados momentos foram realizadas entrevistas informais com atores chave identificados durante a trabalho de campo. Em todos os casos, as conversas não foram gravadas, as informações eram anotadas, com autorização prévia da pessoa. Percepções da pesquisadora também eram registradas nos cadernos durante e após as conversas.

População

Os Xavante integram à família linguística Jê, do tronco linguístico Macro-Jê, são tradicionalmente nômades, praticantes da caça, coleta e agricultura. No entanto, principalmente a partir do final de 1940, com a intensificação da interação com a sociedade envolvente (Lopes da Silva, 1998), vêm passando por alterações nos diferentes aspectos de suas vidas. Atualmente estão distribuídos em 12 Terras Indígenas (TI) no estado do Mato Grosso, Brasil, e totalizam 16.810 indivíduos (SIASI, 2012).

A Terra Indígena Parabubure foi homologada em 1991, com extensão de 224.447 hectares, e constitui a TI Xavante mais populosa, com uma população total de 8.578 pessoas (IBGE, 2012). Na TI permanentemente se encontram diversas instituições externas, entre elas estão 51 escolas municipais, totalizando 1320 alunos matriculados. Entre as escolas está a Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição (EMIIC), situada na aldeia São Pedro, local em que foi realizada a pesquisa de campo, e que também recebe alunos de outras aldeias, totalizando 178 matriculados. À época da pesquisa a população da aldeia São Pedro era de 330 habitantes. Especificamente, a população do estudo que deu origem ao presente artigo foi constituída por atores envolvidos com a alimentação escolar da EMIIC. Entre os interlocutores indígenas estavam a merendeira, o diretor, professores e demais membros da comunidade, todos Xavante e moradores da aldeia São Pedro. Entre os interlocutores não indígenas envolvidos com a gestão/ coordenação da alimentação escolar indígena em Campinápolis, estavam dois coordenadores e membros do CAE. Na E.M.I.I.C. a coordenadora também não era indígena.

Os nomes dos interlocutores foram preservados, e os trechos de falas serão identificados pelos seguintes códigos: (NI) para não indígenas e (I) para indígenas, seguidos das numerações que diferenciavam os

interlocutores.

ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa de campo teve início somente após a obtenção da anuência das lideranças da comunidade e a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH-UFSC, parecer n. 2248), pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP, parecer n. 176/2012) e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (parecer n. 22720/2012).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Alimentação e mudanças na aldeia São Pedro

O processo de mudanças pelo qual vem passando a comunidade ao longo das últimas décadas, nos aspectos que envolvem a alimentação, é colocado como uma questão relevante pelos Xavante da São Pedro. Há entre os mais velhos a ênfase no valor dos alimentos provenientes de expedições de caça e coleta do cerrado, como também dos produtos da roça. Consequentemente, relaciona-se, com certo pesar, a progressiva diminuição desses alimentos em detrimento dos provenientes da compra na cidade.

No momento da pesquisa, a maior parte dos alimentos eram provenientes da compra na cidade, da agricultura familiar, da coleta, da caça e da pesca. As fontes de renda estavam, na maioria das famílias, relacionadas a programas de geração de renda do governo, salários de cargo como professores/ agente de saúde ou outra instituição governamental e aposentadorias. O fluxo de trocas de alimentos e outros bens entre as famílias era grande, o que remete a característica de valorização da prática de reciprocidade atribuída aos Xavante já nas primeiras etnografias publicadas (Giaccaria e Heide, 1972; Maybury-Lewis, 1984). A maior parte das grandes refeições era realizada com a reunião da família, dentro ou fora de casa, não havendo mesas com a intenção de servir a comida.

Da parte dos adultos mais jovens as mudanças na alimentação são atribuídas as mudanças na vida dos Xavante de hoje, como visto na seguinte fala de um Xavante de 35 anos:

“As coisas na vida do Xavante tá mudando. Os mais novos não querem mais raiz do mato. Não faz mais parte da vida. A criança já tem outras

escolhas, outras prioridades, outra vida... Ela não vive no passado dos velhos. Não sou caititu para comer raiz... Não quero mais. E anta? Eu gosto mas não tem mais no mato e ninguém vai sair para procurar. Eu devia comprar alimento do mato. Só que eu compro na cidade... A vida mudou.” (14)

Essa noção era também relacionada por muitos dessa geração quando o assunto era a alimentação na escola:

*“Eu vou falar pra colocar raiz e coquinho na merenda? não vou, nem eu gosto. Não tem mais lugar no dia-a-dia, na vida do **Xavante de hoje**. Na escola também não. Pai e mãe vão para a cidade fazer compra, a comida vem de lá também. Eles querem fazer assim! Só os velhos buscam alguma raiz.” (13) (Grifo meu)*

A aproximação com o contexto local em questão deixa evidente a noção de que a alimentação humana - tomada como sistema cultural dinâmico - está em constante movimento de transformações e articulações (Fry, 2001; Sahlins, 2003).

A gestão municipal da alimentação das escolas de Parabubure: desafios e o comprometimento da alimentação escolar indígena

A gestão do PNAE do município de Campinópolis, jurisdição da TI Parabubure, adotava a modalidade centralizada para a operacionalização do PNAE nas escolas municipais sob sua responsabilidade, entre elas as escolas indígenas. Eram 51 escolas municipais indígenas, nas quais a modalidade de ensino variava da pré-escola até o ensino fundamental, com um total de 1320 alunos matriculados. Existiam ainda escolas estaduais na TI, estando vinculadas ao Estado do Mato Grosso. Todavia, a Secretaria Municipal de Educação (SME) constituía o ponto de apoio técnico tanto para escolas municipais indígenas, que estavam sob sua responsabilidade direta, quanto para escolas estaduais situadas no município. Ressalta-se que esse artigo se refere somente à gestão das escolas municipais indígenas na SME.

Na ocasião da pesquisa de campo, a coordenação para a alimentação escolar na SME era composta por um coordenador geral e um coordenador

das escolas indígenas, não havendo nutricionista no quadro de servidores há alguns meses. Segundo relatos, havia uma intensa rotatividade desse profissional, o qual, geralmente, permaneciam por pouco tempo na equipe daquela Secretaria, apesar da referida ocorrência de concurso público nos últimos anos. Havia, portanto, um comprometimento no planejamento da alimentação escolar indígena, gerando a escassez de cardápio, bem como de informações qualitativas sobre a alimentação fornecida para as escolas indígenas. Os gêneros alimentícios que seguiam para as aldeias não acompanhavam recomendações e especificações. Sinalizo que não foi objeto desse estudo a avaliação da adequação nutricional da alimentação fornecida, mas era de nosso interesse um olhar para todos os fatores que interagiam com a gestão da alimentação escolar indígena.

As implicações geradas pela limitação no planejamento dentro da coordenação de alimentação escolar estava relacionadas também a outros aspectos. Os profissionais que atuam na gestão municipal relataram problemas importantes de estrutura, logística, planejamento e recursos humanos no atendimento às escolas localizadas nas aldeias. A realidade vivenciada pelos profissionais que atuam no contexto de Parabubure não estava distante de muitas situações encontradas mesmo em contextos não indígenas no país (Belik e Chaim, 2009; Triches, Schneider, 2010; Soares, 2011; Paiva, 2011).

A entrega dos alimentos para as escolas indígenas era realizada bimestralmente, pelo coordenador responsável, não havendo mais funcionários da SME envolvidos na logística da entrega. A falta de eletricidade na maior parte das escolas da TI, a ausência de transporte adequado, a escassez de equipamentos para armazenagem de alimentos congelados e/ou resfriados em grande parte das escolas, assim como a distância das aldeias – eram fatores citados como limitadores na execução do trabalho e complicadores da relação com executores do Programa nas aldeias.

Tomando a análise da lista realizada pela SME contendo itens alimentares enviados para as aldeias a lista de gêneros efetivamente enviada às escolas indígenas era composta apenas por dezessete itens, não havendo gêneros in natura, exceto alho e cebola. Assim, a maior parte dos produtos eram industrializados/ processados. Não estavam sendo confeccionados cardápios e a lista de gêneros enviados não era atualizada há anos, segundo relato dos profissionais da SME.

Comparando a lista com o Termo de Referência do edital de licitação nº007/2012, que é um documento gerado a partir dos pedidos

enviados pela SME anualmente à prefeitura, e que apresenta os detalhes e especificidades dos gêneros alimentícios que foram planejados para atender todas as escolas do município no ano de 2012, observou-se a presença de uma variedade de 16 itens na categoria “verduras, frutas e legumes” e cinco itens diferentes entre cortes de carne bovina e frango. Somados aos demais itens alimentares previstos no Termo de Referência, são cerca de 45 itens no total, número que contrasta com os dezessete itens que são enviados às aldeias.

As escolas não indígenas recebiam um adicional de vegetais in natura e alimentos de origem animal frescos como ovos, carne bovina e frango, além de produtos de panificação, diferente do que ocorria nas escolas não indígenas do município. Ou seja, há uma redução significativa na quantidade e na variedade de gêneros alimentícios destinados aos indígenas e reflete o patamar de desigualdade que a população indígena ocupava naquele contexto.

Tamanha diferença na diversidade de itens destinados às escolas indígenas não era resultado de uma demanda da população indígena. Em conversa com o diretor da escola da aldeia São Pedro, a visão sobre os alimentos que chegavam da prefeitura era, de maneira geral, a seguinte:

*“(...) tem coisa que eu **acho errado**. As crianças gostam de repolho, de tomate, milho branco... Mas não vem por quê? **Por quê só vem arroz, arroz, arroz?** Tem outras coisa também: o frango também não vem. ” (14)*
(Grifo meu)

Havia, da parte dos Xavânte, uma demanda por carne, por exemplo. Era de fato um alimento extremamente valorizado. Importante ressaltar que tal demanda não era por carne de caça, item que poderia ser entendido como nativo, mas era uma demanda por frango, carne bovina ou suína, compreendemos que a questão do respeito às especificidades socioculturais, no caso da alimentação escolar Xavânte, transcende o fato de conter itens identificados como indígenas ou que o senso comum classificaria como nativos. À primeira vista, tal fato pode parecer surpreendente, mas faz sentido diante do caso da escola ser vista por eles como lugar de comida (e regras) do não indígena, segundo mencionavam.

O olhar dos profissionais da SME parecia não reconhecer os questionamentos sobre a pouca variedade de itens para a alimentação escolar, como ilustra a fala de um profissional da SME:

“(...) eles [os Xavánte] se contentam com pouca variedade... Se servir só arroz com macarrão já tá bom. Gostam de carne, muito... Mas do resto não reclamam, sobre a variedade e essas coisas... Mas tem que ter quantidade...” (N11) (Grifo meu)

Sobre a lista de itens enviados para escolas indígenas e não indígenas, a principal diferença - considerada pela gestão como pequena - era a entrega de carnes e vegetais in natura, que era atribuída a falta de energia elétrica em muitas aldeias e o difícil acesso à área indígena. Chama a atenção também, o fato de não haver nenhum tipo planejamento para o atendimento diferenciado à população indígena:

“Quase não tem diferença dos gêneros comprados para as escolas municipais da cidade e as escolas da TI, a única diferença é que, na cidade, compramos verduras e carnes. O restante é exatamente igual. Para as aldeias não vai verdura e carne porque é mais difícil levar e só tem energia em 4 escolas... Daí se não pode levar em uma, não pode levar em outra, né... Ia virar guerra...” (N11)

Apesar da existência de eletricidade em quatro escolas indígenas, o receio dos profissionais era a reação de lideranças e/ou membros de outras aldeias que, por não terem energia elétrica, não poderiam receber alimentos in natura, o que poderia causar grande conflito. No entanto não houve relato de alguma experiência nesse sentido.

Entre os profissionais, prevalecia a ideia generalista de que os Xavánte gostavam pouco de “verduras” e de frutas. O mesmo não era falado sobre a carne, que era reconhecida como uma preferência dos Xavánte. Sobre o assunto, um profissional da SME explicou:

“Não vai verdura para as aldeia, não tem como guardar... Carne também não tem como guardar, ainda não temos como mandar... E, mesmo assim, eles não são muito chegados em verdura. A gente tenta melhorar a alimentação deles, mas não aceitam muita variação... Eles não gostam de verdura, legumes, essas coisas... É de carne que eles gosta... Se mandar verdura eles vão jogar tudo fora.” (N12) (Grifo meu)

Assim, ao mesmo tempo em que a justificativa para não enviar verduras seria o fato de “não aceitarem”, a informação de que “é de carne que eles gosta” não parecia interferir na execução do respeito aos hábitos alimentares, pois não havia relato de alternativas ou tentativas de superar os obstáculos apresentados como justificativa para o não envio de carne. Ou seja, por um lado, o hábito alimentar era entendido como fator para não incluir um item na alimentação - o caso das verduras - e por outro, esse critério não era relatado quando se tratava das carnes.

Essa situação remete ainda aos pressupostos de DHAA para o alcance de SAN, que não estavam sendo alcançados. Na definição vigente, SAN “... Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente...” sendo “...Dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada...” (BRASIL, 2010b). Portanto, os problemas e obstáculos que tem justificado as falhas no alcance das diretrizes do PNAE e sua perspectiva de DHAA, são responsabilidade do poder público, que deve gerar alternativas pensadas dentro de um modelo participativo. Deixando claro que o mesmo não se resume ao nível local, que isolado também não dá conta do complexo quadro que se apresenta.

“Carne” de soja? Um caso emblemático de “inadequação cultural”

Sobre a aceitação dos alimentos enviados pela prefeitura às escolas indígenas, o caso da baixíssima aceitação da proteína texturizada de soja (PTS) era constantemente relatado durante a pesquisa de campo, tanto por indígenas quanto por não indígenas. Segundo relato dos profissionais da SME, a PTS foi enviada para as escolas municipais indígenas entre os anos de 2008-2009, sob o pressuposto de oferecer aos escolares proteína de boa qualidade através de um alimento que poderia ser facilmente transportado e armazenado.

O envio de soja para as escolas da rede pública brasileira foi uma estratégia adotada pelo modelo de gestão que o PNAE assumia na época dos anos 1960 (STEFANINI, 1997). Depois daquela década, a utilização de produtos a base de soja alcançou grandes proporções e seu consumo nas escolas foi incentivado nacionalmente, repercutindo até a atualidade, especialmente o leite aromatizado de soja. No entanto, a presença da

soja nas refeições tem gerado baixa aceitação dos escolares em distintas realidades brasileiras (PAIVA et al., 2012). O mesmo foi observado no contexto da alimentação escolar dos Xavánte de Parabubure. Os profissionais da SME relatavam que, no início, como o alimento era amplamente desconhecido, houve uma mobilização para o incentivo do preparo e consumo nas escolas, com oficinas práticas ministradas por nutricionistas nas aldeias. Porém, os indígenas se posicionaram contra o consumo, uns através de documento à SME, outros através da visita de lideranças ao prédio da Secretaria para manifestar a insatisfação. Mesmo diante da rejeição, o cancelamento não foi imediato. Os pacotes de PTS foram enviados por mais dois bimestres com o objetivo de incentivar o consumo, como podemos observar no trecho abaixo:

*“Na época que compramos a carne de soja, a nutricionista que tinha aqui foi junto para ensinar o preparo, mas mesmo assim não foi aceito. A soja é uma opção para suprir as proteínas que as crianças precisam. Era isso que a nutricionista tentava ensinar para eles, mas não teve jeito... Eles avisaram que iam jogar fora e que não queriam mais... Nós tentamos por um tempo, mas não deu. Na São Pedro mesmo, que eles entendem mais, por causa do trabalho que as missionárias fazem, eles rejeitaram muito... Fizeram até uma **fogueira lá**, com plástico e tudo... **Imagina só!**” (N1) (Grifo meu)*

Como visto na fala, o destaque era dado a um evento em especial, ocorrido na aldeia São Pedro. A fala do profissional demonstra o quanto o caso repercutiu na SME. De maneira geral, os profissionais entenderam como precipitada a reação da comunidade daquela aldeia, por vezes se referiam ao ocorrido como um “absurdo”, um “desperdício de comida” ou, ainda, como reflexo da resistência típica dos Xavánte.

Já do ponto de vista dos Xavánte - como referido anteriormente - a PTS não havia sequer sido classificada como alimento, desde a primeira vez que foi enviada pela prefeitura. O estranhamento era expressado não apenas ao sabor, mas também ao nome dado pelos profissionais da SME ao produto: “carne” de soja. A seguinte fala do representante Xavánte no CAE parecia resumir o que por vezes era expressado por homens e mulheres: “Soja tem proteína, mas não é de costume, não é comida

aceitável”. Segundo o conselheiro, este era o caso de maior reclamação por parte das lideranças de toda a área.

No caso ocorrido especificamente na aldeia São Pedro, o diretor da escola ressaltou a mobilização da comunidade acerca da PTS. Segundo ele, frente ao insucesso da manifestação via documento enviado para a SME, a decisão resultou na queima de toda a soja que havia se acumulado:

*“(...) Uma vez veio uma carne de soja, a gente não conhecia e ninguém gostou. Rejeitamos muito e não queremos mais. Fizemos documento pra parar, pedimos, pedimos e continuou vindo mais, mais, mais. Os velhos também ficaram bravos e fizemos reunião com a comunidade. A gente reuniu tudo e **queimamos tudo lá no meio da aldeia.**” (I3)
(Grifo meu)*

Portanto, se de um lado o evento da queima da soja se torna um caso emblemático para a representação da inadequação da alimentação escolar sob a ótica dos Xavánte, por outro lado caracteriza um dos desafios encontrados pelos profissionais que atuam na gestão do Programa naquele contexto. Para a gestão, o alcance das recomendações nutricionais propostas pelo PNAE materializava-se em problema diante da estrutura local disponível, como a falta de eletricidade e equipamentos para armazenar gêneros alimentícios perecíveis. Desse modo a tentativa de introduzir a PTS apresentava-se como uma possibilidade resolutiva de parte do problema. Todavia essa alternativa desconsiderava a diretriz do respeito aos hábitos alimentares locais, à cultura e as demandas Xavánte.

O Conselho de Alimentação Escolar

Integrando a gestão municipal estava o CAE, no qual havia um representante Xavánte, que relatava o distanciamento entre a gestão e as escolas:

*“Eu não gosto de dar a minha opinião individual... Eu gosto de ouvir a ponta e trazer a opinião construtiva para o conselho. Tanto os pontos positivos quanto os negativos também. Tudo para construir e melhorar. Sempre quero ouvir se estão aceitando a merenda... O que estão achando sobre tudo, mas também **tenho dificuldade de reunir***

com todo mundo e de fazer visita.” (I3) (grifo meu)

Outras dificuldades operacionais na gestão eram apontadas tanto na fala do representante indígena, quanto do representante da SME no CAE. Entre elas estava a dificuldade em garantir que no mínimo 30% do recurso da alimentação escolar fosse destinado à aquisição de produtos da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009a). O município não conseguia atingir aquele percentual. Segundo o representante da SME no CAE, a baixa diversidade na produção da região era o principal fator que dificultava a compra da agricultura familiar. Segundo Vianna e Tereso (2000), em análise sobre os alcances e limitações do abastecimento regional de um município do interior de São Paulo, em um contexto não indígena, a operacionalização do abastecimento municipal deve considerar as condições de disponibilidade de alimentos na região, sendo que em cada caso as dificuldades operacionais dependerão das características regionais e de estrutura pública, variando situações onde as condições de abastecimento são plenamente suficientes, até situações onde essas condições inexistam, refletindo em desafios para a gestão municipal em muitos contextos no país.

Em relação às compras das comunidades indígenas, o profissional relatava que houve tentativas de comprar alguns gêneros alimentícios in natura da população indígena. No entanto, a dificuldade também era atribuída à pouca produtividade e a pouca organização dos indígenas:

*“E os indígenas **não produzem...** Às vezes o que eles produzem não dá nem para o consumo próprio. Já tentamos comprar deles, já conversamos e eles ficam de pensar, mas preocupam com a forma de pagamento... Querem receber na hora. Já falamos de comprar banana, tem uma aldeia que está produzindo. Mandioca, eles podiam fazer farinha, **mas não fazem.**” (NI1) (Grifo meu)*

Já segundo o representante Xavante no CAE, vários fatores têm dificultado a participação da população indígena nas ações que vêm sendo incentivadas pelo governo federal:

“Eu acho que temos que discutir mais isso aqui.. porque agora o governo tá incentivando comprar

do pequeno produtor... Porque não comprar dos indígenas? Vou levar essa discussão para o conselho... Já está na hora do indígena começar a adaptar com a burocracia, porque se uma família começar a produzir e entregar na escola, as outras vão empolgar também.” (13)

As falas acima, representam o pouco diálogo existente entre gestão, conselho e a população. A gestão julga impotente e desorganizado o sistema de produção dos Xavánte, a tentativa de adaptação daqueles frente ao modo não indígena de gerir demonstra um desconhecimento sobre os modelos de agricultura e organização local, bem como o não reconhecimento das práticas nativas. Cabe aqui retomar o que autores como Menéndez (2003), Trostle (1988), Kleinman (1980), Da Matta (1987) e outros, sobre a desvalorização do conhecimento do outro dentro de um modelo hierárquico em que a hegemonia de um sistema não valorize o diálogo.

Sobre as dificuldades na aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar local, estudos realizados em outros contextos e localidades no Brasil ressaltam que entre os desafios dos produtores da agricultura familiar estavam a necessidade de organização formal sob a forma de cooperativas, associações ou individualmente, além da necessidade de adequação às demandas da alimentação escolar e a pouca articulação dos órgão com os agricultores familiares (BELIK E CHAIM, 2009; TRICHES, SCHNEIDER, 2010; PAIVA, 2011; SOARES, 2011). Abordam também as dificuldades encontradas para uma boa e constante articulação do CAE nos variados contextos locais, e que diversos fatores estariam desfavorecendo o “empoderamento” desse espaço pela população (PIPITONE, 2003; BELIK, CHAIM, 2009).

A característica de organização política Xavánte, apontada por diversos autores como faccionalista e complexa, poderia ocasionar algumas limitações no processo de articulação do representante do CAE com as demais lideranças em toda a TI (Maybury-Lewis (1989), Lopes da Silva (1986), Delgado (2008). Nesse caso, um olhar para o complexo sistema de organização política Xavánte poderia gerar alguma reestruturação e/ou adequação no modelo de funcionamento do CAE. Logicamente cabe aos próprios Xavánte as maneiras de escolha do representante e/ou dos representantes no CAE.

A EMIIC: particularidades culturais, relações interétnicas

Situada na aldeia São Pedro, foi registrada pela prefeitura em 1991 e atualmente atende alunos também alunos de outras aldeias, oferecendo ensino da pré-escola ao ensino fundamental, separados pelos turnos da manhã e tarde.

Entre as particularidades que difere a EMIIC das demais escolas de Parabubure, além da estrutura (instalação elétrica e equipamentos)/ tamanho/ quantidade de alunos, está o fato de existir um funcionário não indígena na coordenação da escola. Essa informação é extremamente relevante para nossa investigação, pois, além das relações com os gestores municipais da SME, na EMIIC o cotidiano era marcado pela relação direta e se entrelaçava com diversas situações no cotidiano da escola.

A partilha da alimentação escolar e os modos de comer das crianças na escola: muito além do nutricional

Muitos dos acontecimentos particulares à EMIIC não foram percebidos nos primeiros dias de minha interação com a escola. Entre eles estava o compartilhamento do alimento preparado na escola com os demais membros da comunidade. Nos primeiros dias a comida era, no máximo, partilhada com os funcionários e oferecida a mim. Apenas no decorrer dos dias, percebia que alguns homens e mulheres mais velhas iam até a escola com pequenas panelas ou vasilhas para recolher a comida. Logo que os mais velhos chegavam, prontamente os mais novos cediam sua vez na fila e a merendeira servia-os, sem hesitar. Os professores também não se incomodavam com essa movimentação em busca da comida. Entre os alunos percebia duas situações, alguns levavam comida para suas casas no momento em que era servida, para partilhar com os demais membros da família, incluindo não estudantes, outros buscavam a comida quando não estavam em seu turno de aula. A prática da partilha de alimentos era de fato amplamente valorizada entre os Xavánte, tanto que foi levada e permanece na escola.

No entanto, havia um certo receio em tratar dessa questão comigo, principalmente nos primeiros dias. Aos poucos, percebi que o receio se baseava na noção que os Xavánte tinham sobre o olhar de não indígenas à partilha da merenda com não estudantes, que no geral era negativo. Essa possibilidade ficava mais clara em minhas conversas com profissionais não indígenas, tanto da gestão na SME quanto da coordenação das escolas.

Para os profissionais da gestão, uma das grandes preocupações com a prática da partilha era a possibilidade de o alimento não atingir o escolar, pois para aqueles essa era a principal função do programa de alimentação escolar. Ou seja, a prática nativa era entendida como obstáculo para a gestão do PNAE, o que contempla as diretrizes nutricionais mas fere a diretriz do respeito à diversidade sociocultural prevista nos documentos oficiais do programa.

O profissional responsável pela entrega dos alimentos em todas as escolas indígenas do município explicou-me o caso da seguinte maneira:

“Na maioria das aldeias, a merenda não fica na escola, eles levam pra casa. Isso é deles e não tem jeito, tem pouca aldeia, umas cinco ou seis, que guarda e faz a merenda na escola. Nas outras, vão pra casa, alguns dizem que distribuem só entre famílias de alunos, mas a maioria distribui com toda a aldeia mesmo... E aí o aluno nem come da comida que vai.” (N11) (Grifo meu)

O não reconhecimento das práticas nativas no espaço escolar foi também observado por Alvares (1999) em escolas indígenas Maxakali de Minas Gerais. A apropriação do espaço escolar era percebido quando as práticas nativas, como a da partilha, eram estendidas para espaços institucionais como a escola, que de maneira geral tem suas bases em preceitos ocidentais. Tal como observei entre os Xavante da aldeia São Pedro, a apropriação do espaço escolar foi também observada por Alvares (1999), quando relatou como a prática de partilha de alimentos - extremamente valorizada entre os Maxakali de Minas Gerais - fora levada para a escola (Alvares, 1999).

A partilha de alimentos como importante característica da comensalidade entre os Xavante já foi discutida por etnógrafos como Maybury-Lewis (1984). Giaccaria e Heide (1972) destacaram a importância da reciprocidade nas relações sociais dos Xavante, em que o acúmulo deveria ser partilhado com todo o grupo, e os alimentos que chegavam à aldeia eram, assim, transformados em bem público.

Assim, chama-se atenção para a centralidade do ato de comer dentro das atividades humanas que, como discutiu Mintz (2001), representaria “uma base que liga o mundo das coisas ao mundo das ideias por meio dos nossos atos. Assim é também base para nos relacionarmos com a realidade”.

Para citar um outro exemplo, Paiva (2011), em um contexto específico do sertão baiano, faz referência ao fato de a alimentação preparada em diversas unidades de ensino ser compartilhada também com funcionários e até mesmo com vendedores ambulantes de fora da escola mesmo que, pelos termos do PNAE, aquela comida devesse ser preparada e destinada exclusivamente aos alunos matriculados. Para uma das interlocutoras daquele estudo não havia consenso sobre essa questão, sendo caracterizado como um “debate histórico” (Paiva, 2010, p. 76).

“Comer no chão, no pátio ou lá fora”: os modos de comer na escola

Na E.M.I.I.C., durante a distribuição da merenda, havia ainda outra preocupação de parte da coordenação da escola para que os alunos comessem no refeitório, local com três grandes mesas. Apesar das orientações da coordenadora, sutis e cuidadosas, muitos alunos não entravam no refeitório, sentavam-se no chão ao redor da escola e/ou no pátio e comiam com o prato no colo. Muitos dos que entravam no refeitório sentavam-se com as pernas voltadas para o lado de fora do banco, de costas para a mesa. Também havia aqueles, geralmente mais velhos, que utilizavam a mesa como apoio, como esperado pela coordenadora. É importante frisar que no ambiente doméstico não havia mesas, as famílias comiam sentadas em bancos ou cadeiras, com o prato no colo. As crianças menores, por vezes, não usavam nem mesmo bancos ou cadeiras, sentando-se no chão.

O descumprimento de regras no ambiente escolar da aldeia São Pedro era atribuído ao “costume de casa”. A orientação para que os alunos realizassem suas refeições no refeitório englobava o conjunto de regras implantados no dia-a-dia da escola, assim como o controle de estoque.

A prática de comer fora do refeitório, no pátio, no chão e pegando a comida com as mãos eram consideradas inadequadas, como referido no trecho:

“(...) como eu ia te falando, eles vão aprendendo com o tempo. Mas, por exemplo, aqui temos o refeitório da escola, né... Há pouco tempo não tinha as mesas, só os bancos. E agora conseguimos as mesas, mas mesmo assim as crianças saem do refeitório para comer no chão, no pátio ou lá fora. A gente ensina, orienta mas ainda é difícil.

Eles ainda estão aprendendo a sentar à mesa. (...) É, nas casas não têm esse costume, por isso as crianças trazem isso pra escola, o costume de casa. Com o tempo, vão acostumando. Mesma coisa o costume de comer com a mão, hoje alguns já acostumaram a comer com a colher... A escola tem essa função de ensinar... Já estão adaptando algumas coisas. Mas, infelizmente, a cultura é mais forte que a evangelização. Eles já sabem que precisam apreender, mas são difíceis... É a natureza deles!” (N13)

Assim, fica claro que, ao falarmos de alimentação escolar no âmbito de um programa, estamos falando também sobre sistemas culturais que envolvem maneiras de comer e interagir com o alimento.

Relações interétnicas

Em meio a todas estes obstáculos e conflitos, as expectativas dos gestores municipais atuantes pareciam estar essencialmente direcionadas a atender a demanda de entrega dos alimentos nas aldeias, visando evitar ou diminuir os conflitos com os Xavánte. Na escola, os não indígenas que integravam a coordenação e conviviam diariamente naquele espaço tinham grande dificuldade em lidar com o modo de comer Xavánte. O fato de as crianças preferirem comer sentadas no chão ou fora do refeitório e a prática da partilha de alimentos com outros membros da comunidade - não estudantes - eram qualificados negativamente.

O contexto da alimentação na EMIIC era permeado pelas relações interétnicas, ou seja, a relação entre povos de culturas diferentes, que naquele contexto eram marcadas por conflitos e desentendimentos de ambas as partes. Da parte dos profissionais da SME, o medo era citado e parecia interferir no trabalho realizado na gestão, como me falou uma profissional: “No momento, estamos sem nutricionista, mas a última nutricionista tinha medo de ir para as aldeias, não ia mesmo!”. Segundo os profissionais que trabalhavam na Secretaria, muitos momentos “conflituosos” e “estressantes”.

O termo “cultura”, quando utilizado por não indígenas, expressavam uma noção da diferença entre os Xavánte e não indígenas, mas com certo grau de dificuldade pessoal em lidar com a diversidade interétnica:

*“ (...) respeitar a cultura deles [dos Xavánte] é respeitar o jeito. **Mas tem hora que sai do controle...** tem Xavánte que é difícil! **É o jeito deles, é difícil de lidar.** Com aqueles **menos estudados é pior.** São de falar alto e bater na mesa, querer mandar e **reclamar de tudo.** Daí fica difícil. Tem que **colocar algumas regras** porque se não nada dá certo...” (N11)*

*“ O problema deles é que pegam tudo de ruim dos hábitos dos brancos. Coisa boa não pega, que é plantar e cultivar... **Parece que não entendem...** preferem passar fome ou depender de cesta básica.”(N12)*

*“ **A Gestão vem tentando melhorar a situação deles [Xavánte]...** a saúde das crianças, que são as mais atingidas pela falta de alimento. Eles vivem em uma situação precária e precisam dessa ajuda”(N12) (Grifo meu)*

Em vários momentos, eram citadas as maneiras julgadas como inadequadas, como o modo com que os Xavánte administravam seus bens; a forma como cuidavam da higiene pessoal e da educação dos filhos; o que comiam, como e o quanto comiam. Sempre de um modo negativo e problemático. O fato de uma criança Xavánte comer sozinha, brincar com objetos cortantes e de “viverem soltas”, por exemplo, era colocado como um descuido da parte dos adultos, principalmente da parte das mulheres. Havia uma dificuldade de se relacionar e de manter diálogo, dificuldade esta que era atribuída - por vezes - ao modo com que os Xavánte se portavam e reagiam a diversas situações do cotidiano e, principalmente, porque agiam e pensavam com uma lógica diferente daquela entendida como a correta ou aceitável, prevalecendo assim julgamentos de ordem moral que, mesmo implicitamente, assumiam posturas etnocêntricas.

A ideia de “a escola tem essa função de ensinar”, no contexto da fala, ia além dos ensinamentos curriculares de sala de aula. Baseava-se em regras comportamentais fora do espaço escolar e no que se refere à alimentação, a hábitos alimentares e aos modos de comer, como visto na escola da aldeia São Pedro. Tais posturas vão ao encontro com os objetivos do PNAE que, como consta na Lei nº 11.947, tem a

proposta de intervir na formação de hábitos alimentares dos escolares, estipulando até mesmo o que seria considerado saudável e necessário para o desenvolvimento do escolar. Exemplo do que é considerado aceitável e saudável pelos documentos do PNAE são as referências de bases biomédicas encontradas na Portaria Interministerial n. 1.010, que instituiu as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável (BRASIL, 2006). Tal situação remete ao que discutiu Leite sobre a postura etnocêntrica (LEITE, 2007, p.29):

“O pressuposto de que os agentes da mudança detêm os conhecimentos e de que a solução dos problemas por eles identificados reside em colocar esses mesmos conhecimentos em prática - ainda que de forma menos traumática possível - é tão somente coerente em um discurso etnocêntrico e, mais que isso, marcado pela racionalidade dedutiva, baseada no método experimental.”

Sobre a experiência com ações educativas nas aldeias, os relatos fazem referência à dificuldade em implementar algum tipo de ação em alimentação e nutrição. A maioria das experiências relatadas teria sido pouco eficazes. Segundo os profissionais, citando o exemplo de uma ação realizada anos passados pela nutricionista que atuava na época, as ações eram constantemente descumpridas pelos indígenas.

“Antes, quando a nutricionista ia nas aldeias, a gente fez um cardápio e uma formação com as merendeira, para ensinar elas preparar e para tentar melhorar a variedade. Mas logo eles param de seguir tudo e voltam a fazer do jeito deles [os Xavante]...”(N1)

Os cursos destinados à formação de merendeiras eram, como me relataram os profissionais da SME, baseados nos princípios encontrados no conjunto de legislação do PNAE, dentre eles princípios nutricionais e higiênico-sanitários. Nos cursos, eram abordados tipos de preparações, receituário, medidas e necessidades nutricionais dos escolares, julgados como adequados e padronizados de acordo com as bases culturais da sociedade ocidental não indígena. Portanto, no trecho “(...) logo eles param de seguir e voltam a fazer do jeito deles”, o profissional se referia ao descumprimento das regras e padrões estipulados às merendeiras

indígenas. Ou seja, ao jeito das merendeiras Xavánte era atribuído o modo errôneo de preparar a comida. Assim, o reconhecimento da dimensão cultural tem o objetivo de adaptar o comportamento aos moldes da biomedicina, como discutiram Garnelo e Langdon (2005). Quando por um momento a fala de gestores reconhece as diferenças existentes nos modos de vida dos Xavánte, ao mesmo tempo as ações e orientações, mesmo que sutis, tentam moldar o comportamento Xavánte, o que demonstra que o reconhecimento da diferença não se traduz em respeito à diversidade cultural.

Trostle (1988), em estudo no campo da antropologia da saúde, relacionou o aspecto ideológico das condutas centradas no modelo biomédico, no qual o conhecimento do paciente não era valorizado e este era considerado ignorante no processo de tratamento e, portanto, deveria ser educado aos moldes biomédicos. Mesmo considerando temáticas e contextos muito distintos, as contribuições de Trostle (1988) podem ser, em grande medida, transpostas para as situações vivenciadas na E.M.I.I.C. Também nesse caso observamos como a percepção e muitas ações relacionadas com o PNAE não estão separadas do aspecto ideológico.

Especificamente para os profissionais que atuavam direta e permanentemente na escola da aldeia São Pedro, a criação de controle através de um estoque fechado era citada como uma tentativa em preservar os alimentos na escola:

“(...) tem que administrar tudo, controlar mesmo, porque eles são difíceis... Aqui [na escola da São Pedro] já vêm controlando estoque há tempos. Só assim para controlar e garantir que não vai sumir tudo... Nós tentamos ensinar que essa comida é da criança.” (NI3)

As falas dos não indígenas sobre os Xavánte extrapolavam a visão sobre a partilha de alimentos na escola, por exemplo, e se estendiam para demais aspectos da vida Xavánte fora do espaço escolar. Não havia o reconhecimento da legitimidade do modelo de organização nativa, o qual não se baseava no acúmulo de capital e outros bens, primando pela reciprocidade entre as famílias e pelas decisões tomadas coletivamente dentro da comunidade:

“Eles não têm o costume de armazenar, de guardar, nem comida e nem dinheiro. Gastam tudo

quando recebem, ou tem que dar para os parentes também... Daí acaba logo. Quando um recebe ou compra comida, todos já sabem e vão visitar, Daí tem que dar um pouco... É assim que eles fazem com tudo.” (N13)

“A cabeça deles [os Xavánte] funciona assim: os velhos decidem e interferem no trabalho aqui da escola. A gente [coordenação] se organiza, planeja as atividades... Mas as discussões daqui são levadas para os demais e os velhos falam, os professores voltam e aí muda tudo. Eles são assim, de uma hora para outra mudam de opinião.” (N13)

Aos olhos de não indígenas, uma boa administração era aquela realizada por não indígenas e que se mostrava capaz de preservar a comida para os alunos matriculados na escola. Segundo os profissionais envolvidos, isto não aconteceria se as escolas fossem administradas pelos próprios Xavánte. As práticas nativas eram avaliadas sob uma visão ocidental e seu modelo de organização social. Havia ainda uma avaliação moral em que os Xavánte eram vistos como incapazes de administrar seus bens. Trata-se de uma postura evidentemente etnocêntrica, que resulta não apenas no desrespeito aos hábitos alimentares daquela comunidade mas, em termos mais amplos, no desrespeito à cultura nativa. Tal postura se configura em desafio no alcance do reconhecimento de um sistema cultural nativo legítimo, que integra um amplo conjunto de ações, tal qual defendeu Da Matta (1987). Estes impasses, enfim, nas relações interétnicas, parecem dificultar, no caso Xavánte, o diálogo e a resolução de demandas e anseios indígenas, com implicações importantes para o funcionamento do Programa de alimentação escolar.

CONCLUSÕES

Apesar dos avanços gerados pela incorporação do reconhecimento da diversidade cultural da população no âmbito do PNAE, as lacunas que ainda cercam a proposta oficial de respeito à diversidade cultural não permitem uma problematização teórica e não instrumentalizam minimamente os profissionais para operar tal proposta em suas localidades. O caso Xavánte parece revelar grandes limitações de ordem prática. Os problemas enfrentados pela gestão municipal não comprometem apenas as diretrizes oficiais relacionadas ao respeito à cultura Xavánte, como

também as diretrizes e princípios de caráter nutricional, relacionadas à variedade alimentar e ainda à compra de alimentos da produção local, o que constitui parte fundamental das propostas do PNAE, fazendo com que as lacunas percebidas no exame dos documentos ganhassem especial proporção na realidade.

Neste contexto, de fato, o respeito à diversidade cultural não se concretizava, e se apresentava ainda como um enorme desafio. O atendimento das especificidades socioculturais dos Xavante se apresenta como uma questão para os interlocutores não indígenas, tanto em suas falas, como em suas práticas no ambiente escolar ou nos momentos de interação com os Xavante que pode presenciar. A desconstrução das práticas nativas é ancorada por uma postura etnocêntrica que norteia a visão e as colocações dos não indígenas sobre os Xavante. De certo modo, seria como dizer que os esforços não se voltam para a adequação da alimentação escolar às especificidades culturais da população, mas sim, para adequação das especificidades culturais de cada povo ao conjunto de princípios nutricionais hegemonicamente valorizados pelos documentos oficiais.

O caso Xavante demonstrou também que não cabe classificar, de maneira fixa, os alimentos como indígenas ou não indígenas, tradicionais ou não tradicionais. De fato o olhar deve ser mais amplo, pois, com a alimentação escolar estão envolvidas maneiras de comer e interagir no espaço escolar, seja em um contexto indígena, seja nos demais contextos locais. Ou seja, respeitar a diversidade sociocultural significa respeitar os modos e sistemas regionais, ideias e conhecimentos locais, que devem ser reconhecidos como legítimos.

É possível dizer que a efetividade das diretrizes do PNAE não pode ser tratada como elemento fixo, por isso, as estratégias devem ser periodicamente repensadas enquanto processos dinâmicos. É indispensável o fortalecimento da participação de setores da sociedade civil em espaços que debatam regional e localmente o tema, possibilitando que sejam repensadas de forma participativa ações de ordem teórica e prática, fomentadas em nível central e que se aproximem efetivamente dos níveis locais, favorecendo ainda mais a relação de diálogo. É necessária ainda, uma flexibilidade burocrática que permita a compra da produção local indígena para a alimentação escolar, com um olhar para o respeito à dinâmica de produção dos interessados.

Tal fato poderia também interagir com a logística de entrega de alimentação para as escolas, reduzindo o tempo entre uma entrega e outra, de acordo com a disponibilidade de cada fornecedor local. Lembrando que cada localidade apresenta suas particularidades, as estratégias devem ser repensadas a partir de cada caso específico.

Por fim, é necessário a ampliação do debate acerca da alimentação escolar em nível local, observando-se as em que proporções as especificidades culturais estão sendo contempladas, seja em contexto indígenas e interétnicos, seja em demais contextos. A investigação interdisciplinar no campo da alimentação e nutrição pode favorecer o exercício de um olhar relativista para as políticas públicas, projetos intervencionistas e para o próprio campo de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009a. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Lex*. Brasília. 2009a.

BRASIL. Resolução n. 38 de 16 de julho de 2009b. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Lex*. Brasília. 2009b.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP/Paralelo. 1998.

DA MATTA, R. *Relativizando: uma introdução a antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIACCARIA, B. e HEIDE, A. *Xavante: Povo Autêntico*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco. 1972.

GIORDANI, R. C. F., GIL, L. P. e AUZANI, S. C. S. Políticas públicas em contextos escolares indígenas: repensando a alimentação escolar. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 25-51, jul./dez. 2010.

GUGELMIN, S. A. Ações de alimentação e nutrição para povos indígenas. Texto opinião n. 7. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Textos de opinião: temas estratégicos para a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)*. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), Brasília: 2011. p. 16– 194.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: *primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro. 2012

KLEINMAN, A. M. Patients and Healers in the Context of Culture: *an exploration of the borderland between anthropology, medicine and psychiatry*. University of California Press, 1980. p. 179-202.

LANGDON, E. J. e WIIK, F. B. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. v. 18, n.3, p. 173-181. 2010.

LEÃO, M.M., CASTRO, I.R.R. Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. In: KAC, G., SICHIERI, R., GIGANTE, D. P. (orgs.) *Epidemiologia Nutricional*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz /Atheneu. p. 519-41. 2007

LEITE, M. S. Transformação e Persistência: *antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

MALUF, S. Gênero, saúde e aflição: Políticas Públicas, ativismo e experiências sociais In: MALUF, S.; TORNQUIST, C.S (org.). *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

MAYBURY-LEWIS, D. *A sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

OLIVEIRA, P. H. A. *Comida forte e comida fraca: Alimentação e Fa-*

bricação dos corpos entre os Kaingáng da Terra Indígena Xapecó (Santa Catarina, Brasil). (Dissertação de mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Santa Catarina. 2009.

PAIVA, B. J. *Hábitos alimentares no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município do sertão baiano: uma abordagem qualitativa*. (Dissertação de mestrado em Alimentos, Nutrição e Cultura). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Bahia. 2011.

PIPITONE, M. A. P. et al. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 16, n. 2, jun. 2003.

RECINE, E. e VASCONCELLOS, A. B. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p.73-79, jan. 2011.

ROSALDO, R. Cultura y verdad: *La reconstrucción del análisis social*. Ediciones Abya-Yala. Ecuador. 2000.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

SANTOS, L.M.P, SANTOS, S. M. C., SANTANA, L. A. A., HENRIQUE, F. C. S., MAZZA, R. P. D., SANTOS, L. A. S. e SANTOS, L. S. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2681-2693. 2007.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 19, n. 4, dez. 2010.

PAIVA, J. B., FREITAS, M. C. S., SANTOS, L. A. S. Hábitos alimentares regionais no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo qualitativo em um município do sertão da Bahia, Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n. 2, abr. 2012.

VIANNA, R. P. T., TERESO, M. J. A. O programa de merenda escolar

de Campinas: análise do alcance e limitações do abastecimento regional. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 13, n. 1, abr. 2000.

SIASI. Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena. Ministério da Saúde. *Relatório por distrito de população indígena total, cadastradas no SIASI. Brasil*. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=40848> Acesso em: Ago 2012.

SILVA, R. J. N. *Seis décadas de contato: transformações na subsistência Xavante*. (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo; 2008.

TRUJILLO BANIWA, T. Saúde e alimentação em áreas rurais e urbanas: um testemunho indígena. In: GARNELO, L. E, PONTES, A. L. Orgs. *Saúde indígena: uma introdução ao tema*. Brasília, MEC-SECA-DI; 2012.

VALENTE F, B. V, Franceschini T, Carvalho M F. Módulo do Curso “*Formação em Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional*”. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Brasília; 2007.

VERONA L. D. P. *Comida a’uwê, comida waradzu e ressignificação: o sistema alimentar dos Xavante da aldeia de Nossa Senhora de Guadalupe, Mato Grosso* (Mestrado). Rio de Janeiro: UERJ; 2009.

6 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de conhecer como se dava a concretização do respeito à diversidade cultural no PNAE em um contexto indígena, algumas propostas foram traçadas para a realização de tal investigação. Em primeiro lugar, se fez necessário o exame dos documentos oficiais vigentes, que dão base para o funcionamento do PNAE nos estados e municípios. Além disso, buscou-se compreender como se dava na prática a alimentação escolar indígena em um contexto específico, no caso o dos Xavante da Terra Indígena Parabubure e, para isso, adotou-se técnicas de pesquisa antropológica, como a observação participante e a etnografia.

No exame dos documentos, a busca focou o olhar para a proposta de respeito à diversidade cultural adotada pelo programa, visto que essa proposta se desenhava especificamente para o contexto das populações indígenas, que no caso do Brasil se expressa em mais de 300 povos diferentes (IBGE, 2012). Além do mais, até o ano de 2010, o PNAE alcançava mais de 80% das comunidades de indígenas aldeados do país, o que nos motivou compreender em que medida esse alcance representava a concretização da diretriz do respeito à diversidade cultural do programa.

A proposta de respeito à diversidade cultural, no âmbito do PNAE, representa um avanço nos programas públicos de alimentação e nutrição. A proposta se configura em diretrizes e ganha amparo legal, sendo contemplada no conjunto de legislações vigentes do PNAE e permeada, assim, pelos pressupostos de Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional. No entanto, o exame dos documentos nos permite inferir que, diferentemente do que acontece com a base conceitual acerca dos pressupostos nutricionais, os documentos oficiais apresentam lacunas sobre sua proposta de respeito à diversidade cultural, não havendo um aprofundamento teórico que instrumentalize minimamente os profissionais para operar tal proposta.

No caso do atendimento às populações indígenas, apenas em 2003 foi publicada a Resolução/FNDE nº 45/2003, que considera a necessidade de respeito aos “*hábitos alimentares e culturais particulares de cada etnia*” na alimentação escolar. Todavia, esse documento não aprofunda questões sobre especificidades culturais e alimentares. Tudo isso se soma à grande escassez de informações e referências sobre sistemas alimentares nativos, como bem apontou Leite (2010).

O autor observa que os documentos vinculam a diretriz do

respeito a critérios alheios às noções nativas e que, com base nos princípios da ciência da nutrição e/ou do olhar ocidental, irão dizer se os hábitos alimentares são saudáveis e adequados, assim como os critérios de comensalidade e comestibilidade. Isso acontece, por exemplo, nos termos do artigo 2º da Lei nº 11.947 que prevêem: “II - *emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis*” (BRASIL,2009a). Assim, podemos observar que as afirmações que envolvem o respeito à cultura parecem confusas. De certo modo, seria como dizer que os esforços não se voltam para adequar a alimentação escolar às especificidades culturais de cada povo, mas sim, adequar as especificidades culturais de cada povo ao conjunto de princípios nutricionais priorizados pelos documentos.

A pesquisa de campo realizada entre os Xavánte confirmou que muitas lacunas identificadas no referencial teórico do PNAE se configuram em grandes limitações práticas e que comprometem enormemente a concretização do PNAE. De fato, tal princípio não se concretizava naquela localidade e na realidade se apresentava ainda como um enorme desafio.

Entre as limitações, destacamos os sérios problemas enfrentados pela gestão municipal da alimentação escolar. Existem problemas logísticos relacionados ao transporte dos alimentos para as escolas: o território é extenso; os veículos são inadequados para o transporte de alimentos; as estradas são precárias; e o número de profissionais envolvidos é escasso. Além disso, não há estrutura e equipamentos adequados e suficientes, como geladeiras para o armazenamento de alimentos nos ambientes escolares, e apenas quatro das escolas possuíam alguma fonte de energia elétrica. Assim, o planejamento da alimentação escolar indígena fica amplamente comprometido e a falta do nutricionista - um dos atores-chave nesse processo - faz com que não haja quem responda pelo planejamento da alimentação fornecida para as escolas indígenas.

Ressaltamos que não foi objeto dessa dissertação uma avaliação nutricional da alimentação fornecida, o que não nos impede de notar que as limitações no planejamento têm resultado em uma monotonia alimentar que, por sua vez, não contemplava nem as diretrizes nutricionais do PNAE e tampouco as demandas Xavánte. Os alimentos fornecidos para as escolas indígenas eram exatamente iguais aos alimentos das escolas não indígenas, sendo que a alimentação escolar indígena era ainda desfavorecida pelo fato de contar com 29 itens a menos, entre eles carnes e vegetais *in natura*.

O município enfrentava também dificuldades em comprar itens da produção indígena e/ou da agricultura familiar da região. Ao mesmo tempo, a preocupação em complementar a alimentação na aldeia partia de iniciativas da comunidade e da coordenação da escola, que se esforçavam para conseguir alguma doação de alimento da produção familiar.

Somado a tais fatores, estava o contexto interétnico. Refiro-me aqui às possíveis dificuldades que emergem das relações entre povos de culturas diferentes, como é o caso da relação entre indígenas e não indígenas. Em meio a todas estes obstáculos e conflitos, as expectativas dos gestores municipais atuantes pareciam estar essencialmente direcionadas a atender a demanda de entrega dos alimentos nas aldeias, visando evitar ou diminuir os conflitos com os Xavánte.

Na escola, os não indígenas que integravam a coordenação e conviviam diariamente naquele espaço tinham grande dificuldade em lidar com o modo de comer Xavánte. O fato de as crianças preferirem comer sentadas no chão ou fora do refeitório e a prática da partilha de alimentos com outros membros da comunidade - não estudantes - eram qualificados negativamente. Além disso, os Xavánte eram vistos pelos não indígenas como maus administradores tanto no que diz respeito aos alimentos, quanto aos seus próprios recursos e bens. A mencionada prática da partilha de alimentos é amplamente valorizada entre os Xavánte, tanto que foi levada e permanece na escola. A desqualificação dos modos de administrar os bens e os recursos se dava sob a ótica de uma outra cultura, a qual tem como base a noção ocidental sobre o acúmulo de capital e outros bens, que muito difere das noções Xavánte. Caracterizando assim, um exemplo de conflito que surgia das relações interétnicas.

Em momento algum o atendimento das especificidades socioculturais dos Xavánte se apresentava como uma questão para os interlocutores não indígenas, fosse em suas falas, fosse em suas práticas no ambiente escolar ou nos momentos de interação com os Xavánte que pude presenciar. Quando algum aspecto cultural era citado, as falas e práticas dos não indígenas traduziam elementos negativos e de desconstrução das práticas nativas, em uma postura etnocêntrica que norteava a visão e as colocações dos não indígenas sobre os Xavánte.

Como observou Verona (2009), entre outro subgrupo Xavánte, os alimentos e as preparações da escola eram de maioria não indígena. Para os Xavánte da aldeia São Pedro, o espaço escolar era um espaço de comida não indígena. A demanda por carne, apresentada a mim diversas vezes na aldeia, não era uma demanda por carne de caça, item que poderia

ser entendido como nativo, mas era uma demanda por frango, carne bovina ou suína, ou seja, em um espaço não indígena caberia comida não indígena. Vale salientar que a questão do respeito às especificidades socioculturais, no caso da alimentação escolar Xavánte, transcende o fato de conter itens identificados como indígenas ou que o senso comum classificaria como nativos. À primeira vista, tal fato pode parecer surpreendente, mas faz sentido diante do caso da escola ser vista por eles como lugar de comida do não indígena, segundo mencionavam. Desse modo, não cabe classificar, de maneira fixa, os alimentos como indígenas ou não indígenas, tradicionais ou não tradicionais, especialmente em contextos de mudanças alimentares, em que a inclusão de novos itens alimentares é constantemente reinterpretada segundo a lógica nativa, como citado por Leite (2007) e Verona (2009),

É importante frisar que as mudanças nos sistemas alimentares indígenas são dinâmicas e vêm se tornando cada vez mais rápidas, como observado entre outros subgrupos Xavánte e outros grupos indígenas no Brasil (GUGELMIN e SANTOS, 2001; LEITE et al., 2003 e 2007) Agregam-se a isto, ainda, nuances intergeracionais nas preferências alimentares, resultado de diferentes vivências, posturas e ideias sobre os alimentos, assumidas pelos jovens e pelos mais velhos da comunidade. Contudo, os processos de mudança não significaram, necessariamente, a perda de identidade Xavánte. Bem como afirmou Leite, (2004) “(...) mesmo quando comem como os brancos, em última instância os Wari’ seguem pensando e comendo, de fato, como Wari’.”

Na realidade vivenciada, o CAE apresentava grandes limitações, as quais ficaram mais visíveis pelo fato de os interlocutores indígenas da aldeia São Pedro desconhecerem as atividades do Conselho. O CAE não alcançava a comunidade para fazer seu papel de facilitador - enquanto espaço de debates, de troca de informações, de fortalecimento da participação da comunidade. Na composição atual do CAE, existia apenas um representante indígena que, assim como os demais conselheiros, estava envolvido em outras tantas atividades, o que parecia limitar as reuniões com diretores e representantes das escolas indígenas.

Além da dimensão da TI e da quantidade de escolas municipais, outro fator que parecia influenciar especialmente a articulação do representante do CAE com as demais lideranças de Parabubure era o fato da sociedade Xavánte, apresentar, tradicionalmente uma diversidade de unidades políticas ou facções próprias. Nesse caso, uma avaliação, realizada pelos próprios Xavánte, poderia gerar alguma reestruturação e/ou

adequação no modelo de representatividade no funcionamento do CAE.

Portanto, com a alimentação escolar estão envolvidas maneiras de comer e interagir no espaço escolar, seja em um contexto indígena, seja nos demais contextos locais. Entendendo-se, assim, que o olhar para as especificidades culturais no PNAE deve ir além do enfoque nos itens alimentares, levando em consideração que respeitar a diversidade sociocultural significa respeitar os modos e sistemas regionais, ideias e conhecimentos locais, que devem ser reconhecidos como legítimos.

Como nos demonstra o caso Xavánte, os problemas enfrentados pela gestão municipal não comprometiam apenas as diretrizes relacionadas ao respeito à cultura Xavánte, como também as diretrizes e princípios nutricionais, de variedade alimentar e a compra de alimentos da produção local, o que constituía grande parte das propostas do PNAE, fazendo com que as lacunas percebidas no exame dos documentos ganhassem especial proporção na realidade. É possível dizer que a efetividade das diretrizes do PNAE não pode ser tratada como elemento fixo nas políticas públicas de alimentação e nutrição e, por isso, as estratégias devem ser periodicamente repensadas enquanto processos dinâmicos.

É indispensável o fortalecimento da participação de setores da sociedade civil em espaços que debatam regional e localmente o tema – como seminários regionais; conferências em Segurança Alimentar e Nutricional, Educação Escolar Indígena e outros, o que possibilita, assim, que sejam repensadas de forma participativa ações de ordem teórica e prática, fomentadas em nível central e que se aproximem efetivamente dos níveis locais, favorecendo ainda mais a relação de diálogo pretendida à luz do reconhecimento da existência de sistemas culturais locais, legítimos, complexos e dinâmicos.

É necessária ainda, uma flexibilidade burocrática que permita a compra da produção local indígena para a alimentação escolar, com um olhar para o respeito à dinâmica de produção dos interessados. Tal fato poderia também interagir com a logística de entrega de alimentação para as escolas, reduzindo o tempo entre uma entrega e outra, de acordo com a disponibilidade de cada fornecedor local. Lembrando que cada localidade apresenta suas particularidades, as estratégias devem ser repensadas a partir de cada caso específico.

Como declarou Geertz (1989, p. 10): “*Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade*”, e ainda a busca por compreender e/ou interpretar o sistema cultural de uma sociedade e de situar-se entre pessoas de diferentes culturas, não

é pretender se tornar um nativo daquela cultura, mas sim, dialogar com aquelas pessoas. Assim, a aproximação com o contexto local proporcionaria a visibilidade das especificidades reais e não aquelas previamente construídas por um olhar de quem está longe.

Por fim, essa pesquisa pretende colaborar para futuros estudos em alimentação escolar em nível local, que observem em que proporções as especificidades culturais estão sendo contempladas, seja em contexto indígenas e interétnicos, seja em demais contextos. Ainda, a realização de novas pesquisas de cunho interdisciplinar no campo da alimentação e nutrição que proporcionem o exercício de um olhar relativista para as políticas públicas, projetos intervencionistas e para o próprio campo de atuação.

O exercício etnográfico não é tarefa fácil, pois muitos pressupostos levados para a pesquisa de campo são muitas vezes superados logo nos primeiros dias de vivência. Parece ser essa a grande contribuição de uma proposta interpretativa. Nas palavras de Rosaldo (2000, p. 48);

“La transferencia cultural nos exige que intentemos entender otras formas de vida en sus propios términos. No debemos imponer nuestras categorías a la vida de otra gente, porque es probable que no sean aplicables, al menos no sin una seria revisión. Podemos aprender acerca de otras culturas sólo leyendo, escuchando o estando allí. Aunque a menudo resultan extrañas, burdas para los forasteros, las prácticas informales de la vida cotidiana tienen sentido en su propio contexto y en sus propios términos. Los seres humanos no pueden dejar de aprender la cultura o las culturas de los lugares en los que crecen. Un neoyorquino transferido en su nacimiento a la isla de Tikopia, en el Pacífico, se volverá un tikopiano, y viceversa. Las culturas se aprenden, no están codificadas genéticamente.”

Retomo uma pergunta, um tanto afirmativa, que um professor Xavante me fez logo em meu primeiro dia na escola da aldeia São Pedro: “Renata, você pesquisa sobre essas coisas de alimentação... comida, né? Então sua pesquisa é sobre costumes?” Ora, para o professor Xavante estava claro que se era uma pesquisa sobre comida era então uma pesquisa

sobre costumes, afinal! A relação entre alimentação e costumes, feita pelo professor, resume o olhar que devemos lançar para a alimentação escolar e para os demais programas públicos que envolvem a alimentação. E, respondendo ao professor: sim, era uma pesquisa sobre costumes, porque comida é costume... Costume de gente.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, M. M. A Educação Indígena na Escola e a Domesticação Indígena da Escola. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Antropologia**, Belém, v. 15, p. 54-83, 1999.

BARROS, M. S. C.; TARTAGLIA, J. C. A Política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v.14, n.1, p. 109-121. 2003.

BECKER, S. G.; ROSA, L. M.; MANFRINI, G. C.; BACKES, M. T. S.; MEIRELLES, B. H. S. e SANTOS, S. M. A. Dialogando sobre o processo saúde/doença com a Antropologia: entrevista com Esther Jean Langdon. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 62, n. 2, abr. 2009.

BLACK, F. L. Infecção, mortalidade e populações indígenas: Homogeneidade biológica como possível razão para tantas mortes In: Santos R.V, Coimbra Jr., C.E.A, (Orgs.). **Saúde & Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1994.

BRASIL. Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Brasília. 1973.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto n. 306, de 29 de outubro de 1991. **Homologa a demarcação administrativa da área indígena Parabubure, no Estado do Mato Grosso**. Brasília. 1991.

BRASIL. Ministério da Educação e Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília.1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1a ed. rev. Brasília. 1999a.

BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de

Educação. Resolução n. 3, de 10 de Novembro de 1999. **Fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.** Brasília. 1999b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Política de Saúde. **Guia alimentar para crianças menores de dois anos** – Brasília: 2002a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.** 2ª edição – Brasília. 2002b.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução n. 45 de 31 de outubro de 2003. **Estabelecer critérios para o repasse de recursos financeiros, à conta do PNAE, previstos na Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para o atendimento dos alunos da educação infantil e ensino fundamental matriculados em escolas de educação indígena.** Brasília. 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. **Relatório final.** II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Olinda. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial n. 1.010 de 8 maio de 2006. **Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.** Brasília. 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. **Relatório final.** III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Fortaleza. 2007a.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 6.286, de 5 de Dezembro de 2007. **Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências.** Brasília. 2007b.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos**

alunos da educação básica e dá outras providências. Brasília. 2009a.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução n. 38 de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Brasília. 2009b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. I **Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Índigenas,** 2008-2009. Brasília. 2010a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome – MDS. Decreto n. 7272, de 25 de agosto de 2010. **Regulamenta a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.** Brasília. 2010b.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil Realização - **Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais.** Relatório técnico. Brasília. 2010c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição no SUS. 2010. **Relatório Final.** Brasília. Jun. 2010d.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas - CFN. Resolução nº 465 de 2010. **Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar e dá outras providências.** Brasília. 2010e.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2011a. **Programas: Alimentação Escolar.** Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em 23 fevereiro de 2011a.

BRASIL. Presidência da República. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – **CONSEA**. 2011b. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/consea-2>>. Acesso em 02 de setembro de 2011b.

BRASIL. Presidência da República. Fome Zero. **Notícias**. 2011c. Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sera-apresentado-em-setembro>>. Acesso em 11 de junho de 2011c.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília. 2011d.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. (Versão atualizada). Brasília. 2011e.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 8, de 14 de maio de 2012. **Altera os valores per capita da educação infantil no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília. Mai. 2012a.

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação do Mato Grosso. SEDUC/MT. Instrução Normativa Nº001. **Estabelece normas para execução técnica e administrativa e para a transferência de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE às Escolas Estaduais/Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar – CDCEs**. Cuiabá. Fev. 2012b.

BELIK, W. e CHAIM N.A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595-607. 2009.

BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, jan. 2011.

CALDAS, A. D. R. Vigilância alimentar e nutricional para os povos indígenas no Brasil: **análise da construção de uma política pública em saúde**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência, na área de Epidemiologia em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2010.

CANESQUI, A. M. e GARCIA, R.W. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP/Paralelo. 1998.

CARVALHO, O. M. B. Políticas Públicas, Sustentabilidade Social e Povos Indígenas: **os Xavante da terra indígena de Parabubure em Mato Grosso**. 2010. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento sustentável) - Universidade de Brasília. 2010.

COIMBRA JR., C. E. A. e SANTOS, R. V. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.125-132. 2000.

COIMBRA JR., C. E. A., FLOWERS, N. M., SALZANO, F. M. e SANTOS, R. V. The Xavante in transition. **Health, ecology, and bioanthropology in Central Brasil**. Michigan: The University of Michigan Press. 2002.

COIMBRA JR., C. E. A. A alimentação está no centro das questões de saúde dos Xavante. **Radis: comunicação em saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 98, n. 13, out. 2010.

DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução a antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1987.

PAULA, L.R. de. Travessias: **um estudo sobre a dinâmica social espacial Xavante**. Tese (Doutorado em antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da USP. São Paulo. 2007.

DELGADO, P. S. Entre a estrutura e a performance: **ritual de iniciação e faccionalismo entre os Xavante da Terra Indígena São Marcos**. Tese (Doutorado em antropologia) - Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2008.

DUFOUR, D. L. Diet and nutritional status of Amazonian peoples. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 7, p. 481-502. 1991.

FERREIRA, A. A. **Estado nutricional e fatores associados ao crescimento de crianças indígenas Xavante, Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2009.

FLOWERS, N.M. Forager-Farmers: **The Xavante Indians of Central Brazil**. (Ph.D. Dissertation). New York: City University of New York, 1983.

FLOWERS, N. M. Crise e recuperação demográfica: os Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso. In: SANTOS R.V.; COIMBRA Jr., C.E.A. (Orgs.). **Saúde & Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Fiocruz. p. 213-242. 1994

FRY, P. Feijoada e soul food 25 anos depois. In: ESTERCI, N.; FRY, P.; GOLDEMBERG, M. (Orgs.). **Fazendo Antropologia no Brasil**, Rio de Janeiro: DP&A. p. 35-54. 2001

GARNELO, L.; LANGDON, J. A Antropologia e a Reformulação das Práticas Sanitárias na Atenção Básica à Saúde. In: MINAYO, M. C. S; COIMBRA JR., C. E.A. (Orgs.). **Críticas e Atuantes: Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz. p. 136-156. 2005.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIACCARIA, B. e HEIDE, A. Xavante: **Povo Autêntico**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco. 1972.

GIORDANI, R. C. F. e AUZANI, S. C. da S. Inter-relações entre

espaço físico, modo de vida mbyá-guarani e alimentação na perspectiva da segurança alimentar: reflexões sobre a área indígena Araça-í em Piraquara/PR. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 129-165, jan./jun. 2008.

GIORDANI, R. C. F., GIL, L. P. e AUZANI, S. C. S. Políticas públicas em contextos escolares indígenas: repensando a alimentação escolar. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 25-51, jul./dez. 2010.

GUGELMIN, S. A. Nutrição e alocação de tempo dos Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso: **um estudo em ecologia humana e mudanças**. Dissertação (Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 1995.

GUGELMIN, S. A. **Antropometria nutricional e ecologia humana dos Xavante de Sangradouro Volta Grande, Mato Grosso**. 2001. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde). Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2001.

GUGELMIN, S. A. e SANTOS, R.V. Ecologia humana e antropometria nutricional de adultos Xavante, Mato Grosso, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 313-322, 2001.

GUGELMIN, S. A., SANTOS, R. V. e LEITE, M. S. Crescimento físico de crianças indígenas Xavante de 5 a 10 anos de idade em Mato Grosso. **Jornal de Pediatria**, v. 77, n. 1, p. 17-22, 2001.

GUGELMIN, S. A. e VERONA, L. D. P. O contexto de mudanças e as novas concepções alimentares em culturas tradicionais: o caso Xavante. In: **IX Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM): "Culturas, encontros e desigualdades"**. Resumo para o grupo de trabalho "Alimentação, cultura e sociedade: encontros e diferenças no mercosul". Curitiba: UFPR, Brasil, jun, 2011.

GUGELMIN, S. A. Ações de alimentação e nutrição para povos indígenas. Texto opinião n. 7. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Textos de opinião: **temas estratégicos para a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)**. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos

(ABRANDH), Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), Brasília: 2011. p. 16– 194.

HERNÁNDEZ, J.C. (Org.) **Alimentación y cultura: necesidades, gustos y costumbres.** Universitat de Barcelona Publicacions, Barcelona. 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: **primeiras considerações com base no quesito cor ou raça.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro. 2012

ISA. Instituto Socioambiental. No Brasil atual: **população indígena no Brasil.** Disponível <<http://piib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/introducao> > Acesso em 12 de Setembro de 2010. 2010.

ISA. Instituto Socialambiental. **De olho nas Terras Indígenas.** Disponível <<http://ti.socioambiental.org/#!/terras-indigenas/pesquisa/povo/316>> Acesso em Junho de 2012. 2012.

KLEINMAN, A. M. Patients and Healers in the Context of Culture: an exploration of the borderland between anthropology, medicine and psychiatry. University of California Press, 1980. p. 179-202.

LACERDA, I. P. O Povo Xavante e os impactos do Projeto Jaburu. In: MORAIS, L., BORGES, A. (Orgs) Novos paradigmas de produção e consumo: **experiências inovadoras.** São Paulo: Instituto Pólis, 2010.

LANGER, S. A transformação simbólica. In: **Filosofia em Nova Chave.** São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 37-61.

LANGDON, E. J. Breve Histórico da Antropologia de Saúde. In: A Negociação do Oculto: **Xamanismo, Família e Medicina entre os Siona no Contexto Pluri-Étnico.** Trabalho apresentado para o Concurso de Professor Titular na UFSC. Florianópolis, 1994.

LANGDON, E. J. Representações de Doenças e Itinerário

Terapêutico dos Siona da Amazônia Colombiana. In: SANTOS, R.V., COIMBRA JR., C. E. A. (Orgs). **Saúde & Povos Indígenas**, Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 115-142. 1994.

LANGDON, E. J. A nova política de Saúde Indígena no Brasil: Preocupações antropológicas sobre o conceito de “Atenção diferenciada”. **XXIII Convegno Internazionale di Americanistica**. Perugia 4, 5, 6, mag. 2001a.

LANGDON, E. J. A Doença como experiência: o papel da narrativa na construção sociocultural da doença. **Etnográfica**, v. 5, n. 2. 2001b.

LANGDON, E. J. Diversidade Cultural e os Desafios da Política Brasileira de Saúde do Índio. Editorial. **Saúde Soc.** São Paulo, v.16, n 2, p.7-12, 2007.

LANGDON, E. J. e DIEHL, E. Participação e Autonomia nos Espaços Interculturais de Saúde Indígena: reflexões a partir do sul do Brasil. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.16, n. 2, p.19-36, 2007.

LANGDON, E. J. e WIJK, F. B. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v. 18, n.3, p. 173-181. 2010.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil : I. período de 1940 a 1964. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.1, n.2, p.87-138. 1988.

L'ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: II a partir dos anos setentas. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.2, n.1, p. 7-54. 1989.

LEÃO, M.M., CASTRO, I.R.R. Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. In: KAC, G., SICHIERI, R., GIGANTE, D. P. (orgs.) **Epidemiologia Nutricional**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Atheneu. p. 519-41. 2007

LEITE, M. S. **Avaliação do Estado Nutricional da População Xavante de São José, Terra Indígena Sangradouro – Volta Grande**,

Mato Grosso. 1998. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 1998.

LEITE, M. S.; GUGELMIN, S.A.; SANTOS, R.V e COIMBRA JR., C.E.A. Perfis de saúde indígena, tendências nacionais e contextos locais: reflexões a partir do caso Xavante, Mato Grosso. In: COIMBRA JR. C.E.A, SANTOS R.V., ESCOBAR A.L. (Orgs.). **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

LEITE, M. S. **Iri' karawa, iri' wari': um estudo sobre práticas alimentares e nutrição entre os índios Wari' (Pakaanova) do sudoeste amazônico.** Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2004.

LEITE, M. S.; SANTOS, R. V.; GUGELMIN, S. A.; COIMBRA JR., C. E. A. Crescimento físico e perfil nutricional da população indígena Xavante de Sangradouro-Volta Grande-Mato Grosso, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 265-276, fev. 2006.

LEITE, M. S. **Transformação e Persistência: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

LEITE, M. S.; SANTOS, R. V.; COIMBRA JR., C. E. A.; GUGELMIN, S. A. Alimentação e Nutrição dos Povos Indígenas no Brasil. In: KAC, G.; SICHIERI, R.; GIGANTE, D.P. (Org.) **Epidemiologia Nutricional**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Atheneu, 2007.

LEITE, M. S. Especificidades socioculturais e políticas públicas em alimentação e nutrição. 2010. **XXI Congresso Brasileiro de Nutrição – CONBRAN.** (Apresentação de Trabalho). 2010.

LEITE, M. S. Nutrição e alimentação em saúde indígena: notas sobre a importância e a situação atual. In: GARNELO, L. e PONTES, A. L. (Orgs.). **Saúde indígena: uma introdução ao tema.** Brasília: MEC-SECADI, 2012. 156 – 183 p. (Coleção Educação para todos. Série via dos saberes n. 5).

LICIO, J. S. A. **Estado nutricional de crianças indígenas no Brasil: uma revisão sistemática da literatura científica**. 2009. Dissertação de mestrado (Ciências, na área de Saúde Pública). Escola de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2009.

LOPES DA SILVA, A. **Nomes e amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê**. São Paulo: FFLCH/ USP, 1986.

LOPES DA SILVA, A. Dois séculos e meio de história Xavante. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2ªed. 1998. p. 357-378.

MACIEL, M. E. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v.7, n.16, p. 145-156, dez. 2001.

MALUF, R. S., MENEZES, F. e VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, UNICAMP. São Paulo: 1996.

MALUF, S.; TORNQUIST, C.S (orgs.). **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

MALUF, S. Gênero, saúde e aflição: Políticas Públicas, ativismo e experiências sociais In: MALUF, S.; TORNQUIST, C.S (org.). **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

MAYBURY-LEWIS, D. **A sociedade Xavante**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

MAYBURY-LEWIS, D. **O selvagem e o inocente**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MENÉNDEZ, E. Modelos de atención de los padecimientos: de exclusiones teóricas y articulaciones prácticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro. v. 8 n. 1, p.185-208. 2003.

MIELNICZUK, V. B. O. **Gosto ou Necessidade? Os significados da Alimentação Escolar no Município do Rio de Janeiro**. 2005. Dissertação, Mestrado (Desenvolvimento, Agricultura - Sociedade, Ciências Humanas e Sociais). Rio de Janeiro: UFRJ. 2005.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n.47, p. 31-41. 2001.

MONTANARI, M. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

OLIVEIRA, P. H. A. **Comida forte e comida fraca: Alimentação e Fabricação dos corpos entre os Kaingáng da Terra Indígena Xapecó** (Santa Catarina, Brasil). Dissertação de mestrado (Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Santa Catarina. 2009.

PAGLIARO, H; A revolução demográfica dos povos indígenas no Brasil: a experiência dos Kayabí do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil, 1970-2007. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 579-590, mar. 2010.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. e SANTOS, R.V. **Demografia dos Povos Indígenas no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ ABEP, 2005.

PAIVA, B. J. e SANTOS, L. A. S. Respeito aos hábitos e tradições alimentares no Brasil: reflexões sobre alcances, limites e possibilidades na dimensão da alimentação e da comensalidade. In: **VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM): “Diversidad y poder em América Latina”**. Resumo para o grupo de trabalho “Prática alimentarias e intervenciones antropológicas”. UNSAM- Buenos Aires - Argentina, sep/oct, 2009.

PAIVA, J. B. **Hábitos alimentares regionais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município do sertão baiano: uma abordagem qualitativa**. Dissertação de mestrado (Alimentos, Nutrição e Cultura). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Bahia. 2011.

PAIVA, J. B., FREITAS, M. C. S., SANTOS, L. A. S. Hábitos alimentares regionais no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo qualitativo em um município do sertão da Bahia, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 2, abr. 2012.

PIPITONE, M. A. P. et al. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 2, jun. 2003.

REBRAE. Rede Brasileira de Alimentação Escolar. **Alimentação Escolar**. Disponível em <<http://www.rebrae.com.br/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2011.

RECINE, E. e VASCONCELLOS, A. B. Políticas nacionais e o campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva: cenário atual. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p.73-79, jan. 2011.

REZENDE, G. C. **A relação entre indígenas e não-indígenas em escolas urbanas: um estudo de caso na cidade de Campinápolis-MT**. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá. 2003.

RIBAS, D. L. B. e PHILIPPI, S. T. Aspectos alimentares e nutricionais de mães e crianças indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul. In: COIMBRA JR, C.E.A., SANTOS, R.V., ESCOBAR, A.L. (Orgs). **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Abrasco, 2003.

ROSALDO, R. Cultura y verdad: **La reconstrucción del análisis social**. Ediciones Abya-Yala. Ecuador. 2000.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de

Janeiro, v. 17, n. 2, p. 453-462. 2012.

SANTOS, L.M.P, SANTOS, S. M. C., SANTANA, L. A. A., HENRIQUE, F. C. S., MAZZA, R. P. D., SANTOS, L. A. S. e SANTOS, L. S. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2681-2693. 2007.

SANTOS, R.V. Crescimentos físico e estado nutricional de populações indígenas brasileiras. **Cadernos de Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 46-57, 1993.

SANTOS, R.V. Contato, mudanças sócio econômicas e a Bioantropologia dos Tupi - Mondé da Amazônia Brasileira. In: SANTOS, R.V., COIMBRA JR., C. E. A. (Orgs). **Saúde & Povos Indígenas**, Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 189- 211. 1994.

SANTOS, R.V. e COIMBRA JR., C. E. A. (Orgs). **Saúde & Povos Indígenas**, Rio de Janeiro: Fiocruz. 1994.

SANTOS, R.V. Nutrição e povos Indígenas In: VERDUM, R. (Org.). **Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil (II)**. Contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar sustentáveis. Inesc-peti/Mn – Anai/BA - Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. p. 22-25, 1995.

SANTOS, R.V., COIMBRA JR., C.E.A. Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil. In: SANTOS, R. V., COIMBRA JR, C.E.A., (Orgs). **Saúde & Povos Indígenas**, Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 115-142. 1994.

SARTI, C. A. Saúde e Sofrimento. In: MARTINS, C. B., DUARTE, L. F. D. (Coord.) Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: **Antropologia**. São Paulo, ANPCS. 2010.

SECCHI, D. Escolas indígenas em Mato Grosso: como são e para onde vão? **Revista da Universidade Federal de Mato Grosso**, v. 4, n.12. 1999.

SIASI. Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena. Ministério da Saúde. **Relatório por distrito de população indígena total, cadastradas no SIASI**. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=40848> Acesso em 16 agosto de 2012.

SILVA, T. F. Novas terras, novos céus: a educação escolar entre os Xavante de Sangradouro (1970 -1980). **Rev. Educação Pública**, Cuiabá, v. 6 n.12 jul./dez. 1998.

SILVA, R.J.N. **Seis décadas de contato: transformações na subsistência Xavante**. Dissertação de mestrado (Ecologia aplicada). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2008.

SILVA, R. J. N.; GARAVELLO, M. E. P. E. Estratégias de subsistência: o caso dos índios Xavantes. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 32-48, 2009.

SOARES, P. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos na alimentação escolar em um município de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Nutrição). Programa de Pós-Graduação em Nutrição. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SOUZA, M. S., ARAUJO, A. J. G. e FERREIRA, L.F. Saúde e doença em grupos indígenas pré-históricos do Brasil: paleopatologia e paleoparasitologia. In: **Saúde & Povos Indígenas**, SANTOS, R.V. & COIMBRA JR., C.E.A, (orgs). Rio de Janeiro: Fiocruz; p 21-42.1994.

SOUZA, L. G. **Demografia e saúde dos índios Xavante do Brasil Central**. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, L. G.; SANTOS, R. V. Componente demográfico do sistema de informação da atenção à saúde indígena, Xavante, Mato Grosso, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 523-529, set./dez. 2009.

SOUZA, L. G. Perfil demográfico da população indígena Xavante de Sangradouro – Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997), Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n .2, p. 355-365. mar./abr. 2001.

STEFANINI, M. L. R. **Merenda Escolar: História, Evolução e Contribuição no Atendimento das Necessidades Nutricionais da Criança**. Tese (Doutorado). Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

TEIXEIRA, C. C. Fundação Nacional de Saúde: A política brasileira de saúde indígena vista através de um museu. **Etnográfica**, v.12, n. 2, p.323-351, nov. 2008.

TOMAZELLO, M. G. C. e CANAVARROS, E. T. Os missionários salesianos e a educação escolar indígena em Mato Grosso: um século de história. **Rev. Educação Pública**, Cuiabá, v. 18, n. 36, p. 181-197, jan./abr. 2009.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 19, n. 4, dez. 2010.

TRUJILLO BANIWA, T. Saúde e alimentação em áreas rurais e urbanas: um testemunho indígena. In: GARNELO, L. e PONTES, A. L. (Orgs.). Saúde indígena: **uma introdução ao tema**. MEC-SECADI, Brasília, 2012. 184 – 205 p. (Coleção Educação para todos. Série via dos saberes n. 5).

VALENTE, F., BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; CARVALHO, M.F. Módulo do Curso: “**Formação em Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**”. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Brasília, 2007.

VASCONCELOS F.A.G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.18, n. 4, p. 439-457, jul/ago. 2005.

VERONA, L. D. P. **Comida a'uwẽ, comida waradzu e ressignificação: o sistema alimentar dos Xavãnte da aldeia de Nossa Senhora de Guadalupe, Mato Grosso.** Dissertação Mestrado (Programa de pós-graduação em Alimentação e Saúde Instituto de Nutrição) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Rio de Janeiro. 2009.

VERONA, L. D. P.; SOUZA, L. G. e GUGELMIN, S. A. C, Comida, relações sociais e transformações na vida Xavãnte. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais - Diversidades e (Des)igualdades.** Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, ago. 2011.

VERDUM, R. Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil (II). **Contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar sustentáveis.** INESC, PETI, ANAÍ/BA, Brasília. 1995.

VIANNA, R. P. T., TERESO, M. J. A. O programa de merenda escolar de Campinas: análise do alcance e limitações do abastecimento regional. **Revista de Nutrição,** Campinas, v. 13, n. 1, abr. 2000.

VIEIRA FILHO J. P. B., OLIVEIRA, A.S.B., SILVA, M.R.D., AMARAL, A.L. e SCHULTZ, R.R. Polineuropatia nutricional entre índios Xavante. **Revista da Associação Médica do Brasil,** v. 43, n.1, p. 82-88.1997.

WEISS, M. C. Contato Interétnico, perfil saúde doença e modelos de intervenção em saúde indígena: o caso Enawenê-nawe, Mato Grosso. In: COIMBRA JR., C. E. A. (Org.). **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz. 2003.

8 APÊNDICE

8.1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Profissionais que atuam na gestão/coordenação da merenda/alimentação escolar indígena da Terra Indígena Parabubure/ município de Campinápolis-Mato Grosso.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Profissionais que atuam na gestão/coordenação da merenda/alimentação escolar indígena da Terra Indígena Parabubure/ município de Campinápolis-MT

Eu sou Renata da Cruz Gonçalves, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina, e convido você para participar da pesquisa sobre “A Diversidade Sociocultural no Contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma Etnografia da Alimentação Escolar entre os Xavante de Parabubure, Mato Grosso”, que tem o objetivo geral de analisar os sentidos que a alimentação escolar assume para os executores, os gestores e para os membros de comunidades Xavante da terra indígena Parabubure. De maneira específica, pretendemos conhecer a organização da alimentação escolar indígena e também examinar a proposta oficial de respeito à diversidade cultural no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Nessa parte da pesquisa, que você está sendo convidado a participar, serão feitas visitas à Secretaria de Educação para acompanhar a rotina de trabalho envolvida com alimentação escolar indígena. Nessas visitas, eu procurarei conversar sobre as atividades de rotina, sobre o que você acha do seu trabalho, sobre os aspectos positivos e as dificuldades encontradas para o atendimento das escolas indígenas, a sua visão geral desse contexto e outras ideias que você achar importante sobre o tema. Essas conversas acontecerão sempre que você achar conveniente e se você permitir poderá ser usado o gravador. O gravador só será utilizado se houver a sua permissão. Quero deixar claro que esses procedimentos não oferecem riscos e danos físicos, no entanto, mesmo com os cuidados por parte do pesquisador existe possibilidade de danos de ordem psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual.

Qualquer dúvida que você tiver pode ligar para o meu celular

(48) 99851332 ou mandar email para rcruzgoncalves@gmail.com. Meu endereço é Rodovia Amaro Antonio Vieira, 2008, Bloco 4, apartamento 304 – Florianópolis, SC. Você também pode entrar em contato com meu orientado o Professor Maurício Soares Leite pelo email mauriciosleite@gmail.com. Você pode pedir para se retirar da pesquisa a qualquer momento. Se você estiver de acordo em participar, afirmo que não haverá qualquer despesa financeira para você. Garanto também que sua privacidade será mantida e que seu nome não será divulgado. Os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sendo que os dados coletados serão utilizados para a redação de artigos e de outros materiais de divulgação, como livros, relatórios, pôster, etc. As comunidades receberão uma cópia de todo o material produzido. Após a leitura desse Termo, gostaria de saber se você aceita participar da pesquisa. Se você aceitar, solicito que assine o Consentimento abaixo.

PARECERES QUANTO AOS ASPECTOS ÉTICOS:

A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, órgão que defende a integridade, a dignidade e os interesses dos participantes da pesquisa, bem como contribui para o desenvolvimento da pesquisa nos padrões éticos.

-CEPSH/UFSC, processo 2248/2011.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____,

declaro que fui informado sobre todos os detalhes da pesquisa e que recebi, de forma clara e objetiva, todas as explicações sobre o projeto. Entendi que as informações fornecidas serão mantidas em sigilo, garantindo a minha privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Também fui informado de que não há qualquer despesa para mim. Declaro que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento

Local: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

8.2 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Profissionais que atuam na execução do PNAE no interior da Terra Indígena Parabubure, Mato Grosso.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Profissionais que atuam na execução do PNAE no interior da Terra Indígena Parabubure, Mato Grosso.

Eu sou Renata da Cruz Gonçalves, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina, e convido você para participar da pesquisa sobre “A Diversidade Sociocultural no Contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma Etnografia da Alimentação Escolar entre os Xavante de Parabubure, Mato Grosso”, que tem o objetivo geral de analisar os sentidos que a alimentação escolar assume para os executores, os gestores e para os membros de comunidades Xavante da Terra Indígena Parabubure. De maneira específica, pretendemos conhecer a organização da alimentação escolar indígena e também examinar a proposta oficial de respeito à diversidade cultural no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Você está sendo convidado a participar dessa pesquisa. Serão feitas visitas à escolar para acompanhar a rotina de trabalho relacionada a alimentação escolar. Nessas visitas, eu procurarei conversar sobre suas atividades, sobre o que você acha do seu trabalho, sobre os aspectos positivos e as dificuldades encontradas na alimentação escolar e a sua visão geral desse tema. Essas conversas acontecerão sempre que você achar conveniente e se você permitir poderá ser usado o gravador. O gravador só será utilizado se houver a sua permissão. Quero deixar claro que esses procedimentos não oferecem riscos e danos físicos, no entanto, mesmo com os cuidados por parte do pesquisador existe possibilidade de danos de ordem psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual.

Qualquer dúvida que você tiver pode ligar para o meu celular (48) 99851332 ou mandar email para rcruzgoncalves@gmail.com. Meu endereço é Rodovia Amaro Antonio Vieira, 2008, Bloco 4, apartamento 304 – Florianópolis, SC. Você também pode entrar em contato com meu orientado o Professor Maurício Soares Leite pelo email mauriciosleite@gmail.com. Você pode pedir para se retirar da pesquisa a qualquer momento Você pode pedir para se retirar da pesquisa a qualquer momento. Se você estiver de acordo em participar, afirmo que não haverá qualquer

despesa financeira para você. Garanto também que sua privacidade será mantida e que seu nome não será divulgado. Os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sendo que os dados coletados serão utilizados para a redação de artigos e de outros materiais de divulgação, como livros, relatórios, pôster, etc. As comunidades receberão uma cópia de todo o material produzido. Após a leitura desse Termo, gostaria de saber se você aceita participar da pesquisa. Se você aceitar, solicito que assine o Consentimento abaixo.

PARECERES QUANTO AOS ASPECTOS ÉTICOS:

A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, órgão que defende a integridade, a dignidade e os interesses dos participantes da pesquisa, bem como contribui para o desenvolvimento da pesquisa nos padrões éticos.

-CEPSH/UFSC, processo 2248/2011.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____,

declaro que fui informado sobre todos os detalhes da pesquisa e que recebi, de forma clara e objetiva, todas as explicações sobre o projeto. Entendi que as informações fornecidas serão mantidas em sigilo, garantindo a minha privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Também fui informado de que não há qualquer despesa para mim. Declaro que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento

Local: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

8.3 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Pais/ mães/responsáveis de alunos e outros membros da aldeia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pais/mães/responsáveis de alunos e outros membros da aldeia.

Eu sou Renata da Cruz Gonçalves, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina, e convido você para participar da pesquisa sobre “A Diversidade Socio-cultural no Contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma Etnografia da Alimentação Escolar entre os Xavánte de Parabubure, Mato Grosso”, que tem o objetivo geral de analisar o que os pais, as mães, responsáveis de alunos e ou outros membros da aldeia pensam sobre a alimentação escolar. Também pretendemos analisar o que os gestores e os executores pensam sobre esse assunto. De maneira específica, pretendemos conhecer a organização da alimentação escolar indígena e também examinar a proposta oficial de respeito à diversidade cultural no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Você está sendo convidado a participar dessa pesquisa. Serão feitas visitas à escola para acompanhar a rotina da alimentação escolar. Farei visita as suas casas para conversar sobre alimentação escolar e assuntos relacionados a esse tema. Essas conversas acontecerão sempre que você achar conveniente e se você permitir poderá ser usado o gravador. O gravador só será utilizado se houver a sua permissão. Quero deixar claro que esses procedimentos não oferecem riscos e danos físicos, no entanto, mesmo com os cuidados por parte do pesquisador existe possibilidade de danos de ordem psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual.

Qualquer dúvida que você tiver pode ligar para o meu celular (48) 99851332 ou mandar email para rcruzgoncalves@gmail.com. Meu endereço é Rodovia Amaro Antonio Vieira, 2008, Bloco 4, apartamento 304 – Florianópolis, SC. Você também pode entrar em contato com meu orientado o Professor Maurício Soares Leite pelo email mauriciosleite@gmail.com. Você pode pedir para se retirar da pesquisa a qualquer momento.

Se você estiver de acordo em participar, afirmo que não haverá qualquer despesa financeira para você. Garanto também que sua privacidade será mantida e que seu nome não será divulgado. Os resultados da

pesquisa serão tornados públicos, sendo que os dados coletados serão utilizados para a redação de artigos e de outros materiais de divulgação, como livros, relatórios, pôster, etc. As comunidades receberão uma cópia de todo o material produzido. Após a leitura desse Termo, gostaria de saber se você aceita participar da pesquisa. Se você aceitar, solicito que assine o Consentimento abaixo.

PARECERES QUANTO AOS ASPECTOS ÉTICOS:

A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, órgão que defende a integridade, a dignidade e os interesses dos participantes da pesquisa, bem como contribui para o desenvolvimento da pesquisa nos padrões éticos.

-CEPSH/UFSC, processo 2248/2011.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, declaro que fui informado sobre todos os detalhes da pesquisa e que recebi, de forma clara e objetiva, todas as explicações sobre o projeto. Entendi que as informações fornecidas serão mantidas em sigilo, garantindo a minha privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Também fui informado de que não há qualquer despesa para mim. Declaro que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento

Local: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

8.4 Nota de imprensa

A diversidade sociocultural da população brasileira vem sendo progressivamente reconhecida pelo Estado e incorporada como diretriz no âmbito das políticas públicas. No campo da alimentação e nutrição, a proposta ganha força por meio da adoção da perspectiva de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para o alcance de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a qual incluiu o respeito à diversidade cultural como princípio nos anos 1990. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) está entre os programas que vem atuando no âmbito das políticas públicas deste campo no Brasil e que tem hoje a proposta de respeito à diversidade sociocultural entre suas diretrizes. No ano de 2003, o programa propõe atenção especial a grupos étnico-raciais, publicando especificamente uma resolução direcionada ao atendimento às escolas indígenas. No entanto, pesquisas recentes vem descrevendo a efetividade da diretriz do respeito à diversidade sociocultural como um desafio para gestores e executores, tanto em contextos indígenas como não indígenas.

Sob uma perspectiva antropológica, ainda pouco explorada nos textos das políticas públicas, falar em respeito à especificidade cultural é falar no reconhecimento das distintas construções culturais entre os diversos povos, é reconhecer o conjunto de ações nativas como sistemas coerentes e legítimos. Assim, a alimentação não está dissociada do sistema cultural particular de cada sociedade, integrando um complexo sistema simbólico dinâmico constituído por variadas dimensões da vida cotidiana e experienciado em contextos sociais específicos. Quando, por meio da Resolução/FNDE nº45 de 2003, o PNAE considera “a necessidade de se oferecer alimentação saudável e adequada, respeitando-se os hábitos alimentares e culturais particulares de cada etnia”, o programa se compromete a atender de forma diferenciada às especificidades de 305 etnias oficialmente reconhecidas no Brasil segundo o último censo do IBGE. São formas de organização política e social, cosmologias, formas de subsistências, línguas e demais características que os difere entre si e em relação a sociedade envolvente.

Considerando o alcance do PNAE a 84% das comunidades indígenas aldeadas por todo o país - segundo o I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, de 2009 - e entendendo que representa uma oportunidade singular para o exame da proposta de respeito à pluralidade sociocultural da população no âmbito das políticas públicas de alimentação e nutrição, a pesquisa desenvolvida pela

mestranda Renata da Cruz Gonçalves, sob a orientação do professor Maurício Soares Leite, buscou conhecer a proposta oficial de respeito à diversidade cultural do PNAE e analisar, por meio do exercício etnográfico, em qual medida essa diretriz se efetivava no contexto de uma escola municipal Xavánte, em Parabubure, Mato Grosso.

A pesquisa de cunho qualitativo e abordagem etnográfica contou com a permanência da pesquisadora na aldeia São Pedro, Terra Indígena Parabubure, entre os meses de maio e junho de 2012, utilizando-se da observação participante como técnica principal, enfocando questões envolvidas com a dinâmica da alimentação na Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição. A permanência contínua e a participação em várias atividades na aldeia foi fundamental para a consecução dos objetivos, otimizou a aproximação da pesquisadora com as pessoas e favoreceu a relação dialógica pretendida tanto com os Xavánte como com os não-indígenas envolvidos.

Por meio do exame dos textos oficiais, observou-se que a proposta de respeito à diversidade - sob a perspectiva de Direito Humano à Alimentação Adequada - vem permeando as normativas do PNAE, o qual avança ao reconhecer a necessidade de respeito às particularidades de cada etnia. No entanto, o caráter superficial dos documentos não instrumentaliza os profissionais envolvidos com o programa para operar a proposta. O caso Xavánte mostrou que há um distanciamento entre a Lei e a realidade local.

De fato, o atendimento das particularidades culturais dos Xavánte não se apresentava como uma questão para os interlocutores não indígenas, fosse em suas falas, fosse em suas práticas no ambiente escolar ou nos momentos de interação com os Xavánte que pude presenciar. As práticas sociais nativas valorizadas pelos Xavánte, como a reciprocidade e a partilha de bens, era levada e permanecia no espaço escolar configurando na partilha dos alimentos com demais membros não escolarizados da comunidade. No entanto, a prática era vista negativamente pelos gestores e executores não indígenas que, por sua vez, buscavam alternativas de controle dessa prática, ou por meio da criação de estoque chaveado administrado por não indígenas ou por meio de orientações verbais. A escolha dos itens alimentares destinados às escolas indígenas do município, realizada pela gestão, não era planejada sob a perspectiva da atenção diferenciada. Os itens eram exatamente iguais aos destinados às escolas não indígenas, sendo que os indígenas eram ainda desfavorecidos por receberem uma quantidade menor e menos variada de alimentos. Outro fato abordado quando o assunto era aceitação da alimentação escolar, foi o envio de proteína texturizada de soja (PTS) em determinado período

anterior a pesquisa de campo. A PTS havia sido bastante rejeitada pelos indígenas de Parabubure, que manifestaram sua insatisfação com o produto, mas continuaram recebendo os pacotes de PTS por um tempo, o que causou forte indignação entre os Xavánte. Para um representante Xavánte “Soja tem proteína, mas não é de costume, não é comida aceitável”, ou seja, se no olhar dos gestores a soja poderia substituir a carne que não era enviada para às aldeias, por exemplo, para os Xavánte isso era incabível, representando assim um exemplo de inadequação da alimentação escolar.

Por vezes, a impressão era de que os esforços não se voltavam para a adequação da alimentação escolar às especificidades culturais da população, mas sim, para adequação das especificidades culturais de cada povo ao conjunto de princípios nutricionais hegemonicamente valorizados pelos documentos oficiais.

Desse modo, além dos sérios problemas estruturais, operacionais e administrativos enfrentados pela gestão municipal, os quais refletiam em limitações no planejamento e execução do atendimento às escolas indígenas, o pouco diálogo e articulação com a comunidade dificultavam enormemente a criação de alternativas para o alcance das diretrizes do PNAE e o atendimento das demandas da população.


Essas e outras situações vivenciadas durante a pesquisa de campo permitiram concluir que a efetividade da diretriz do respeito estava longe de ser alcançada, configurando-se ainda em grande desafio para gestores e executores. A desconstrução das práticas nativas era ancorada por uma postura etnocêntrica que norteava a visão e as colocações dos não indígenas sobre os Xavánte. Portanto, concluiu-se que com o respeito às especificidades culturais na alimentação escolar estão envolvidas maneiras de comer e interagir no espaço escolar, seja em um contexto indígena ou nos demais contextos locais, transcendendo assim o foco restrito nos itens alimentares.

Trata-se de reconhecer as demandas e conhecimentos locais, enquanto processos legítimos, dinâmicos e particulares de cada contexto. É possível dizer que a efetividade das diretrizes do PNAE não pode ser tratada como elemento fixo, por isso, as estratégias devem ser periodicamente repensadas enquanto processos dinâmicos. É indispensável o fortalecimento da participação de setores da sociedades civil em espaços que debatam regional e localmente o tema, possibilitando que sejam repensadas de forma participativa ações de ordem teórica e prática, fomentadas em nível central e que se aproximem efetivamente dos níveis locais, favorecendo ainda mais a relação de diálogo.

A dissertação intitulada “A diversidade sociocultural no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma etnografia da alimentação escolar indígena entre os Xavante de Parabubure, Mato Grosso”, foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Nutrição da UFSC, recebeu apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de bolsa de estudos, e do Instituto Nacional de Pesquisa Brasil Plural (IBP), por meio de recursos para a pesquisa de campo. A pesquisa de campo teve início somente após a obtenção de anuência assinada pela liderança da comunidade e a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH-UFSC, parecer n. 2248), pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP, parecer n. 176/2012) e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (parecer n. 22720/2012).

ANEXOS

Anexo A - Certificado do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CERTIFICADO Nº 2248

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, instituído pela PORTARIA N.º 0584-GR/99 de 04 de novembro de 1999, com base nas normas de constituição e funcionamento do CEPSH, considerando o contido no Regimento Interno do CEPSH, CERTIFICA que os procedimentos que envolvem seres humanos no projeto de pesquisa abaixo especificado estão de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP.

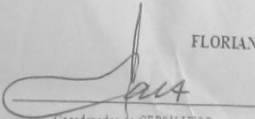
APROVADO

PROCESSO: 2248 FR: 465633

TÍTULO: A diversidade socio-cultural no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma etnografia da alimentação escolar entre os Xavantes do Paruburuc, Mato Grosso

AUTOR: Maurício Soares Leite, Renata da Cruz Gonçalves

FLORIANÓPOLIS, 13 de Dezembro de 2011


Coordenador do CEPSH UFSC
Prof. Washington Portela de Souza
Coordenador do CEP/PPG/UFSC

Anexo B - Autorização para ingresso em Terra Indígena –
Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO AUTORIZAÇÃO PARA INGRESSO EM TERRA INDÍGENA		 Nº 25AAEP/2012
IDENTIFICAÇÃO		
Nome: Renata da Cruz Gonçalves		Processo: nº 22720/12
Nacionalidade: Brasileira	Identidade: RG nº 6149195-3 SSP MS	
Instituição/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina		
Patrocinador:		
OBJETIVO DO INGRESSO		
Desenvolver o projeto de mestrado intitulado "A diversidade sociocultural no contexto do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma etnografia da alimentação escolar entre os Xavante de Parabure, Mato Grosso", sob orientação do Prof. Maurício Soares Leite.		
EQUIPE DE TRABALHO		
Nome	Nacionalidade	Documento
.....		
LOCALIZAÇÃO		
Terra Indígena: Parabure	Etnia: Xavante	
Coordenação Regional: Barra do Garças	CTL: Barra do Garças	
VIGÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO		
Início: 16 de abril de 2012	Término: 16 de abril de 2013	
OBSERVAÇÕES		
Esta autorização não inclui cessão de uso de imagem e som de voz dos índios, nem de acesso ao conhecimento tradicional associado a biodiversidade.		
*Remeter a Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas - AAEP, Presidência/Funai, duas cópias da monografia, relatórios, artigos, livros, gravações, imagens e outras produções oriundas do trabalho realizado.		
Autorizo.		
Brasília, 16 de abril de 2012.  Marco Augusto Freitas de Mota		

Anexo C – Termo de referência – produtos da licitação/
gêneros alimentícios para alimentação escolar/ Prefeitura Municipal de
Campinópolis 2012



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÓPOLIS

CNPJ 00.965.152/0001-29

Página 16 de 45

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - PRODUTOS DA LICITAÇÃO

Fonte de Recursos: Secretaria Municipal de Educação e PNAE

LOTE 1 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS FORMULADOS						
Código	Produto	Especificação Técnica	Qtde.	Und.	Preço Unit.	Preço Total
057463	Achocolatado 24x400g	Instantâneo, tradicional, a base de açúcar, cacau em pó e maltodextrina. Embalagem primária em lata, pote ou plástico em polietileno. Se embalado em lata, esta não deve apresentar vestígios de ferrugem, amassadura ou abaulamento. De 400g a 1Kg.	130	Cx		
000002	Achocolatado diet 24x 400g	Maltodextrina, cacau lecitinado, leite desnatado em pó, soro de leite, edulcorante artificial, ciclamato de sódio, aspartame, acesulfame-k e sacarina sódica, aromatizante e antiemectante, dióxido de silício. Embalagem primária em lata, pote ou plástico em polietileno. Se embalado em lata, esta não deve apresentar vestígios de ferrugem, amassadura ou abaulamento. De 400g a 1Kg.	5	Cx		
057574	Adoçante 1x 12 x 100ml	Água, sorbitol, edulcorantes artificiais: sacarina sódica e ciclamato de sódio e conservadores: Ácido benzóico, metilparbeno, sem gluten.	1	Cx		
000003	Açúcar Cristal 15 x 2	sacarose obtida a partir do caldo de cana-de-açúcar. Cristal, branco, granuloso fino a médio, isenta de matéria terrosa, livre de umidades e fragmentos estranhos. Acondicionada em embalagem de polietileno, transparente original do fabricante. De 2Kg.	310	Fd		
000004	Alho 10 x 1	Branco ou roxo, sem réstia, bulbo inteiro. Caixa íntegra.	45	Cx		
057464	Alimento em soja fluido 12 x 1000 ml	Leite de soja 0% de lactose e colesterol, com fonte de proteína e vitaminas A, B6, B12, C, D, E e ácido fólico. bebida láctea, sabor soja, apresentação embalagem tetrapack.	255	Cx		
000006	Amido de milho 20 x 1000g	Amido, material milho, aplicação excipiente de medicamentos, tipo tradicional, características adicionais pó branco, fino, inodoro, insípido.	04	Cx		
000007	Arroz 30 x 1	Subgrupo polido, classe longo fino, agulha, tipo 1, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade, com grãos inteiros. Acondicionado em embalagem de polietileno, transparente, original de fábrica. De 5 Kg.	500	Fd		



057486	Biscoito Cream Cracker 20 x 400g	Obtido da mistura de farinha, amido, e ou fécula com outros ingredientes, submetidos a processos de amassamento e cocção, fermentados ou não. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas são e limpo, isentas de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem apresentar quebradiço. Não aceitamos a marca Dallas	400	Cx		
000009	Biscoito Cream Cracker Integral 20 x 400g	Obtido da mistura da farinha de trigo integral, fibra de trigo, óleo vegetal, sal marinho, fermento biológico. Submetidos a processos de amassamento e cocção, fermentados ou não. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas são e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem apresentar quebradiço. Não aceitamos a marca Dallas	100	CX		
000010	Biscoito doce tipo maisena, leite, Maria ou rosquinha 20 X 400g	Obtido da mistura de farinha, amido, e ou fécula com outros ingredientes, submetidos a processos de amassamento e cocção, fermentados ou não. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas são e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem apresentar quebradiço. Não aceitamos a marca Dallas	400	Cx		
057579	Café Moido 20/250g	Pó para café torrado e triturado, em embalagem aluminizada.	800 kg	Kg		
057575	Cebola 20 X 1Kg	Roxa ou branca embalada em saco de 20 kg	30	Sc		
000013	Coco ralado 100g	produto obtido do fruto do coqueiro (Cocos nucifera), por processo tecnológico adequado e separado parcialmente da emulsão óleo/água (leite de coco) por processos mecânicos. Embalagem primária aluminizada.	60	Kg		
000014	Colorau 50 x 40g	condimento, apresentação industrial, matéria-prima colorau, aspecto físico pó, tipo industrial, aplicação culinária em geral.	25	Cx		



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

CNPJ 00.965.152/0001-29

Página 18 de 45

000015	Creme de milho 24 x 500g	produto obtido pela moagem do grão de milho de 1ª qualidade, desgerminado ou não, devendo ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de terra e parasitos. Produto de aspecto fino, amarelo, livre de umidade. Com o rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção. O produto deve atender a Resolução nº 344 - 13/12/02 (fortificação de farinhas com ferro e ácido fólico). Embalagem de polietileno transparente original de fábrica.	50	Fd		
000016	Extrato de tomate 12 x 860 1ª linha	produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico, preparado com frutos maduros selecionados, sem pele, sem sementes e corantes artificiais, isento de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos. Embalagem em lata recravada e esterilizada.	70	Cx		
000017	Extrato de tomate 48 x 130g 1ª linha	produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico, preparado com frutos maduros selecionados, sem pele, sem sementes e corantes artificiais, isento de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos. Embalagem em lata recravada e esterilizada.	120	Cx		
057147	Farinha de mandioca 1kg	produto obtido dos processos de ralar e torrar a mandioca. Fina, seca, branca ou amarela, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos. Embalagem de polietileno.	1.600	Kg		
000019	Farinha de trigo especial 10 x 1 kg	farinha trigo, apresentação pó, prazo validade mínimo de 150, características adicionais ferro e ácido fólico tipo 1.	15	Fd		
000020	Feijão 30 x 1 kg	tipo 1, cariocinha, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade. Embalagem de polietileno transparente original de fábrica com 1Kg.	200	Fd		
000021	Fermento químico em pó 100g	Fermento, tipo químico, variedades regular, aplicação elaboração produtos panificação/massas, apresentação pó.	45	Un		
057578	Gelatina em pó 35g	Gelatina alimentícia, tipo dietético, sabor morango, características adicionais sem adição de açúcar, dextrose, glicose e sacarose.	210	Und	057578	Gelatina em pó 35g
057576	Leite em pó 10 x 1 1ª linha (24 x 400g)	Produto em pó obtido por desidratação do leite de vaca e apto para a alimentação humana, mediante processos tecnológicos adequados. Deve ter boa solubilidade. Embalagem em lata hermeticamente fechada ou em polietileno atóxico ou embalagem aluminizada.	370	Fd		



057466	Macarrão 24 x 0,5 kg Produto de 1ª Linha	Produto não fermentado obtido pelo amassamento mecânico de farinha de trigo comum e/ou sémola/semolina. Fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas e isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas. As massas ao serem postas na água não deverão turvã-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas[1ª linha]. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagem de polietileno.	350	Fd		
000026	Margarina 12 x 1 kg	Produto industrializado preparado pela hidratação de óleos vegetais, leite pasteurizado e outros produtos, batida até ficar homogênea. Enriquecidos de vitaminas, adicionada ou não de sal. Apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares e deverão estar isentos de ranços e bolores. Embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação.	100	Cx		
000027	Milho para canjica amarelo 24 x 500g 1ª linha	produto dos grãos ou pedaços dos grãos de milho proveniente da espécie (<i>Zea Mays, L.</i>) que apresentam ausência total ou parcial do gérmen, em função do processo de escarificação mecânica ou manual(degerminação). Os grãos podem ser de cor branca ou amarela, de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem de polietileno de baixa densidade.	320	Fd		
000029	Mistura para bolo 450g	Produto obtido da mistura de farináceos (como farinha de trigo, fubá, polvilho, araruta) com ovos, óleo vegetal, açúcar, leite pasteurizado ou suco de frutas, adicionado de fermento químico. Embalagem de 450g	180	Un		
000030	Óleo de soja 20 x 1 x 900ml	produto obtido do grão de soja que sofreu processo tecnológico adequado como degomagem, neutralização, clarificação, frigerificação ou não de desodorização. Líquido viscoso refinado, fabricado a partir de matérias sãs e limpas. Embalagem em polietileno tereftalado(PET) ou em lata. De 900mL.	230	Cx		
000031	Orégano 50 x 5g	Ovos brancos de galinha, tamanho grande de primeira qualidade, frescos, isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais(físicas, químicas e organolépticas) inspecionadas pelo Ministério da Agricultura, acomodados em cartelas.	15	Cx		



Estado de Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

CNPJ 00.965.152/0001-29

Página 20 de 45

000032	Ovos de granja	Ovos brancos de galinha, tamanho grande de primeira qualidade e frescos.	650	Dz		
000035	Queijo tipo mussarela 1kg	Massa semi - cozida tradicional em embalagem a vácuo.	500	Kg		
000037	Sal iodado 30 x 1 kg 1ª linha	Produto refinado, iodado, com granulação uniforme, com no mínimo de 98% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10 mg e máximo 15mg de iodo por quilo de acordo com a Legislação Federal. Embalagem em polietileno.	50	Fd		
057467	Sardinha ao molho 1x50x135g	Sardinha em conserva, preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imersa em molho de tomate. Acondicionado em recipiente de folha de fiandres íntegro, resistente, vedado, hermeticamente e limpo. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante	300	Cx		
000039	Suco concentrado 12 x 500 ml 1ª linha	Preparado líquido para refresco de frutas com 30% de polpa da fruta, com concentração para 6 a 8 partes de água, adoçado, preparado por meio de processo tecnológico adequado, não fermentado, de cor, aroma e sabor (abacaxi, tamarindo, laranja, acerola, pêssego, goiaba) característicos da fruta, submetido a tratamento que assegure sua conservação e apresentação até o momento do consumo. Embalagem em garrafas PET (polietileno tereftalado) de 500 ml.	2.200	Cx		
000040	Vinagre 12 x 1 x 750 ml 1ª Linha	De vinho, produto natural fermentado acético simples, isenta de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso e detritos de animais e vegetais. Embalagem em PVC (policloreto de vinila).	04	Cx		
Total						

Fonte de Recursos: Secretaria Municipal de Educação e PNAE

Lote 02 – Carne Bovina e de Frango							
Código	Produto	Especificação	Qtde.	Und.	Preço Unit.	Preço Total	
000247	Carne bovina de 1ª	Cortes em Cubos, iscas e peça inteira. Coxão mole, coxão duro, alcatra, patinho. Qualidade limpa sem ossos, sem pele, pouca gordura, sem pelancas, isentos de aditivos ou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias para o consumo e que alterem suas características naturais.	400	Kg			
000248	Carne bovina de 2ª	Acém, paleta grossa e fina, músculo, fraldinha e Moida, em cubos.	5.200	Kg			
057509	Frango congelado	Inteiro Sem cabeça, sem pé, sem miúdos e sem tempero.	1.200	Kg			
00022	Coxa e sobrecoxa	Coxa e sobrecoxa, sem tempero, em embalagens plásticas lacradas contendo 1kg cada	2.800	kg			
000250	Vísceras bovina	Fixado.	100	Kg			



Fonte de Recursos: Secretaria Municipal de Educação e PNAE

Lote 03 – Verdura, Frutas e Legumes							
Código	Produto	Especificação	Qtde.	Und.	Preço Unit.	Preço Total	
000233	Abacaxi	Abacaxi maduro, pérola, cor amarelo ouro, consistência firme e íntegra	800	Un			
000234	Abóbora	Madura; moranga, cabotiã, paulista.	600	Kg			
000235	Alho	Branco ou roxo, sem réstia, bulbo inteiro	150	Kg			
000236	Banana Maçã	Maçã Madura, amarela. Embalagem de polietileno de 500g até 1 kg	1.500	Kg			
000237	Batata	Inglês	2200	Kg			
000238	Beterraba	Beterraba madura, cor vinho intenso, consistência firme e íntegra	250	Kg			
000012	Cebola	Branca ou roxa	380	Kg			
000239	Cenoura	Cenoura cor laranja intensa, consistência firme e íntegra	1.200	Kg			
000240	Chuchu	Chuchu de cor verde intensa, consistência firme e íntegra	150	Kg			
000241	Laranja pêra	Laranja de cor laranja intensa, consistência firme e íntegra	1.500	Kg			
000242	Maçã Nacional	Maçã madura, vermelho intenso, consistência firme e íntegra	1.300	Kg			
000243	Mandioca	Branca ou Amarela nova fina	500	kg			
000244	Melancia	Melancia in natura, madura, cor intensa, consistência firme e íntegra	1.500	Kg			
057468	Milho verde	In natura espiga com grãos verdes com consistência mole	250	kg			
000245	Repolho verde	Repolho de cor branco, consistência firme e íntegra	250	Kg			
000246	Tomate	Para salada extra A, ou caqui, cor vermelho intenso, consistência firme e íntegra	500	Kg			

OBS: TODOS AS FRUTAS E LEGUMES DEVEREM SER DE 1ª LINHA, FRESCOS, COM AUSÊNCIA DE FUNGOS, LEVEDURAS E DE CONSISTÊNCIA ÍNTEGRA

Fonte de Recursos: Secretaria Municipal de Educação e PNAE

Lote 04 – Produtos de Panificação para Merenda Escolar							
Código	Produto	Especificação	Qtde.	Und.	Preço Unit.	Preço Total	
252	Pão de queijo	Pão queijo, apresentação embalagem c/ 50 gramas, ingredientes leite, polvilho azedo, queijo, ovo, fermento.	2.800	kg			
000253	Pão doce	O produto obtido pela cocção, em condições tecnologicamente adequadas, de uma massa fermentada, preparada com farinha de trigo e ou outras farinhas que contenham naturalmente proteínas formadoras de glúten ou adicionadas das mesmas e água, podendo conter outros ingredientes. De sabor doce, podendo conter calda e coco ralado.	800	Kg			
000251	Pão francês	Produto obtido pelo amassamento e cozimento de massa preparada obrigatoriamente com farinha de trigo, sal (cloreto de sódio) e água, que se caracteriza por apresentar casca crocante de cor uniforme castanho-dourada e miolo de cor branco-creme de textura e granulação fina não uniforme.	5.000	Kg			
057516	Pão integral light	Pão confeccionado com farinha integral e a adição de ingredientes ricos em fibras, sem adição de açúcar e sem adição de gordura.	80	kg			